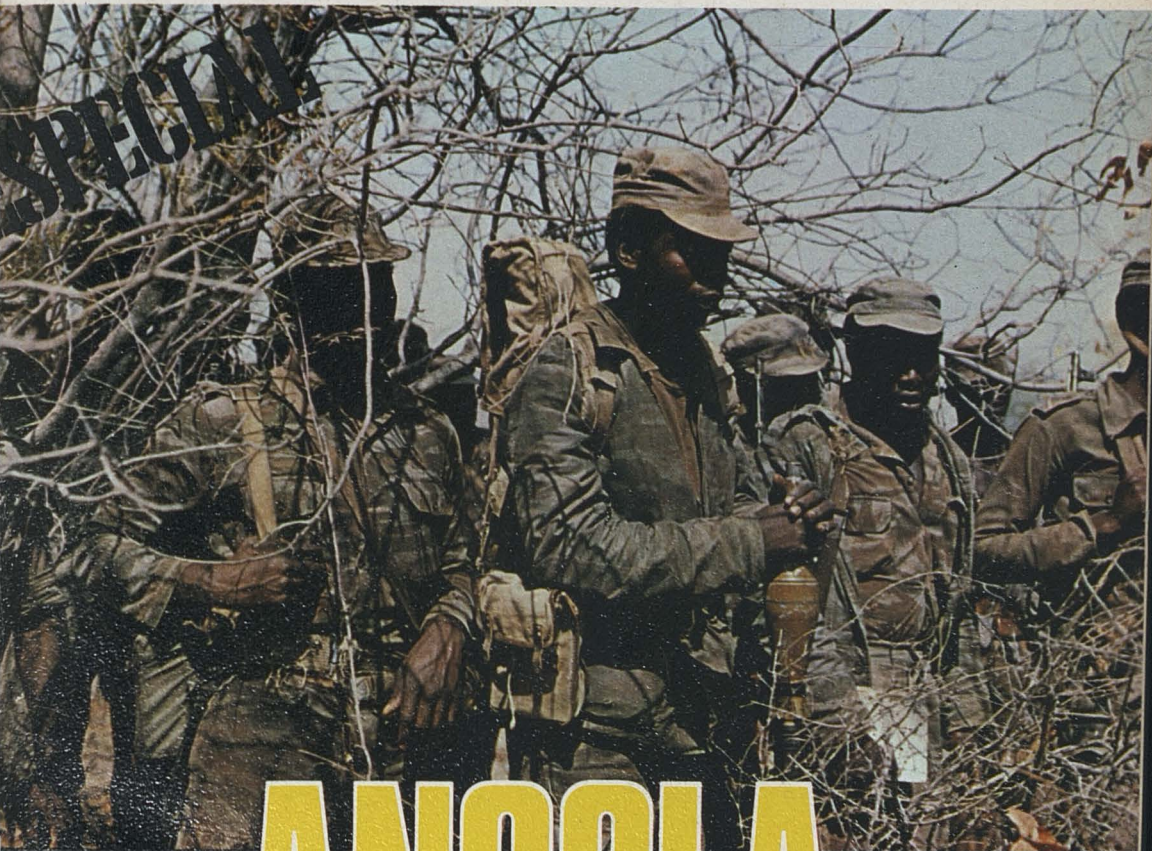


cadernos do
**terceiro
mundo**

Cr\$ 700,00 – Ano VI – Nº 61

ARGENTINA:
o retorno à democracia



ANGOLA

Vinte anos de guerra
Oito anos de Independência

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

aos leitores

Um grão de areia

Nossos leitores têm dado uma resposta muito animadora à oferta antecipada de exemplares da edição brasileira do "Guia do Terceiro Mundo". Em menos de 30 dias, já superamos mil exemplares adquiridos pelos nossos assinantes e a perspectiva é que essa quantidade aumente muito.

Esse apoio dos nossos leitores é muito importante para nós, já que organizar, escrever e produzir essa edição do "Guia" exigiram um longo e dedicado trabalho da nossa equipe, para não falar no esforço econômico que implica um empreendimento como esse, com os custos tão altos decorrentes do processo inflacionário que vivemos. O "Guia" tem quatro edições simultâneas: edição brasileira, edição para Portugal e África de língua portuguesa, edições em espanhol e inglês. Quase 600 páginas ilustradas.

A edição brasileira apresenta ainda, um suplemento de mais de cem páginas com uma série de informações sobre o país.

Agradecemos aos leitores esse incentivo ao nosso trabalho.

Quanto ao presente número, o último de 1983, tem como carro-chefe Angola, com um informe especial. O problema de Chipre, a situação na Índia, a Argentina depois da vitória de Alfonsín e outros temas completam a edição.

Quando a humanidade está perplexa diante da loucura da corrida nuclear, é sempre compensador ter a consciência de que algo se fez em favor de uma humanidade liberta do medo, da injustiça e do terror. Tanto "cadernos" como "Guia" procuram ocupar modestamente um espaço nesta luta de todos os dias e todas as horas.

Esperamos junto com os nossos leitores e amigos — a quem desejamos justas e felizes realizações em 1984 — continuar movendo um grão de areia que seja, para que cheguemos ao outro ano novo sem Hiroshimas, nem novas Beirutes, nem outras Granadas e sem as angústias do holocausto nuclear.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro – Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 61
Dezembro – 1983
Preço de Capa: Cr\$ 700,00
Nºs atrasados: ao preço do
último exemplar

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sônia Freitas/Miguel Efe

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lídia Freitas
Eunice H. Senna

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 – CEP 05033

Josemar Pinheiro Silva
Rua Tamandaré, 1 – Sala 1
65000 – São Luís (Maranhão)

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street ap. 3E
Nova York – NY 10003
Tels.: (212) – 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua Gal. Bruce, 799
Tels.: 580-4476/580-4326

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 – Rio de Janeiro – RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 – P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itália), Dialogo Nord/Sud (Itália), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Capa: Mariano

**ANGOLA – CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU – MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Artur Baptista

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editoria Ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 – Lisboa – 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui – Luís Henrique
Caixa Postal 3.593 – Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito – João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 – Maputo

• *Edições em espanhol*
**MÉXICO – AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
Calle California, 98A – Coyoacán
México, 21 DF – telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA – CHILE – COLÔMBIA
EQUADOR – PERU – VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 – Peru – Telefone: 724-712

• *Edições em inglês*
**ESTADOS UNIDOS – CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 – México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL – Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto – The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLÔMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil – RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel: 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador – El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois – New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois – Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 – Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 – Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 – Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 – Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 – Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA – Red and Black, 4736 University Way, Seattle – Groundwork Bookstore, U. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ BREITANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edición-Difusión do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spul 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma – Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma – Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma – Spagnola, Via Monserrato, 35/B, Roma – Usatta, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vocedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. – Distribuidora Sayrola de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. – Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. – Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías en todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. PANAMÁ: Librería Cultural Paramela, S. A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Diagonal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras – Pensamiento Crítico, P. O. Box 28918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo – DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 364, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUCOIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S. A., Ave México Lechoa a Pta. Brion, Caracas.

BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S. A., Rua Teodoro da Silva, 907 – Rio de Janeiro.

OFERTA DE NATAL

UM PRESENTE QUE VALE POR DOZE

*Com uma assinatura dos
"Cadernos" você será
lembrado todos os meses por
seus amigos. Além disso, vai
ajudá-los a entender melhor
o mundo em que vivemos.*

**E TEM
DESCONTO**

OFERTA VÁLIDA ATÉ 31.12.83

Nº DE ASSINATURAS- PRESENTE	PREÇO NORMAL DAS ASSINATURAS	DESCONTO	PREÇO TOTAL A PAGAR
1	Cr\$ 6.600,00	10%	Cr\$ 5.940,00
2	Cr\$ 13.200,00	15%	Cr\$ 11.200,00
3	Cr\$ 19.800,00	20%	Cr\$ 15.840,00

VEJA OS CUPONS NO VERSO.

terceiro third

Assinatura de "Cadernos". Um presente para os amigos de "cuca" e de coração.

Estou remetendo, juntamente com este cupom, um ☐ vale postal ou ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda, referente a ☐ 1, ☐ 2, ou ☐ 3 assinaturas-presente, no valor total, segundo a tabela do verso, de Cr\$

Remetente

Nome:

Endereço:

Bairro: Profissão:

CEP: Cidade: Estado:

1ª Assinatura-presente para:

Nome:

Endereço:

Bairro: Profissão:

CEP: Cidade: Estado:

2ª Assinatura-presente para:

Nome:

Endereço:

Bairro: Profissão:

CEP: Cidade: Estado:

3ª Assinatura-presente para:

Nome:

Endereço:

Bairro: Profissão:

CEP: Cidade: Estado:

Editora Terceiro Mundo Ltda, Rua da Glória, 122 – grupo 105/106
Tel.: 242-1957 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20241



6 Cartas

9 Panorama Tricontinental

15 Editorial — As lições de Granada

18 Matéria de capa: Angola agredida, N. Moreira/B. Bissio

- 20 “O imperialismo e os racistas não passarão”, discurso do presidente José Eduardo dos Santos
28 A geopolítica sul-africana
34 O preço da liberdade
40 Ontem e hoje, os mesmos jovens, feridos e mutilados
42 Do Movimento ao Partido, entrevista com o dirigente Lúcio Lara
49 O mundo fecha os olhos, entrevista com o ministro das Relações Exteriores Paulo Jorge
53 Petróleo, ferro, diamantes
56 Agricultura — Setor decisivo da atividade econômica
57 Pesca — “Prioridade para o consumo”
59 Saúde Pública — “Utilizar os recursos locais”
61 Educação — Mudar o conteúdo para um ensino libertador
62 Esportes — Desenvolver o iatismo
63 A experiência do Poder Popular, entrevista com o comissário-adjunto de Luanda, Alberto Almeida

África

- 69 Zaire: A corrupção institucionalizada, Kassahun Checole

Ásia

- 71 Índia: Mudar os estilos políticos, Adrian Soto
75 Turquia: A solidão dos militares, Agustín Castaño

Oriente Médio

- 77 Chipre: A nova rebelião dos turcos, Lígia Chaves

América Latina

- 81 Argentina: O retorno à democracia, Horacio Verbitsky

Comunicação

- 86 A SIP boicota a Alasei
88 Notas

Cultura

- 91 Humboldt e Bolívar: O teatro a serviço da causa popular, Maluza Stein
93 Notas

94 Livros do Terceiro Mundo

96 Humor: Mariano



Os militares turcos



Argentina: volta à democracia

CARTAS



"Cadernos" na Índia

Sou um jovem advogado indiano envolvido numa organização de massa de camponeses chamada *Kashtakari Sanghatna* (Organização das Massas Trabalhadoras). Como parte da minha formação, eu estou fazendo o doutorado em sociologia na Universidade de Bombaim. O *Sanghatna* no qual eu trabalho está ligado à organização de camponeses nas lutas pela terra, por melhores salários etc.

Eu vim a conhecer exemplares dos cadernos na casa de um dos meus amigos, que por sua vez tinha pegado emprestado de um outro amigo. Fiquei fascinado com a leitura da revista, que foi muito útil tanto para minha própria educação quanto para a preparação de grupos de estudos para os camponeses. (...) Gostaria de receber cadernos, que seria muito importante para os nossos programas de educação política. Pradip Prabhu, Tal. Dahanu, Dt. Thane, Índia.

Mais ênfase ao social

(...) Primeiro, sugiro que publiquem mais matérias sobre o Brasil (muito oportuna a matéria sobre o álcool combustível e a crise energética). Segundo, tenho observado, no trabalho de divulgação que venho desempenhando, que as pessoas se queixam do excesso de cobertura sobre as guerras no Terceiro Mundo, sem dar maior ênfase ao aspecto social e econômico, além das reportagens não fazerem uma retrospectiva dos acontecimentos, o que dificulta um fiel seguimento dos fatos, sem a possibilidade de avaliar-se as causas destes. A origem, a causa dos acontecimentos devem ser bastante tratados. (...) Observei que as importantes seções "Comunicação" e "Cultura" estavam melhores nas edições dos números dos anos anteriores. O que vocês me dizem de incluírem Glauber Rocha, Geraldo Vandré e outros do mesmo quilate? Carlos Davi Maia, São Miguel do Araguaia, GO, Brasil.

Lorgio Vaca

É incrível como uma boa revista de âmbito internacional, ao ser lida, nos traga surpresas tão agradáveis; não somente pelo valor de suas reporta-

gens, como também o reencontro de velhas amizades (creio ser este o meu caso). Na minha juventude, eu morava na cidade de La Paz, na Bolívia. (...) Entre meus companheiros havia um rapaz que se chamava Lorgio Vaca. Já se passaram quase 30 anos e ao ler cadernos do mês de julho do corrente ano, encontrei uma magnífica entrevista realizada com um artista de nome idêntico (...), excelente artista plástico, muralista, que traduz na sua pintura as características nadas de um pintor revolucionário; resultado lógico de juventudes que se desenvolveram num país de tradições revolucionárias, como é a Bolívia. Gostaria de ter o endereço do entrevistado (Lorgio Vaca), que no caso de não ser aquele que penso (meu amigo de juventude), é um artista que por seus ideais, também me interessa trocar correspondência. Marcos O. Andreani Miranda, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Apoio soviético

Venho sugerir que os cadernos façam uma reportagem bastante ampla sobre a ajuda material, assim como o apoio moral, prestado pela União Soviética aos países terceiro-mundistas. Ajuda que é primordial para o progresso desses países que escolheram o caminho da independência e soberania, especialmente os países africanos recém-libertados do colonialismo e agora vítimas da agressão racista da África do Sul, apoiada pelo imperialismo norte-americano. É importante também lembrar que sem o apoio da União Soviética na ONU, vetando todas as propostas dos países colonialistas, a luta de libertação dos países africanos certamente duraria muito mais tempo... Antônio F. V. de Almeida, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Dos Estados Unidos

cadernos do terceiro mundo é uma revista de altíssima qualidade e importância. Para nós, aqui nos Estados Unidos, é muito difícil obter notícias verdadeiras sobre as lutas do Terceiro Mundo, já que até as fontes mais respeitadas, como o *New York Times*, dão um retrato muito distorcido e fragmentado dos fatos. Ralph Davis, Esmont, Virginia, Estados Unidos.

Megalomania

Lendo cadernos do mês de setembro, vi que mais uma vez nos deparamos dentro do contexto de um acirrado caso de auto-afirmação, ou talvez, megalomania. Desta feita, trata-se da intervenção dos Estados Unidos no oceano Pacífico, mais precisamente nas Filipinas. Será que mesmo depois de tantas derrotas e massacres em todos os continentes, os Estados Unidos ainda não se deram conta de que, às vezes, com um pouco de bom senso, prudência e pondo fim às intervenções, seriam bem menores os números de vidas sacrificadas, menos governos desestabilizados e até maior a confiança do povo em seus governantes? Erliane G. Lima de Queiroz, Mossoró, RN, Brasil.

Zumbi dos Palmares

(...) Quero sugerir um tema para discussão para o próximo número de cadernos: que se publique uma grande matéria sobre a história de Zumbi dos Palmares. Augusto de Jesus, São Paulo, SP, Brasil.

"Desaparecidos" mexicanos

Acredito que seria interessante escrever sobre os desaparecidos do México. Temos esquecido da solidariedade para com os estudantes mexicanos massacrados pelo governo de Díaz Ordaz, do PRI; como também temos esquecido que o homem responsável pela repressão de Tlatelolco foi Luis Echeverría Álvarez, então ministro do Interior, e depois presidente do México. Leonel Nunes, Taguatinga, DF, Brasil.

Situação no Araguaia

(...) Gostaria que divulgasse as verdades sobre a prisão dos padres e posseiros do Alto Araguaia. Há tantos ladrões, assassinos e outras barbaridades cometidas contra a segurança nacional, e ninguém é punido! Darci Lignor, Coronel Vivida, PR, Brasil.

A respeito da prisão e julgamento dos padres franceses Aristide Camio e François Gouriou, publicamos matéria no nº 47, julho/agosto de 1982.

CARTAS



Carta do Mês

Queridos Amigos,

Quero me aproximar de vocês por meio desta carta a fim de lhes explicar brevemente o que temos vivido no Uruguai nas últimas semanas devido aos acontecimentos que culminaram com a proibição das atividades do Serpaj (Serviço Paz e Justiça).

Nossas atividades na defesa e amparo de pessoas cujos direitos fundamentais são violados, tinham aumentado consideravelmente nos últimos meses. Um momento de máxima tensão foi a denúncia que fizemos, pela primeira vez publicamente dentro do país, de tortura brutal a muitos estudantes que haviam sido presos. Esta denúncia teve um enorme eco na opinião pública e os meios de comunicação lhe deram um espaço considerável. Meios políticos também se ocuparam da nossa denúncia e exigiram um esclarecimento e punição para os culpados.

Em consequência dessa denúncia, fui convocado pelos serviços de segurança do Estado e submetido a interrogatório durante 12 horas sem interrupção. Como costuma acontecer nessas ocasiões, em vez de investigar a denúncia, investigaram o denunciante... Até o momento não houve nenhuma resposta ou esclarecimento do fato.

Poucos dias depois, em 2 de agosto, por decreto do Poder Executivo, foi suspensa toda atividade política no país e proibido todo tipo de informação referente a atividades políticas e sindicais. Até o momento, continua vigorando a proibição. Simultaneamente, alguns amigos me informaram confidencialmente que o Ministério do Interior havia requerido o meu processamento e a proibição das atividades do Serpaj.

Diante dos rumos que estavam tomando os acontecimentos pensei que seria oportuno recorrer a uma medida extrema, que mexesse com a opinião pública e, se não conseguisse impedir as decisões tomadas ou que o Ministério do Interior estava em vias de tomar, que ao menos elevasse o "preço político" a pagar... Foi assim que decidi começar um jejum prolongado que devia concluir num dia de "Reflexão Nacional". O jejum durou do

dia 10 de agosto até o dia 25. Sem dúvida, o resultado foi positivo, já que colocou o país em uma dinâmica nova e o tempo de reflexão culminou com o primeiro protesto popular de massa do povo uruguaio.

O processo do jejum foi muito positivo, fecundo e detonador de atitudes novas em todos os setores: trabalhadores, políticos, estudantes, eclesiásticos etc. Sem dúvida nenhuma isso preocupou as autoridades, que finalmente tomaram a decisão de nos aplicar as leis de exceção chamadas no país "Medidas Prontas de Seguridad", pondo fim a nossas atividades, declarando-nos ilegais e confiscando todas as nossas ferramentas de trabalho.

Como Serpaj, interpusemos um recurso legal impugnando a fundamentação e validade do decreto. Esse recurso nos permite, no momento, pedir a revogação da decisão e a devolução dos bens confiscados.

Neste momento continuo trabalhando nesta causa irrenunciável da defesa dos direitos do homem e do povo, a título pessoal. Sem dúvida, isto é mais arriscado, porém o sinto como uma obrigação da consciência. Não há decreto que possa impedir essa convicção e atuação. Me preocupa o vazio criado pela proibição do

Serpaj, dado que era a única organização de defesa dos direitos humanos que estava atuando no país. No momento, estamos tratando de consolidar novas instâncias, como a "Comissão Nacional de Direitos Humanos". Falta muito para torná-la algo operativo, mas alguns passos já estão sendo dados.

Para consolidar a luta estou buscando também outros apoios e pessoas. Preciso para esta tarefa (que não deixa de ser arriscada e neste momento muito exposta ao controle e à repressão) do maior respaldo internacional possível e do reconhecimento por parte de organizações de prestígio ou personalidades, a fim de mostrar ao nosso regime que o que está ocorrendo no Uruguai está sendo observado com atenção.

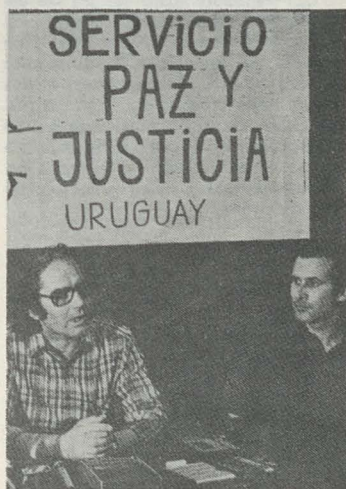
Adolfo Pérez Esquivel — Prêmio Nobel da Paz — amigo e companheiro de lutas, pode confirmar e ampliar tudo o que digo aqui. Temos estado em estreito contato durante esses anos. Atualmente, e devido aos últimos acontecimentos, foi proibida sua entrada no Uruguai (...).

Quanto a mim, já estou totalmente recuperado do prolongado jejum e já retomei todos os meus trabalhos. Confio na solidariedade dos amigos para encarar o futuro. Quero que saibam que estamos mais do que nunca convencidos da urgência e importância da tarefa que estamos desenvolvendo há vários anos na defesa e promoção dos direitos humanos no Uruguai.

Peço que divulguem esta carta e que a traduzam para outros idiomas, se for preciso. Por razões de tempo e por causa da falta de meios em que ficamos, não posso fazê-lo no momento. Confio muito em todos vocês e na solidariedade para esta causa tão justa e humana. De agora em diante, provisoriamente, peço para enviar a correspondência em meu nome a Soriano 1472 — Montevideo — Uruguai.

Desde já agradeço por tudo o que possam fazer para nos proteger, respaldar nosso trabalho e remediar a situação de precariedade em que ficamos. Envio-lhes um forte e sincero abraço de Paz e Saúde.

(Padre) Luis Pérez Aguirre, Montevideo, Uruguai.



Pérez Aguirre (à esq.), com Pérez Esquivel

CARTAS



Informação alternativa

Sou uma brasileira residente em Roma, onde justamente tive a oportunidade de conhecer **cadernos** — daí o meu grande interesse em poder manter contato constante com as notícias que vocês publicam, que eu chamaria de contra-informação, alternativa, por trazer esclarecimentos aprofundados, dentro de uma ótica política muito clara, em contraposição à mediocridade dos meios de comunicação existentes à disposição. (...) Gostaria que me informassem onde posso adquirir os **cadernos** aqui em Roma. (...) Agradeço desde já e mando toda força a esta iniciativa política que representa o não-empobrecimento e a não-massificação das informações referentes ao Terceiro Mundo, pois significa a ampliação do debate político, renovação de nossos conceitos, constante visão crítica da política internacional, dentro de uma linguagem direta e fluida. **Franческа Casciuolo, Roma, Itália.**

Conhecer a arte do 3º Mundo

(...) Gostaria de sugerir alguns artigos: sobre o fascismo e sobre a política externa brasileira, além de um número especial sobre a cultura do Terceiro Mundo, com uma introdução geral, pequenos artigos, poemas, música, reprodução de pinturas e esculturas e outros meios de expressão culturais. Ou seja, deixem os povos falarem através de sua arte, que nós ficaremos muito agradecidos por nos permitirem escutá-los. **José Antônio V. da Cunha, Itaberaí, GO, Brasil.**

Intercâmbio editorial

Gostaríamos de propor um intercâmbio entre a sua revista, **cadernos** e a nossa publicação, **Allpanchis**. **Allpanchis** é publicado duas vezes por ano e pretende contribuir para o mundo cultural latino-americano a partir do estudo e pesquisa de aspectos sociais, históricos, culturais e religiosos do mundo andino. Ela vem sendo publicada ininterruptamente há dez anos e tem uma tiragem de três mil exemplares por número. Aguardamos resposta. **Instituto de Pastoral Andina, Cuzco, Peru.**

Estudar na América Latina

Na semana que vem parto para São Paulo, Brasil, onde passarei um ano estudando. Queria agradecer a vocês de **cadernos** por terem me ajudado a decidir continuar meus estudos na América Latina. Com toda certeza, procurarei **cadernos do terceiro mundo** em São Paulo. (...) Tenho esperanças de me encontrar com alguns dos amigos novos que conheci por intermédio da sua seção "Intercâmbio". **Linda Jerome, Turlock, CA, Estados Unidos.**

Ainda o "Proálcool"

Pela primeira vez tive a oportunidade de ler integralmente **cadernos**, mais precisamente a edição de agosto passado, excelente, com destaque para a matéria "Alcool — alternativa energética para o Terceiro Mundo?" Realmente esclarecedora, como também a entrevista com o escritor Eduardo Galeano, um digno defensor da América Latina. **Roberto Resende, São Paulo, SP, Brasil.**

América Central

(...) Parabéns pelo nº 58 de **cadernos** sobre a América Central. Tenho certeza de que a Nicarágua não é Granada: o Império não conseguirá pô-la de joelhos. Mais uma vez, vemos que os imperialistas, como já expressou Giap, estão obcecados por uma concepção mecanicista da guerra... a mesma que os levou à derrota no Vietnã. **Rondon Carneiro, Porto Alegre, RS, Brasil.**

Nova confecção gráfica

Considerando o interesse de encadernar os **cadernos do terceiro mundo**, sugiro mudança de sua confecção gráfica: ao invés de em brochura, faça-la em cadernos. Naturalmente os custos vão aumentar, repercutindo no preço da assinatura. Mas para tê-la numa encadernação perfeita, aceito pagar esse ônus. Com a palavra a Editora. **Jorge Luis Santos, Itabuna, BA, Brasil.**

Intercâmbio

Silvia Gil de Castilhos
Rua Santa Rosa, 3060
Taquara — RS — CEP.: 95.600
Brasil

Antônio Rodrigues
Livreria Vitória — Caixa Postal 49
Bissau — República de Guiné-Bissau

O. Geraldo Silva Gilz
A/c — Caixa Postal 113
Ilhéus — BA — CEP.: 45.660 — Brasil

Carlos Veloso de Melo J.
R. Dom João Moura, 432
Eng. do Meio — Recife — PE
CEP.: 50.000 — Brasil

Estela Maria Alves
Rua João Corazzari, 745
Vinhedo — SP — CEP.: 13.280
Brasil

Rogério Diniz Junqueira
Rua Albano José de Carvalho, 122
Ribeirão Preto — SP — CEP.: 14.100
Brasil

Adão Capemba
Caixa Postal 60 ou 95 — Caiundo
K. K. Menongue — Rep. Pop. de Angola

João Pedro D. Lunualo
Caixa Postal 232 — Urge
Rep. Pop. de Angola

José Lumbu
Caixa Postal 741 — Namibe
Rep. Pop. de Angola

Luiz Danton dos Santos
Rua Padre Guerra, 1454
Parquelândia — Fortaleza — CE
CEP.: 60.000 — Brasil

Manuel Ganga Chino
Caixa Postal 10.566 — Luanda
República Popular de Angola

Francisco Corrêa da Silva
Rua Paissandú, 283 — apto. 204
Flamengo — Rio de Janeiro — RJ
CEP.: 22.210 — Brasil

Figueiredo na África

☐ Pequenos grupos políticos de direita, setores econômicos ligados às transnacionais do minério e do comércio exportador, ostensivamente apoiados e estimulados pelo *lobby* sul-africano, vêm desenvolvendo uma intensa campanha visando separar o Brasil da África negra.

A meta desse esforço é ampliar o nosso relacionamento com Pretória, com claras insinuações de que "bons negócios" (para eles, naturalmente) não devem ser prejudicados pela existência do *apartheid* sul-africano.

No período de preparação da viagem do presidente Figueiredo à África, essa campanha recrudescceu, procurando conseguir o seu cancelamento. Só faltou se publicar que havia muita cobra em Dacar ou no Senegal, furiosos tigres em Lagos ou Bissau, ou *kamikases* xiitas em Argel.

O presidente, corretamente assessorado pelo Itamarati, teve o bom senso de não escutar esses "conselhos" e cumpriu normalmente o itinerário programado. A viagem foi, do ponto de vista político, um êxito. Seguramente foram realizadas importantes negociações econômicas. Mas o aspecto político foi mais relevante.

Em declarações conjuntas, os governos do Brasil e os dos países visitados por Figueiredo reiteraram o apoio à independência da Namíbia e o reconhecimento da Swapo como legítima e autêntica representante do seu povo; condenaram o *apartheid* como "um desprezo

à dignidade humana e uma séria ameaça à paz e à estabilidade no continente africano".

Na Guiné-Bissau, a declaração conjunta foi taxativa contra a política de agressão dos *boers*. Os dois governos manifestaram repulsa "aos atos de agressão, ameaças e ações de desestabilização empreendidos pela África do Sul contra os Estados independentes da Linha de Frente, especialmente Angola, Moçambique, Zimbábue e, mais recentemente, Lesoto".

A declaração reafirma o apoio à Organização de Libertação da Palestina e apela para que, o mais rapidamente possível, se reconciliem as suas facções em luta, o que, aliás, é um conselho que seria muito positivo se fosse ouvido.

As conversações econômicas prometem abrir novas perspec-

tivas ao intercâmbio comercial do Brasil com os países visitados, Nigéria, Guiné-Bissau, Senegal, Argélia e Cabo Verde. Embora não haja dados oficiais, sabe-se que a Nigéria propôs ao Brasil comprar, além de outros produtos manufaturados, armas, pelo valor de dois bilhões de dólares. A Nigéria não está em guerra nem é agredida. Uma tão grande quantidade de armas teria, no entanto, uma justificativa se fossem destinadas a fortalecer o arsenal defensivo dos povos atacados pelos racistas sul-africanos.

A Guiné-Bissau manifestou interesse em adquirir tecnologia do álcool combustível e também uma fábrica para a sua produção industrial. É um fato significativo, em um país que não produz petróleo.

O presidente Figueiredo ao retornar, disse que o único arrependimento que teria tido é se não houvesse realizado a viagem. Boa resposta ao *lobby* sul-africano no Brasil.



Figueiredo em Bissau: repulsa aos atos de agressão

Granada: a resistência continua

Os norte-americanos estão se queixando da população de Granada. Segundo uma testemunha bem informada, o general Jack Ferris, comandante das tropas de ocupação, o apoio dos granadinos aos invasores está diminuindo sensivelmente.

O general Ferris atribui o fato aos procedimentos repressivos que afetam a vida dos cidadãos, como as invasões domiciliares, prisões e o estabelecimento de campos de concentração.

O general se equivocou, não agora, mas quando confundiu o silêncio dos primeiros dias com uma acolhida simpática. Refeita do golpe, a população está, agora, medindo a extensão do crime praticado pelo sr. Reagan e começa a dar sinais de resistência.

Todos os que conhecem o espírito do povo de Granada e a implantação do partido de Bishop — o Nova Jóia — no seio das massas populares, sabem que os invasores terão problemas crescentes na ilha e que a resistência, sob múltiplas formas, será cada vez maior.

"Meu povo nunca se renderá. Somos um dos povos mais combativos do Caribe e lutaremos até a morte". Essa declaração foi feita pela sra. Dessima Williams, representante de Granada nas Nações Unidas.

A corajosa diplomata granadina acrescentou: "Durante a hora e meia que Maurice Bishop esteve livre antes de morrer, disse que devíamos ser corajosos e livres. Isso está na mente de todos".

Sobre o ataque aos trabalhadores cubanos na construção

do novo aeroporto, a sra. Williams declarou: "Os mercenários norte-americanos cometeram um crime contra a humanidade ao assassinarem esses trabalhadores". E concluiu: "Vamos lutar até a morte. Peço à consciência do mundo que diga aos Estados Unidos que parem, que se retirem de nosso país. Para que possamos construir nosso futuro".

A mobilização internacional

Tem-se acentuado a mobilização em favor de Granada, as-



O general e escritor Nelson Werneck Sodré, o arquiteto Oscar Niemeyer, o compositor Chico Buarque, o jornalista Neiva Moreira, o poeta Ferreira Goulart e o médico Mauro Lins e Silva, à porta do consulado norte-americano

sinalada pela exigência de que os agressores norte-americanos abandonem a ilha o mais rápido possível. Mesmo nos Estados Unidos, dezenas de milhares de pessoas desfilaram em Nova Iorque, protestando contra a ocupação de Granada. No Brasil, mais de 500 destacados intelectuais, artistas, parlamentares e líderes políticos enviaram uma nota ao governo dos Estados Unidos sobre a grave

situação na América Central e Caribe.

Declara a nota:

"É nossa convicção que o mundo atravessa um momento de alta periculosidade para a paz internacional, porque governos como o atual dos Estados Unidos da América se crêem ártibros dos povos, ameaçando-os com práticas belicistas e dando estatuto de cobeligerância a bandos criminosos que hostilizam os países vizinhos."

Os signatários exigem que as "forças estrangeiras saiam da América Central e que os centro-americanos sejam senhores de sua vontade e do seu destino".

Uma comissão integrada por Oscar Niemeyer, Chico Buarque de Holanda, Moacir Werneck de Castro, Neiva Moreira,

Antonio Callado, Antonio Houaiss e outros levou a nota ao consulado norte-americano. Um vice-cônsul queria receber apenas uma pessoa mas concordou em que seis signatários entregassem a nota no saguão do edifício.

Outro fato relacionado com a situação centro-americana foi a recusa do arquiteto Oscar Niemeyer em ir a Nova Iorque para a inauguração, nas Nações

Unidas, da exposição "De Aleijadinho a Niemeyer" organizada pela Embratur.

Niemeyer enviou uma carta ao presidente da empresa, Miguel Colassuono, ressaltando seu agradecimento pelo que foi feito em favor da exposição mas comunicando sua decisão de não ir a Nova Iorque.

Diz o arquiteto Niemeyer na

sua carta: "Depois da invasão de Granada, das sucessivas ameaças contra Cuba, Nicarágua e El Salvador, falta-me ânimo para visitar agora aquele país. E minhas razões se fortalecem quando lembro que tudo isso ocorre em nosso Continente, contra nossos destemidos irmãos da América Central.

"É claro que na minha re-

volta não incluo o povo norte-americano. Povo bom como todos os outros que conheci lá pelos anos 47 a gritar na 5ª Avenida: '*Up democracy, down fascism!*' Nela incluo apenas o governo de Reagan e esse clima de provocações, violências e ameaças com que espanta e compromete o mundo civilizado".

El Salvador: Eleições para evitar um novo golpe militar

Os partidos políticos de El Salvador chegaram a um consenso para realizar no final de março de 84 as eleições presidenciais que inicialmente estavam previstas para dezembro de 83. O pleito será realizado mesmo sem ter havido acordo entre os seis partidos que participam da Assembléia Constituinte, sobre a nova constituição do país.

Os três partidos minoritários (o Partido de Conciliação Nacional, a Ação Democrática e o Partido Popular Salvadorenho) desejavam que além da escolha de um presidente da República, os eleitores salvadorenhes pudessem eleger também novos governadores provinciais e novos deputados para o Parlamento. Mas o Partido Democrata Cristão e a ultra-direitista Aliança Republicana Nacionalista (Arena) acabaram limitando a consulta popular.

Os principais partidos salvadorenhes não conseguiram chegar a um acordo sobre o projeto de reforma agrária, que apesar de manter intacta a estrutura capitalista no campo, mesmo assim não obteve a aceita-

ção dos deputados. A assembléia constituinte foi eleita em março de 82 num pleito cheio de irregularidades e boicotado pela Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí. Após quase nove meses, os membros da assembléia não conseguiram chegar a nenhum avanço político, apesar da insistência dos Estados Unidos. O fracasso da constituinte pôs em evidência a incapacidade dos partidos contrários à Frente Farabundo Martí em promover um mínimo de reorganização política num país que está em guerra.

A convocação das eleições presidenciais, exigida até mesmo pelo papa João Paulo 2º durante a sua visita a El Salvador em março passado, acabou sendo a única solução possível para esconder o fracasso político do presidente Alvaro Magaña. O exército salvadorenho também apoiou a realização do pleito, na tentativa de evitar que o atual impasse político que viria a enfraquecer ainda mais a já cambaleante frente de políticos e militares contrários à resistência armada da Frente Farabundo Martí.

LÍBANO: Israel impõe o passaporte interno

A partir do dia 16 de novembro, os libaneses necessitam de uma autorização especial para se locomoverem entre o sul e o norte do país. A exigência dessa autorização especial foi encarada como mais um sintoma de que Israel pretende institucionalizar a divisão do Líbano, onde o governo de Telavive exerce hoje um controle militar total.

Todos os viajantes que necessitarem cruzar a ponte do rio Awali, usando qualquer tipo de transporte, deverão exibir um salvo-conduto emitido ou pelo quartel-general israelense em Sidon ou por funcionários da missão especial instalada no norte de Beirute. Todos os veículos que cruzarem a ponte do rio Awali estarão também sujeitos a revista e identificação.

O jornal libanês *As Safir* classificou as medidas impostas pelas tropas israelenses que invadiram o Líbano, como uma "violação de todas as leis internacionais". O governo libanês pediu que a ONU tente convencer Israel a eliminar a exigência de salvo-conduto, mas nada foi conseguido. Deputados da oposição libanesa classificaram as medidas de limitação impostas aos viajantes como mais um passo no sentido da eliminação total da autonomia nacional do país.

Visita de Machel aproxima Portugal e Moçambique

□ Alguns jornais de Lisboa chegaram a qualificar a visita do presidente moçambicano Samora Machel como a mais importante já feita por um chefe de estado estrangeiro a Portugal, desde a derrubada do salazarismo, em abril de 1974. Machel esteve em sete cidades portuguesas entre os dias 7 e 12 de outubro, na primeira viagem oficial de um governante de uma ex-colônia portuguesa à antiga metrópole.

Porta-vozes dos dois governos disseram que a visita foi marcada por momentos de grande emoção e representou um passo decisivo no sentido da superação do trauma deixado pelo colonialismo salazarista. O presidente Samora Machel se encarregou de quebrar várias vezes a rigidez do protocolo, dando às diferentes solenidades um caráter menos formal.

Já no desembarque, o presidente de Moçambique surpreendeu a todos quando na escada do avião saudou o seu colega de Portugal com a frase: "Meu amigo Eanes, como estás?". Daí por diante, os dois chefes de estado se comportaram como velhos conhecidos. Eanes esteve em Moçambique há dois anos e desde então tem feito frequentemente grandes elogios a Samora Machel. Durante as visitas a Tancos, Porto, Sintra, Coimbra, Queluz e Nafarro, o presidente de Moçambique abandonou o roteiro oficial para se misturar com o povo ou ter encontros informais.

Este foi o caso do encontro em Lisboa com a viúva de Agostinho Neto, Maria Eugênia Neto. Samora também esteve com os militares portugueses



Machel: informalidade

do Conselho da Revolução, que em setembro de 74 assinaram os acordos de Lusaka, que garantiram a independência de Moçambique. A foto tirada na ocasião reuniu além de Machel, os ministros moçambicanos Joaquim Chissano e Armando Guebuza, enquanto que do lado português estavam os te-

nientes-coronéis Melo Antunes e Nuno Lousada, além do almirante Vítor Crespo.

Na solenidade oficial no Parlamento português, a Assembleia da República, Machel abandonou o discurso que havia preparado e fez um emocionado improviso, no qual elogiou o papel dos militares na derrubada do salazarismo e terminou com um desabafo: "Estou muito emocionado, não posso continuar", enquanto todos os deputados portugueses aplaudiam de pé.

Durante a recepção oficial no Palácio de Queluz, o presidente Ramalho Eanes disse na saudação a Samora Machel: "Sempre soubemos que a sua visita seria um êxito e que a adesão popular evidenciaria isto por toda a parte. Os portugueses fizeram questão de exprimir o carinho que sentem pelos amigos fraternos e de dizer àqueles que insistem em agitar equívocos e fantasmas, que somos hoje duas nações plenamente soberanas, cujos interesses próprios exigem aprofundar uma cooperação sólida e reciprocamente enriquecedora".

No final da visita foi assinado um tratado de amizade e cooperação (ver quadro) bem como dois protocolos, um de

Machel e Eanes, no aeroporto de Lisboa



cooperação científico-tecnológica, e outro financeiro. Quanto a este último, os resultados concretos ficaram aquém do esperado, porque tanto o primeiro-ministro Mário Soares, como o ministro das Finanças, Ernani Lopes, alegaram que Portugal não tinha possibilidades de promover uma grande ajuda econô-

Os acordos assinados

O Tratado de Amizade e Cooperação celebrado entre a República Popular de Moçambique e a República Portuguesa é o primeiro do gênero assinado por Lisboa, com um país africano de língua portuguesa. Tem uma duração de dez anos e é automaticamente renovado por períodos de cinco anos, caso não seja denunciado por uma das partes.

Os dois países signatários comprometem-se, a "reconhecer os interesses profundos que dizem respeito aos dois povos e os diversos vínculos que os ligam; a promover a cooperação entre todos os povos na luta pela independência, pela liberdade, pela paz, pela democracia e pelo progresso; reafirmam o direito soberano de todos os povos escolherem livremente o seu sistema político, econômico e social; empenham-se, decididamente, na eliminação do colonialismo e de todas as formas de racismo e discriminação; afirmam que o reforço de cooperação entre os dois Estados contribuirá para o desenvolvimento harmonioso das suas relações e concorrerá para a estabilidade internacional; sublinham a existência de especiais laços de amizade entre os dois povos alicerçados num contato histórico multi-secular, traduzido principalmente na utilização de uma língua comum e em afinidades culturais resultantes de influências recíprocas e comprometem-se a

prosseguir e a intensificar uma política de cooperação que reforce aqueles laços e estreite e aprofunde o conhecimento entre os dois povos".

Ao se despedir do presidente Ramalho Eanes, no aeroporto de Lisboa, Samora Machel surpreendeu mais uma vez os

portugueses ao dizer nos primeiros degraus da escada do avião: "Agora vou para o estrangeiro". Machel embarcou em seguida para a Iugoslávia. (Carlos Pinto Santos)



Machel com o líder socialista Mário Soares, em Sintra

prosseguir e a intensificar uma política de cooperação que reforce aqueles laços e estreite e aprofunde o conhecimento entre os dois povos".

O protocolo financeiro resume-se a manter os limites de crédito estabelecidos no acordo de 1981, até fins de 1983 (data já afixada no próprio protocolo de revisão desse acordo), negociados entre os bancos centrais dos dois países que deverão, ainda durante este ano, entabular contatos visando a um eventual acréscimo do limite global do referido protocolo. No último trimestre de 1984, será feita uma análise da evolução verificada nas negociações entre o Banco Nacional de Moçambique e o Banco de Portugal.

O protocolo de formação científica e tecnológica é o único que aponta para uma realização concreta. Nele se estipula a construção e funcionamento, em Moçambique, de um

centro de formação profissional integrado no projeto do ferro e aço moçambicano. Para isso, será estabelecido um programa de formação, reciclagem e adaptação da força de trabalho a ser usada no referido projeto. Ficam programadas as seguintes ações: construção de um Centro de Formação com capacidade inicial de 100 alunos/ano até 500 alunos/ano; aparelhamento do centro em material didático; elaboração do programa técnico-pedagógico; formação de instrutores; formação em setores de gestão de técnicos e auxiliares; formação tecnológica; unidades de laminação, metalurgia de metais ferrosos.

A secretaria de Estado da Cooperação, coparticipará na realização dos programas anuais, assegurando os custos financeiros das ações de formação que tenham lugar em Portugal, mediante a concessão de bolsas de estudo.

Rio de Janeiro: A quinzena afro-brasileira

□ Foi realizada no Rio de Janeiro, entre os dias 4 e 20 de novembro passado, a quinzena afro-brasileira promovida pela Assembléia do Estado, a partir de uma iniciativa do deputado José Miguel (PDT). A quinzena foi preparada nos mínimos detalhes durante cinco meses pelas entidades que integram o movimento negro do Rio de Janeiro, que juntamente com o deputado José Miguel elaboraram o programa e partiram para a execução das diferentes atividades aprovadas.

Dentre elas, teve importante repercussão a exposição no Museu Nacional de troféus e medalhas conquistadas por membros da comunidade negra, mostrando a "ascensão do negro na sociedade brasileira". Foram mostrados ao público troféus conquistados por artistas como Agnaldo Timóteo, por escritores como Haroldo Costa, atrizes como Ruth de Souza etc. Também houve uma exposição na Central do Brasil de quadros pintados pelos presos (da Prisão de Mulheres "Talavera Bruce", e da Prisão "Plácido de Carvalho"). Houve também debates, sendo particularmente interessante o que permitiu escutar o depoimento das "damas populares", as prostitutas. Elas mostraram que muitas vezes exercem a sua profissão para manter filhos e sobreviver, dando aos depoimentos um profundo sentido social.

Significativa, também, foi a homenagem ao "Zumbi", o "herói que a história brasileira esqueceu", segundo as palavras do deputado José Miguel, autor (juntamente com o cineasta Nilton da Silva e o jornalista

Ubirajara Silva) do projeto que estabelece a instituição de um monumento ao "general negro" dos Palmares, no Largo da Carioca. O monumento deverá ficar pronto até 20 de novembro do ano que vem, o Dia da Consciência Negra, quando se comemora a gloriosa queda de Zumbi no ano de 1695.



O deputado José Miguel, um dos mentores do Monumento a Zumbi

estabelece que a quinzena será realizada anualmente entre 4 e 20 de novembro, em trabalho conjunto das secretarias de Estado responsáveis pelos setores de Cultura, Desportos e Turismo e as entidades do Movimento Negro, juntamente com representantes da Assembléia Legislativa.

Talvez o ato mais importante da Quinzena/1983 tenha sido a passeata do dia 18 de novembro, de protesto contra o *apartheid* na África do Sul e "pela igualdade de oportunida-

des" para o negro brasileiro, com "melhor escola para os filhos, trabalho e habitação". A passeata começou na Candelária e pegou a Av. Rio Branco até a Cinelândia. Em frente aos escritórios da Linha Aérea da África do Sul, os manifestantes pararam em sinal de protesto e exigiram do governo federal a suspensão das relações diplomáticas com o regime de Pretória. "Sendo o nosso um país de raízes negras, não há razão para ter relações com um regime que não reconhece os direitos humanos dos seus cidadãos",

explica o deputado José Miguel. Mais de cinco mil pessoas participaram da passeata.

Os responsáveis pela iniciativa assinalam que a quinzena foi muito positiva permitindo aos artistas negros dar a conhecer os seus trabalhos e simultaneamente homenagear a todos os negros, "mesmo aqueles que já partiram e que muitas vezes não tivemos oportunidade sequer de conhecer, para que a memória do povo negro não seja mais esquecida", explica o deputado do PDT.

As lições de Granada

Julgar ou condenar a invasão norte-americana a Granada mediante a análise das justificativas e motivos alegados pelo governo de Ronald Reagan carece de sentido pelas seguintes razões:

1) A Casa Branca tinha planejado a intervenção antes mesmo do cruento e repudiável golpe que acabou com o governo do primeiro-ministro Maurice Bishop, assassinado junto com vários de seus colaboradores. De modo que as acusações e as grotescas "provas" foram elaboradas *a posteriori* com o objetivo de disfarçar uma ingerência militar que é condenável em si mesma.

Entrar na discussão sobre se existia ou não uma ameaça real para a segurança dos Estados Unidos, além de ser um absurdo visto a disparidade de forças, implicaria cair na armadilha de discutir em que condições uma inaceitável invasão poderia ser justificada. Trata-se aqui de uma questão de princípios: as soberanias das nações independentes são absolutas e intocáveis e toda eventual ameaça à segurança de um Estado deve ser enfocada no contexto das Nações Unidas e de acordo com a legislação internacional.

2) A invasão decretada por Reagan consiste, portanto, no mais flagrante desrespeito à legislação internacional vigente e implica um antecedente gravíssimo para a comunidade mundial. Se a ordem jurídica, os compromissos internacionais e o sistema das Nações Unidas podem ser vulnerados impunemente e subordinados aos interesses subjetivos da maior potência do planeta, a soberania de todas as nações (e especialmente as mais fracas e pequenas) está potencialmente ameaçada, ou em todo caso carece de proteção diante da força imperial. Como a soberania é um conceito absoluto e integral, deixa de existir como tal na medida em que não possa se expressar em formas e decisões políticas que contrariem o Império. Seria o caso, para usar um eufemismo, da

imposição de um sistema de soberanias limitadas, dentro da esfera de influência dos Estados Unidos, que vai desde o conjunto do continente americano até o Mediterrâneo, o Oriente Médio e as fronteiras da Europa Ocidental com o bloco socialista, e que pode se estender a outras partes do mundo se os estrategistas do Pentágono as considerarem vitais para seus interesses.

Essa concepção, que significa um brutal retrocesso em tudo o que se refere à coexistência pacífica entre as nações e o respeito à independência e à autodeterminação dos Estados, que são um patrimônio jurídico da humanidade e um pilar da civilização moderna, constitui o "x" do problema. E é justamente por isso que a Assembléia-Geral das Nações Unidas reagiu adequadamente, aplicando uma condenação absolutamente majoritária à invasão.

Não estamos supervalorizando a ONU, nem atribuindo à condenação moral maior importância do que ela tem. Nenhuma votação, por unânime e forte que seja, moderará os atos da ala dura do *establishment* norte-americano nem a arrogância de um presidente que declara que a reprovação da comunidade internacional não "estragou o seu café da manhã".

Mas quando uma intervenção militar dessa superpotência só é aprovada por ela mesma, por governos das seis ilhas do Caribe dependentes de Washington, que acompanharam os *marines* em função policial — além de El Salvador e Israel —, quando todos os integrantes da aliança atlântica que os Estados Unidos lideram, condenam a invasão ou se absterem, e quando a esmagadora maioria dos países do Terceiro Mundo a repudia, quer dizer que existe um consenso mundial para condenar um ato militar que vai contra o ordenamento mundial. E isso, seja verdadeira ou falsa a indiferença do governo norte-americano, é,

em qualquer caso, uma derrota ética e política considerável.

3) Um dos mais graves aspectos da invasão está na nova política que Washington está implementando. A Casa Branca nunca levou em real consideração o pretexto de que a segurança regional estivesse ameaçada. Se em alguma medida esta questão tivesse se colocado, deveria se ter aguardado até que se concretizassem algumas evidências. Isso se deduz do que aconteceu com o famoso aeroporto de Port Salines, que segundo Reagan seria ao mesmo tempo civil e militar. O primeiro grupo de jornalistas ocidentais que pôde chegar à ilha depois da invasão, foi levado para visitá-lo, guiados por um oficial norte-americano. Um jornalista britânico perguntou ao oficial onde estavam as instalações próprias de todo aeroporto militar, como hangares blindados e depósitos subterrâneos. O oficial só conseguiu responder: "Provavelmente, eles iriam construí-los mais tarde".

Os Estados Unidos teriam podido intervir no momento em que as supostas instalações militares começassem a ser construídas, com as mesmas probabilidades de triunfo militar, e pelo menos neste caso teriam podido provar que aquele pretexto teria algum fundamento.

E mais: se levarmos em conta o que aconteceu durante a chamada crise dos mísseis em 1962, esse antecedente permite supor que a interrupção dos hipotéticos trabalhos do aeroporto poderia ser conseguida só com a mobilização bélica e as advertências, sem necessidade de invadir um país independente. Portanto, está claro que o governo Reagan quis reivindicar e impor sua prerrogativa de intervir pela força para a eliminação de regimes políticos que considera contrários a seus interesses, ainda que não tenham dado passo algum que possa constituir ameaça militar para a superpotência.

Esse último ponto está relacionado não só com os aspectos jurídicos, mas também com os geopolíticos da agressão e que, de imediato, são os que apresentam maior perigo. Como reiteradamente temos assinalado em cadernos, na rígida ótica de Reagan e sua ultradireitista equipe, todas as contradições e lutas giram em torno do

confronto Leste-Oeste e de seus eixos, Washington e Moscou. A luta dos povos do Caribe, da América Central, da África Austral e do Oriente Médio não seriam, portanto, autônomas, e sim uma simples consequência do enfrentamento Leste-Oeste. Essa negação do óbvio está vinculada com os fracassos dos Estados Unidos e de seus aliados em conter mudanças desfavoráveis de caráter histórico e destinadas a alterar a relação internacional de forças em favor dos movimentos de libertação no Terceiro Mundo. Trata-se de uma tendência universal que vai desde o processo de descolonização do pós-guerra à Revolução Cubana, do triunfo do Vietnã e a libertação de Angola, Moçambique e outros países de língua portuguesa, até a vitória sandinista.

A análise — se assim se pode chamar — que Reagan e seus assessores fazem desses processos é que na maioria dos casos eles poderiam ter sido impedidos, se a superpotência tivesse proporcionado os meios físicos e tomado a decisão de reprimi-los e de preservar incólume sua esfera de influência e seus interesses no mundo.

É coerente com um raciocínio tão elementar e antipolítico, o incentivo à corrida armamentista decretado por Reagan, com a intenção de concretizar uma superioridade bélica sobre a União Soviética, e a violência de suas ameaças. Mas isso não bastaria para dar credibilidade à vontade da Casa Branca de impedir militarmente qualquer avanço negativo. Como declarou um expoente da administração norte-americana ao jornal *New York Times*: "Para que servem as manobras e a ostentação de força, se depois você nunca usar essa força?"

De fato, havia muitos motivos para duvidar de que a maior potência da terra pudesse recorrer a métodos tão bárbaros, mas depois de Granada todas as dúvidas foram dissipadas. Está claro que o imperialismo chegou à conclusão que não tem à sua disposição meios políticos que lhe permitam conservar suas posições, diante do constante progresso da consciência e da resistência popular dos povos do Terceiro Mundo.

E neste plano, o que mais preocupa é o inquestionavelmente alto grau de aceitação por

parte da opinião pública norte-americana da invasão, ainda que o fato tenha sido manipulado pelos meios de comunicação. Isto implica um grande risco para a Nicarágua e Cuba, embora seja, neste momento, difícil prever como se manifestará a agressividade reaganiana em relação a essas nações.

Mas o que é importante ressaltar aqui, é que essas ameaças não se limitam a esses países, e sim que se estendem a todos os países independentes e, nesse sentido, não basta a reação da Assembléia-Geral da ONU. A condenação do precedente de Granada deve ser expressa em todos os âmbitos possíveis, por dois motivos básicos: 1) os já mencionados no aspecto jurídico e a consequente negação da autodeterminação das nações soberanas; 2) porque a redução da problemática mundial ao confronto Leste-Oeste e a negação da autonomia dos conflitos nos países dependentes, implicaria perpetuar e reforçar as esferas de influência surgidas após a última guerra mundial.

É óbvio que tão inaceitáveis e regressivas pretensões não só ferem os legítimos interesses dos países que escolheram um caminho socialista clássico, como também a de todos os governos e forças políticas, no Terceiro Mundo e também na Europa, que procuram a independência nacional, qualquer que seja a sua ideologia. E a independência nacional só será possível se subsistir um sistema de garantias para a autodeterminação. Existe, portanto, um enorme potencial para uma frente contrária às pretensões imperiais encarnadas por Reagan. Seria o caso, em consequência, de articular iniciativas tanto a níveis regional, político e social e das Nações Unidas, que expressassem, baseados nos princípios elementares que mencionamos, uma condenação organizada assim como as correspondentes afirmações sobre a intocabilidade das soberanias e a vigência da legislação internacional e suas instituições. Para dar exemplos concretos, os membros do Terceiro Mundo da Internacional Socialista poderiam persuadir os membros europeus a adotarem posições e políticas conjuntas nesse sentido, e algo semelhante poderia ser feito no âmbito do Conselho Mundial de Igrejas.

Só reações nesse nível poderiam conseguir dissuadir futuras ações intervencionistas e, portanto, iniciativas desse tipo constituem uma necessidade internacional premente.

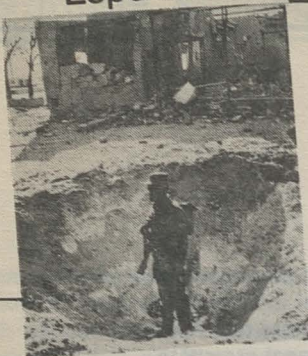
Uma última consideração: o pequeno cenário granadino ensina que os desmandos imperialistas têm um custo elevado e não podem ser realizados impunemente.

A resistência oposta pelas minúsculas forças armadas granadinas e um punhado de cubanos — na maioria cooperantes civis com treinamento militar — diante de um aparato militar agressor de poderio incomparavelmente superior, só poderia surpreender aqueles que, em função de preconceitos ideológicos como também racistas, não estavam preparados para esperá-la. Qualquer que sejam os planos da Casa Branca, agora sabe qual será o preço a pagar.

Os heróicos combates na pequena ilha do Caribe têm, além disso, uma ressonância e uma dimensão incompreensíveis para o *establishment* imperialista, que tocam em pontos sensíveis de povos ontem colonizados e hoje dependentes. Elas se vinculam com as legendárias lutas contra os conquistadores, que evocam os nomes de Cuautemoc, Hatuey, Caupolicán, Tupac Amaru e de tantos heróis americanos. Estas se prolongam com as lutas de emancipação do século passado e a consequente resistência aos impérios europeus e o ascendente colosso norte-americano.

Estes antecedentes certamente não contam nas análises do Pentágono, mas formam um valor implícito na consciência dos povos da América Latina e Caribe. Se por acaso a invasão imperial de um país independente tivesse sido concretizada sem oposição física, sem o sacrifício e os riscos dos chamados a defender a soberania e a dignidade, este teria sido um precedente negativo para a tradição latino-americana e suas aspirações independentistas. Pelo contrário, os combates em Granada revelaram uma vontade de luta em relação a princípios que nada têm a ver com as contradições Leste-Oeste nem, em última se, com ideologias políticas, e sim se inscrevem na histórica luta pela libertação e autodeterminação dos povos do Terceiro Mundo.

Especial



Angola agredida

A invasão da África do Sul, o debate ideológico, a mensagem do presidente nos oito anos de independência, num informe dos nossos enviados especiais

Neiva Moreira / Beatriz Bissio



Beatriz Bissio

O povo angolano se une para enfrentar a agressão sul-africana



DOR/IMPLA

Em vários momentos, nossa revista considerou que era necessário dedicar a determinados temas, maior número de páginas do que o habitualmente reservado aos assuntos da pauta. Foi assim com o informe especial que dedicamos ao Vietnã, El Salvador, Nicarágua, Líbano, à Frente Polisario e outros, e a temas econômicos como, recentemente, a nossa matéria de capa dedicada ao álcool. O assunto, hoje, é Angola. Nossos companheiros Neiva Moreira e Beatriz Bissio, voltaram recentemente de Luanda onde permaneceram durante vários dias. Entrevistaram figuras relevantes do MPLA e do governo, ouviram relatórios militares objetivos e francos, estiveram com oficiais e soldados combatentes cujos uniformes ainda estavam cobertos pelo pó de recentes batalhas, tomaram comoventes depoimentos dos feridos nos hospitais, visitaram bairros, centros de trabalho e conversaram com pessoas nas ruas e nas casas. Como antes, na guerra de libertação, na batalha de Luanda e nas lutas que se sucederam à independência, o trabalho dos nossos companheiros cobriu fatos mais ou menos conhecidos e também aqueles que os meios de informação internacionais frequentemente tergiversam ou ocultam. A tônica geral dos depoimentos recolhidos é a frustração causada pela guerra. No



"O sonho imperialista não se realizará jamais", disse o presidente. As Fapla estão mobilizadas para defender a Pátria

momento em que um povo criativo e amante da paz, empenhado na luta de reconstrução, é obrigado a abandonar os lares, as escolas, as fábricas e as lavouras para voltar a empunhar os fuzis, é natural que todos amaldiçoem a guerra de agressão de que são vítimas. Mas, um dos aspectos mais sensíveis da atual realidade de Angola é que, ao contrário do que se notava há dois anos atrás, o povo se mobiliza para a guerra e o faz com uma profunda consciência dos seus deveres patrióticos. Não foi por acaso que o MPLA escolheu a histórica cidade de Caxito para comemorar os seus oito anos de independência nacional. Caxito é um símbolo. Em seus arredores, nas suas ruas hoje tranquilas e acolhedoras e nos seus campos agrícolas, onde o arroz, o feijão, as hortaliças e também as esperanças voltaram a brotar, se travaram na guerra da independência duros e decisivos combates. "Acabamos de perder Caxito", nos dizia em lágrimas em 1975 uma jovem militante do MPLA, do serviço de informação de guerra, no palácio do governo em Luanda. Contendo as lágrimas, ela nos acrescentava com firmeza: "mas vamos retomá-la".

E assim foi feito.

O presidente José Eduardo dos Santos recordou com emoção esses dias decisivos e reiterou a firme determinação do povo angolano, de derrotar novamente os seus

agressores. "O grande sonho imperialista de mudar o poder político em Angola não se realizará jamais. Angola caminhará na via da Democracia Popular e do Socialismo, livremente escolhido pelo seu povo", disse o presidente.

Ele destacou também, uma característica da atual situação do seu país, que é a decisão de não interromper o plano de desenvolvimento e de distribuir entre as exigências da guerra e as tarefas da paz, os recursos nacionais.

As reportagens ou informes sobre o trabalho dos ministérios, a maneira como o comissariado de Luanda está enfrentando os graves problemas urbanos da capital, o debate ideológico que se expressa na entrevista de Lúcio Lara e no seminário sobre a poesia de Agostinho Neto, a luta no campo diplomático que o chanceler Paulo Jorge explica na sua entrevista, enfim, os aspectos da vida comum são tratados neste informe especial sobre uma Angola que há 20 anos enfrenta esta etapa crítica de sua secular guerra de libertação.

Esperamos que os nossos leitores nos quase 70 países em que circulamos, façam a sua avaliação do quadro angolano, sem se esquecerem de que na África Austral está se travando uma batalha muito importante para os povos do Terceiro Mundo e que, embora em países tão distantes, ela diz respeito ao futuro e à paz de todos nós.



“O imperialismo e os racistas não passarão”

Nas comemorações dos oito anos de independência, o chefe de Estado angolano faz uma avaliação da situação política interna e da geopolítica regional

O presidente do MPLA-Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, pronunciou o seguinte discurso durante o ato central das comemorações do “11 de Novembro”, na cidade de Caxito, capital da província do Bengo:



Presidente J. E. dos Santos:
uma avaliação de oito anos de independência

“Viva a República Popular de Angola!
Viva o MPLA-Partido do Trabalho!
De Cabinda ao Cunene um só povo!
Uma só nação!
A luta continua!
Pelo Poder Popular!
A vitória é certa!”

20 - terceiro mundo

Caros camaradas:

Como todos sabem, um trágico acontecimento assolou a nação há poucos dias. Por razões que ainda se desconhecem até o momento, e que parecem ser de natureza técnica, 126 cidadãos perderam a sua vida num acidente de aviação na cidade do Lubango.

Por esse motivo, várias mensagens de condolências foram recebidas do estrangeiro, que agradecemos oportunamente.

Embora estejamos em dia de festa, uma grande tristeza ainda envolve o nosso povo e sobretudo os cidadãos que perderam os seus familiares.

Peço, por isso, a todos os presentes que dediquemos à memória das vítimas desse irreparável acidente, um minuto de silêncio.

De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação.

A luta continua. Pelo Poder Popular. A vitória é certa”.

Camaradas membros do Comitê Central.

Camaradas membros do governo.

Camarada comissário provincial do Bengo.

Excelentíssimos membros do corpo diplomático.

Camaradas internacionalistas.

Camaradas e compatriotas.

É a primeira vez que realizamos o ato central alusivo ao 11 de Novembro na cidade de Caxito.

No ano passado, comemoramos esta data em Mbanza Congo, na província do Zaire, onde foram inaugurados importantes empreendimentos econômicos no campo do petróleo.

Em anos anteriores, os comícios centrais, dedicados ao dia da Independência Nacional, foram todos realizados na praça 1ª de Maio, em Luanda, onde o saudoso presidente Agostinho Neto procla-

no. 61 - dezembro - 1983

mou, em nome do Comitê Central do MPLA, a independência de Angola, constituída em República Popular.

Hoje viemos à província do Bengo. A nossa presença nesta praça recordará a todos, os duros combates e as grandes batalhas que se desenrolaram nesta área, durante a Segunda Guerra de Libertação Nacional. Graças à valentia e firmeza dos nossos combatentes, Caxito foi algumas vezes arrancada das mãos dos invasores e inimigos do nosso povo que pensavam instalar aqui a sua retaguarda segura para marchar sobre a capital e impedir a proclamação da independência nacional.

Em toda Angola e mesmo no estrangeiro o nome de Caxito se tornou bastante conhecido pela resistência heróica, oferecida no campo de batalha ao imperialismo e aos seus fantoches e agentes. Homens, mulheres, velhos e crianças levantaram-se todos unidos para rechaçar o inimigo.

Uma valiosa contribuição foi dada à luta de libertação nacional pelos militantes do MPLA e pela população da sua antiga 1ª região político-militar, tanto na primeira como na segunda guerra de libertação.

A nossa presença aqui é, pois, uma deferência, um estímulo, um momento de atenção que os membros do nosso Partido de Caxito e as populações da província do Bengo em geral merecem.

O inimigo, aqui, foi travado como também foi parado no Keve, na sua sanha assassina e destruidora contra o povo. A partir das fronteiras norte e sul marcharam colunas bem treinadas e armadas de exércitos estrangeiros invasores em conluio com traidores e fantoches angolanos, que pretendiam aniquilar o MPLA pela força, depois da derrota político-militar, que sofreram em julho-agosto de 1975. O seu objetivo era implantar o neocolonialismo e manter a opressão e a dependência política do povo angolano ao imperialismo.

As nossas gloriosas Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) não permitiram isso. Nós vencemos o inimigo porque fizemos uma guerra justa de todo o povo contra a agressão estrangeira que contou com o apoio de todo o mundo e de todos aqueles que no mundo defendem a liberdade, a independência dos povos e a justiça social.

A população deste município deu excelentes provas de determinação e encarnou bem o desejo do nosso povo de ser livre e de dispor do seu próprio destino quando, de forma decidida, apoiou as forças armadas e participou nos combates que deram o avanço do inimigo e lhe infligiram derrotas e pesadas baixas, fazendo dezenas de prisioneiros, entre os quais mercenários e outros soldados estrangeiros que por terem a pele negra quiseram fazer-se passar por libertadores. Nessa ação foi reforçada a unidade do povo com o seu braço ar-



Agostinho Neto, pouco depois da proclamação da independência, a 11 de novembro de 1975

mado, as Fapla, e ficou demonstrado, diante da opinião internacional, que Angola pouco antes da sua independência já era vítima de uma agressão e ocupação por forças estrangeiras a mando do imperialismo, também pelo norte, que tentavam impedir a sua ascensão a uma independência real e completa, conforme preconizava o programa do MPLA.

“Nós vencemos o inimigo porque fizemos uma guerra justa de todo o povo contra a agressão estrangeira, que contou com o apoio de todo o mundo e de todos aqueles que no mundo defendem a liberdade”

Se as forças inimigas não fossem detidas em Kifangondo, depois dos duros combates efetuados em Caxito, elas teriam progredido em direção à ca-

pital e a independência teria sido proclamada em condições mais difíceis.

O 11 de Novembro é pois o culminar de uma grande epopéia da luta revolucionária do nosso povo. Ela é, ao mesmo tempo, um ponto de chegada e um ponto de partida em que o programa mínimo do MPLA, cumprido, cria as condições políticas necessárias para a aplicação do seu programa maior, passando da etapa da libertação política para a da libertação econômica.

Foi longa a trajetória percorrida para se alcançar este objetivo. Vários patriotas angolanos, entre os quais soldados desconhecidos, heróis anônimos e conhecidos, mutilados, órfãos, antigos combatentes etc., sofreram as vicissitudes da luta clandestina, os sacrifícios e privações da guerra de guerrilha, e muitos foram os que ficaram deficientes físicos ou tombaram para sempre no campo de batalha fertilizando com o seu generoso sangue o nosso solo pátrio libertado e engrandecendo, com seu nome, a nossa dignidade.

*"A nossa independência não foi
fruto do acaso, foi o
resultado de uma resistência
secular de todos os
verdadeiros patriotas"*

A nossa independência não foi fruto do acaso, não foi algo entregue numa bandeja, foi o resultado de uma resistência secular de todos os verdadeiros patriotas, que assumiu diferentes formas no tempo e no espaço, sendo a longa luta armada de libertação nacional o seu fator determinante.

Ao MPLA, sob a direção clarividente do saudoso presidente Agostinho Neto, coube o mérito e o papel histórico de unir todo o povo, de Cabinda ao Cunene, e de o conduzir, corretamente, nessa luta de que nasceu a República Popular de Angola e abriu as perspectivas para a edificação de uma sociedade mais justa, assentada na vontade e nas aspirações das massas trabalhadoras.

O 11 de Novembro e o MPLA estão intimamente ligados na trajetória da nossa luta. O MPLA, nessa trajetória da luta, caminhou profundamente ligado com o povo como destacamento de choque na defesa das suas aspirações.

Camaradas,

O 11 de Novembro, como data mais significativa da nossa história, é o produto do esforço heróico do nosso povo, de Cabinda ao Cunene. É o dia da Independência Nacional, a conquista mais valiosa de todos nós, que tem de ser preservada seja quais foram os sacrifícios, pelas gerações presentes e vindouras.

Caxito, Kifangondo, Ebo, Cahama e Cangamba

22 - terceiro mundo



somam-se aos marcos históricos da Primeira Guerra de Libertação e da fase de resistência à penetração colonial, traduzem bem a determinação do povo angolano de ser livre, soberano e digno.

Não podemos esquecer que a luta pela libertação econômica ocorre numa conjuntura internacional difícil e num contexto nacional caracterizado pela intervenção armada de forças imperialistas consubstanciadas pelo regime racista da África do Sul e pelos bandos fantoches que utiliza.

É movida contra a nossa jovem República uma guerra não declarada e desestabilizadora.

O inimigo externo aumentou, sob todos os pontos de vista, a sua atividade em agressividade contra o nosso país e numa autêntica corrida contra o tempo, pretendendo, em vão, forçar a direção do MPLA-Partido do Trabalho a abandonar a sua política de princípios, baseada na construção de uma sociedade que satisfaça os interesses fundamentais das massas trabalhadoras, que assegure o controle e a proteção das nossas riquezas naturais, a defesa intransigente da integridade territorial, a concessão da solidariedade indefectível aos povos oprimidos e subjugados pelo imperialismo, o exercício da política de não-alinhamento e de uma cooperação com os outros povos e Estados na base da igualdade e de vantagens recíprocas.

No campo militar, o inimigo procurou realizar ações impressionantes para chamar a atenção da opinião pública mundial e criar a falsa idéia de que estava às portas da capital do país. Enquadram-se nessas ações de banditismo e terrorismo, a destrui-

no. 61 - dezembro - 1983



As comemorações dos oito anos de independência

ção da barragem de Lomuan, os ataques ao complexo do Alto Catumbela e ao município de Calulo, o descarrilhamento do trem no Luau, o rapto de cooperantes checoslovacos e de outras nacionalidades. Essas ações foram acompanhadas de uma campanha de intoxicação da opinião pública internacional para convencê-la a acreditar que o nosso país não é vítima de uma agressão externa, por parte da racista África do Sul, mas que vive um suposto clima de guerra civil.

A imprensa, a rádio e a televisão de certos países ocidentais veicularam a propósito informações falsas ou distorcidas sobre o que se passava em Angola e apresentaram muitas vezes os seus desejos por realidade. Falaram de pretensos desentendimentos na direção do MPLA-Partido do Trabalho, de manifestações imaginárias de elementos do povo e chegaram ao ponto de dizer que o poder se encontrava preso por um fio e prestes a ser tomado pelos lacaios dos sul-africanos, que estariam em Luanda no dia 11 de Novembro. Só não quiseram dizer que o nosso povo, de Cabinda ao Cunene, organizou importantes marchas e grandiosos comícios de repúdio às agressões sul-africanas e atividade bandidesca dos seus lacaios da Unita.

Também não quiseram dizer que o nosso povo compreende que são justamente os atos de sabotagem econômica, as destruições de objetivos econômicos e sociais e agressões armadas contra as nossas unidades militares e populações civis, dos racistas sul-africanos e das suas forças complementares integradas em bandos armados da Unita, que

atrasam de fato a resolução de muitos problemas econômicos e sociais das massas trabalhadoras. Mas esta é que é a verdade que deve ser entendida para que se compreenda porque o nosso povo luta e está disposto a consentir em enormes sacrifícios para derrotar os agressores e seus lacaios.

"Uma campanha internacional visou intoxicar a opinião pública internacional para convencê-la a acreditar que nosso país não é vítima de uma agressão externa, mas que vive um suposto clima de guerra civil"

Na verdade, o regime racista da África do Sul, com o apoio do imperialismo norte-americano, tinha planos para aniquilar a nossa revolução. Combinaram ações militares, diplomáticas e de propaganda para neutralizar as centrais hidrelétricas, os principais depósitos de combustível, bloquear as vias de comunicação através da destruição de pontes, orquestrar campanhas difamatórias de propaganda contra os dirigentes do MPLA e de promoção dos bandos da Unita na arena internacional. Este plano, que começou a ser executado com o seu ataque traiçoeiro contra Cangamba, encontrou uma resposta vigorosa das nossas forças armadas e de todo o povo, em particular da nossa camada mais jovem em idade militar.

A mobilização geral que se tem registrado em torno da palavra-de-ordem "organizemos a defesa armada do povo para defendermos a revolução" mostra claramente que a Revolução será defendida e que o imperialismo, os racistas sul-africanos, enfim, a reação em geral, não passará.

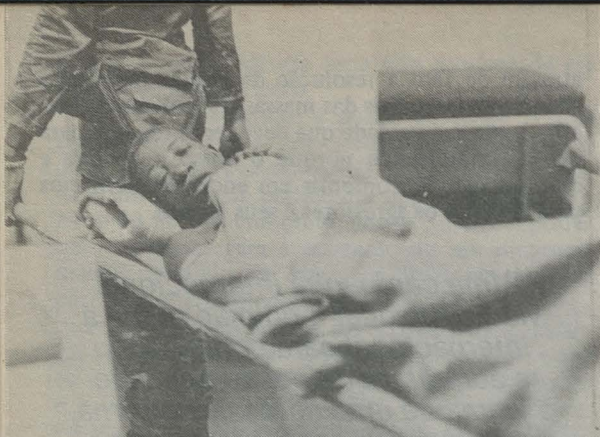
O grande sonho imperialista de mudar o poder político em Angola não se realizará jamais! Angola caminhará na via da Democracia Popular e do Socialismo livremente escolhido pelo seu povo.

Além dessa medida, outras que a direção do nosso Partido tomou, já têm produzido resultados positivos. Essas medidas, entre as quais se destacam a criação dos Conselhos Militares Regionais, visam, na sua essência, neutralizar o inimigo interno e confinar a sua ação a áreas de fraco interesse econômico e administrativo para a partir daí aniquilá-lo para sempre.

No prosseguimento da nossa ação teremos, ainda, que imprimir mais vigor no nosso combate e aperfeiçoar os nossos métodos de trabalho para acelerarmos a vitória total sobre o inimigo. Só essa vitória nos trará a paz e a tranquilidade necessárias ao nosso bem-estar.

A participação de todo o povo na vigilância po-

terceiro mundo - 23



DIP/MPLA-PT

Uma mãe ferida num dos bombardeios

pular e no apoio aos combatentes das Fapla é extremamente importante para neutralizarmos os bandos fantoches. É do esforço de todos nós, do cumprimento, no dia-a-dia, do dever de cada um, é da consciência de que temos que fazer a guerra para conseguir a paz, que depende a realização dos objetivos desejados, isto é, a defesa do território nacional e do povo e a construção de uma pátria próspera que garanta a felicidade para todos nós.

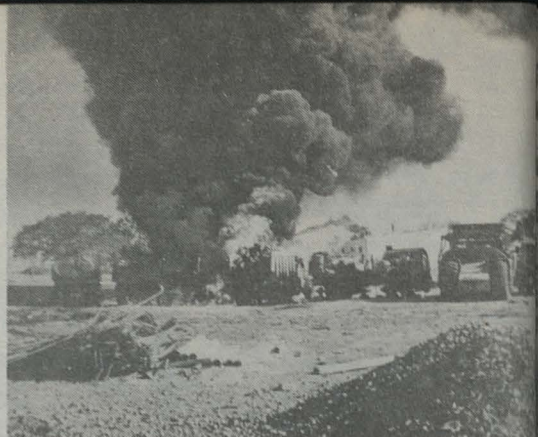
"O imperialismo, os racistas sul-africanos e os seus lacaios não estão interessados em ver o MPLA-Partido do Trabalho realizar o seu programa econômico"

A guerra cruel que a África do Sul move contra nós afeta a todos os angolanos patriotas. As bombas lançadas pelos aviões sul-africanos, a destruição das culturas, das barragens e das pontes, as minas nas estradas de ferro, as chacinas e massacres de civis atingem direta ou indiretamente toda a nossa população que, naturalmente, não pode ficar indiferente às agressões nem à ocupação de partes do nosso território.

A guerra atinge-nos a todos, tanto mais quanto sabemos que muitos objetivos fixados no nosso programa econômico e social, até agora não se concretizaram devido ao esforço financeiro que a Nação desenvolve para aumentar a sua capacidade defensiva, e oferecer uma resistência crescente aos ataques do inimigo.

Só as agressões do exército regular sul-africano, já causaram prejuízos materiais superiores a dez bilhões de dólares, privando mais de cem mil pessoas dos seus bens e lares, no sul das províncias do Cunene e do Kuando-Cubango. O esforço de guerra faz-nos ainda desviar para a defesa da pátria uma grande porcentagem do nosso Orçamento Geral do Estado.

24 - terceiro mundo



DIP/MPLA-PT



Maurício Makienba



O esforço da guerra faz desviar para a defesa da Pátria uma grande parte do orçamento

Isso quer dizer que as agressões do exército racista sul-africano obrigam-nos a importar menos medicamentos, a construir menos escolas, menos hospitais, habitações etc. Deixamos assim de investir em setores que poderiam proporcionar um relativo bem-estar imediato ao nosso povo, de modo a usufruir de fato dos frutos da independência e dos sacrifícios que experimentamos durante vários séculos.

São o imperialismo, os racistas sul-africanos e os seus lacaios que não estão interessados em ver o MPLA-Partido do Trabalho realizar o seu programa

no. 61 - dezembro - 1983



O presidente enfatizou a importância da participação do povo na defesa e no apoio aos combatentes

Telimprensa

econômico, porque têm medo que se prove que a igualdade, a justiça social e o bem-estar para todos, nos países da África Austral só podem ser alcançados numa sociedade socialista e, por isso, não são compatíveis com o racismo, com o *apartheid* e com a exploração do homem pelo homem.

Apesar disso, um grande esforço tem sido feito em prol da reconstrução nacional, para assegurarmos o mínimo de condições de vida ao nosso povo, no âmbito dos programas de emergência e não só. Não temos apenas reconstruído quase tudo que o inimigo destrói, temos realizado e inaugurado novos empreendimentos todos os anos.

A principal preocupação do nosso partido é, neste momento, criar condições que nos permitam realizar, mais rapidamente com sucesso, o Programa de Emergência da Produção Alimentar.

Passos firmes estão sendo dados no domínio da avicultura, da pesca e da produção do sal, do açúcar e de outros bens. Pretende-se, igualmente, melhorar o sistema de aquisição e distribuição de medicamentos e executar o programa de combate às grandes endemias e de cuidados primários da saúde. Esta é uma resenha muito breve do que se tem preparado e executado no quadro dos programas de emergência.

No campo econômico, como em todos os setores da vida do nosso país, uma das nossas principais dificuldades continua a ser a nossa deficiente capacidade de controle e organização. É uma situação que decorre da in experiência dos quadros e sobretudo da falta de técnicos nacionais para execução e controle das tarefas de grande complexidade.

Temos recorrido ao concurso de técnicos estrangeiros para suprir muitas dificuldades. Porém, a cooperação técnica estrangeira nem sempre se ajusta à nossa realidade e às nossas necessidades e o

seu custo tem-se mostrado cada vez mais oneroso para o Orçamento Geral do Estado. O Partido e a Assembléia do Povo deram orientações claras sobre a necessidade do controle da efetividade, da produtividade e dos custos dos cooperantes. É urgente que essa tarefa se realize. Ultimamente, temos assistido a um aumento assustador de contratos de assistência técnica entre empresas nossas e estrangeiras, sobretudo de países ocidentais da Europa, com Portugal em primeiro lugar, através dos quais se transferem somas exageradas de dinheiro, quando a Europa Ocidental vive um sério problema de desemprego que afeta técnicos e operários qualificados. Esta situação deve merecer uma atenção especial dos organismos competentes do governo, para que se estudem as medidas de ajustamento que se impõem e tragam maiores benefícios para o nosso país.

"A participação de todo o povo na vigilância popular e no apoio aos combatentes das Fapla é extremamente importante"

Nesse contexto, a palavra benefício deve ser entendida num sentido lato, como sendo benefícios econômicos, financeiros e também ideológicos. Devemos exercer a nossa vigilância para não permitir laços de cooperação com empresas ou entidades que possam aproveitar os resultados financeiros dessa cooperação para promover politicamente ou armar os inimigos do nosso povo.

A diversificação da cooperação econômica deve ser convenientemente dosada e orientada para o nosso objetivo estratégico, desempenhando papel



Os escolares presentes às comemorações

chave, nesse terreno, a secretaria de Estado da Cooperação e o ministério do Plano.

Sem renunciar à cooperação com os países ocidentais, por razões objetivas, temos de cuidar da consolidação e ampliação das relações econômicas com os países da nossa opção ideológica. E é também aqui, naturalmente, que devemos cuidar bem dos nossos interesses para que a cooperação, mais barata e mais segura, que nos oferecem, sirva, de fato, para construção das bases materiais e técnicas da nova sociedade que queremos edificar.

Camaradas,

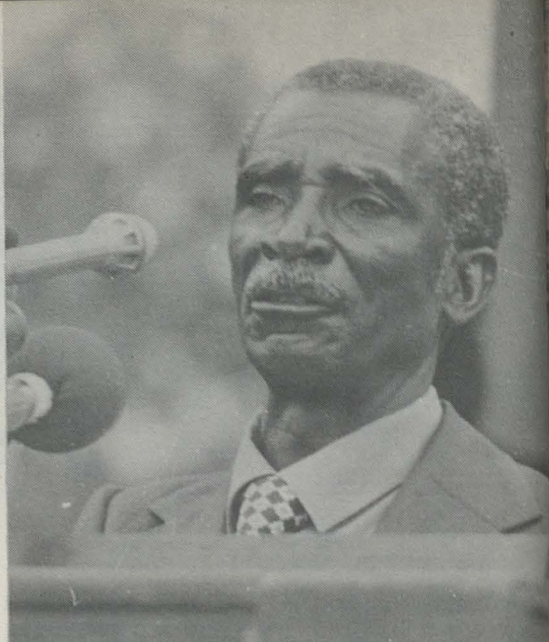
Como sabem, nós mantemos uma cooperação exemplar com Cuba em vários campos da vida civil e militar. Apesar de todas as campanhas, de todas pressões e chantagens dos nossos inimigos, continuamos a contar com internacionalistas vindos de países amigos, em especial com os camaradas cubanos que têm cumprido com coerência, espírito de sacrifício e dedicação revolucionária, junto dos seus irmãos de Angola, as grandes tarefas da defesa e da reconstrução nacional. Na nossa luta comum contra o inimigo, temos cimentado com sangue a nossa amizade e solidariedade militante, compartilhando as dificuldades e tristezas, os nossos erros e as alegrias das nossas vitórias.

Desesperado com essa ajuda firme e desinteressada, o imperialismo acumula manobras atrás de manobras, tentando conseguir a sua retirada da República Popular de Angola sem sucesso, pois, pelo contrário, tem aumentado o apoio de todos os governos às nossas posições comuns justas e de princípio nesse assunto.

O atraso deliberado da África do Sul e dos Estados Unidos da América na aplicação da Resolução 435, que conduz à independência da Namíbia, com o pretexto da presença cubana em Angola, tem merecido a mais vigorosa condenação da comunidade internacional.

Ainda muito recentemente o Conselho de Segurança das Nações Unidas rejeitou a pretensão absurda da África do Sul e dos Estados Unidos da

26 - terceiro mundo



Xi-Muto, o comissário provincial de Bengo, local da festa

América de ligar a descolonização da Namíbia à presença das forças internacionalistas cubanas em Angola, o que demonstrou o crescente isolamento internacional dos racistas e dos seus protetores.

Preocupados com esse isolamento, procuram de novo enganar a opinião pública com novas manobras políticas.

Pretendem atribuir à Namíbia o estatuto de "protegidos" da África do Sul porque acham que o povo namibiano ainda não reúne condições para ascender à independência.

A Namíbia é um país ilegalmente ocupado e colonizado e não acreditamos que o povo namibiano se deixe enganar por esta manobra. Pensamos que ele não abdicará e continuará a sua luta justa pela conquista do seu direito inalienável à independência nacional sob a direção da Swapo, que se beneficia do apoio e da solidariedade de todos os povos amantes da paz e da liberdade, entre os quais a República Popular de Angola, que se encontra na primeira linha da sua retaguarda.

Não há dúvida de que o único meio para se ultrapassar a situação crítica existente na Namíbia consiste na conclusão de um acordo de cessar-fogo entre as partes beligerantes e na realização de eleições livres sob o controle da ONU, em conformidade com a Resolução 435 do Conselho de Segurança.

De igual modo, a tentativa desesperada de romper o seu isolamento e de atenuar a força das condenações internacionais, através da farsa eleitoral que o regime de Pretória montou há pouco tempo e que chamou "referendo", com vistas a mudanças

no. 61 — dezembro — 1983



Cartazes contrários à política de Reagan no 11 de Novembro em Caxito

DIP/MPLA-PT

constitucionais de fachada, é uma grande ilusão.

Os direitos da maioria esmagadora do povo sul-africano não foram considerados. Como poderá cessar, então, a luta e a violência na África do Sul, sem a abolição do *apartheid* que coloca à margem da sociedade mais de 20 milhões de pessoas só por serem negras? O regime de Pretória não deve procurar as causas dos seus problemas internos fora das suas fronteiras.

A luta do povo sul-africano oprimido e explorado, que já não é só luta do povo negro sul-africano, é produto de uma profunda injustiça social que atinge mais de duas dezenas de milhões de pessoas. Aliás, a própria farsa eleitoral que acabou de realizar não aconteceria se não houvesse essa luta interna.

Ela é, também, o resultado da pressão popular crescente pelos patriotas sul-africanos do ANC. Por isso, nós não aceitamos os argumentos que a África do Sul utiliza para mover uma guerra não declarada de ocupação e desestabilização contra países soberanos da África Austral, e, particularmente, contra a República Popular de Angola.

Camaradas e compatriotas,

Nesta gloriosa data, não podemos deixar de recordar todos aqueles que deram a sua contribuição para que o dia de hoje fosse possível e, em especial, o saudoso presidente Agostinho Neto, que, com clareza e coragem, dirigiu a luta de libertação e, sob pressão da guerra de agressão imperialista, declarou, ao mundo, a nossa Independência.

O seu legado histórico deve ser sempre recordado, como fonte de inspiração para que prossigamos no combate contra os inimigos e construamos a pá-

"O legado histórico do presidente Agostinho Neto deve ser sempre lembrado como fonte de inspiração no combate aos inimigos"

tria socialista, pela qual já tombaram muitos e valerosos companheiros de luta.

A vitória, a nossa vitória, foi possível porque o MPLA soube unir, debaixo da mesma bandeira da luta pela independência, pela justiça social e igualdade, todos os angolanos sem discriminação de raça, de tribo ou de credo religioso.

Na unidade do Partido, em torno dos seus princípios claros, na unidade da Nação e na unidade de todo o povo, assentará, sempre, a nossa força para a vitória.

Consolidemos, pois, a nossa Unidade na Luta.

Organizemos a defesa armada de todos para defendermos a Revolução.

Em vosso nome, em meu nome próprio, e no da direcção do nosso Partido, gostaria de aproveitar esta ocasião para transmitir uma saudação especial aos combatentes angolanos e internacionalistas que, nas suas trincheiras, nos quartéis e nos organismos de defesa e segurança, cumprem com abnegação o dever sagrado de defender a Pátria e a Revolução.

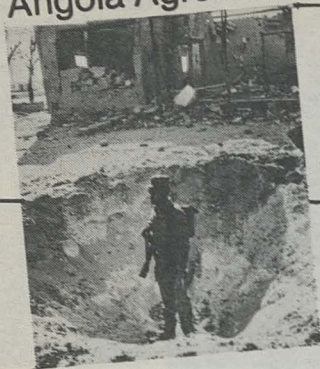
Viva a República Popular de Angola!

Viva o MPLA-Partido do Trabalho!

Viva o internacionalismo proletário!

A luta continua!

A vitória é certa!



A geopolítica sul-africana

As razões da invasão e das permanentes agressões ao território angolano por parte do regime de Pretória

Em uma sala reservada, jovens oficiais das Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) nos explicam o quadro militar. Nenhum deles tem mais de 25 anos. Como muitos outros dos seus camaradas, deixaram a Universidade diretamente para a missão militar.

Uma das consequências mais graves da guerra é que mais da metade dos recém-formados é chamada a alistar-se nas forças armadas e alguns cursos científicos são suspensos para que os jovens neles

matriculados possam atender às necessidades da defesa nacional.

No relatório que nos faziam, os jovens capitães não se detinham apenas na análise do quadro propriamente militar, mas, sim, se concentravam no exame dos fatores políticos e econômicos que deram origem à guerra. Eles estão conscientes de que a guerra não decorreu de motivos históricos ou questões de fronteira e nem começou a partir de algum incidente que fugira ao controle do Estado. Angola é vítima de uma agressão política e econômica.

A desculpa para essa agressão é que o governo angolano apoia a luta de libertação da Namíbia e que seria uma espécie de santuário para as forças patrióticas que resistem ao terror sul-africano naquele país.

É verdade que Angola apoia a independência da Namíbia, como a África inteira — mesmo os governos mais reacionários — também a apoia. Como todos os povos democráticos do mundo e os governos comprometidos com uma nova ordem internacional, os angolanos respaldam a luta dos namibianos por sua soberania. Cumprem o ideário do pai da pátria, presidente Agostinho Neto e o programa do movimento de libertação. Em seu discurso em Menongue, em 1979, o presidente Neto disse: “Na Namíbia, o problema é claro. Quem é que está dominando a Namíbia? É, naturalmente, a África do Sul, que tem tropas aqui perto da nossa fronteira, dezenas de milhares de homens, meios importantes de ataque, meios modernos, estacionados na nossa fronteira para nos atacar, simplesmente porque temos esse sentimento de fraternidade para com os nossos irmãos da Namíbia. E podemos deixar de ser irmãos? Qual é o filho do mesmo pai e da mesma mãe que despreza o seu irmão? O que nós vamos fazer? Vamos continuar o nosso apoio à luta dos nossos irmãos da Namíbia”.

Angola assume, com imensos sacrifícios, as responsabilidades decorrentes de claras e inofismáveis decisões das Nações Unidas, em favor da independência, contra a ocupação da Namíbia pelos



Beatriz Bissio

O presidente Agostinho Neto concede uma entrevista a Neiva Moreira num momento crítico da guerra de libertação: setembro de 1975. Tropas inimigas fechavam o cerco sobre a capital e se esperava a qualquer momento o ataque decisivo, antes do dia 11 de novembro, data fixada para a proclamação da independência. Com uma exemplar firmeza e serenidade, o presidente Neto nos disse: “Eles não passarão. Angola será independente”. Realmente não passaram e a independência foi proclamada na data prevista. (Na foto de Beatriz Bissio, um momento da entrevista em Fundungo de Belas, na província de Luanda, que sob o comando do grande líder africano se havia convertido no estado maior da resistência angolana.

sul-africanos e de combate ao *apartheid*.

É evidente que se não existisse esse pretexto, o governo de Pretória procuraria outro, porque o problema não está na Namíbia, mas na própria Angola. Se Angola fosse um país pobre não estaria invadida, mesmo que apoiasse a independência da Namíbia.

Mas Angola é um dos países mais ricos da África. Produz petróleo, minérios, diamantes e tem uma costa muito apropriada à pesca industrial. Com uma superfície superior a um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados, oferece excelentes condições para a pecuária, a agricultura e sobretudo para o plantio do café, de que o país foi e deverá ser no futuro um dos maiores produtores da variedade "robusta", essencial à preparação nos mercados ocidentais dos tipos *blends*.

Com sete a oito milhões de habitantes (esses dados poderão ser confirmados pelo recente censo demográfico), Angola tem uma população criativa, dinâmica e que soube conquistar numa luta de muitos anos a sua própria independência.

Dois metas sul-africanas

Para a África do Sul e seus geopolíticos, a guerra de agressão se justifica por dois motivos decisivos: a) o potencial econômico de Angola; b) a instalação de um governo socialista no *lebensraum* (o "espaço vital") do expansionismo sul-africano.

Grande parte do que Angola produz complementa a economia da África do Sul, sobretudo o petróleo, de que tanto carece. O fato de que, a partir do território angolano, a África do Sul poderia expandir as suas exportações para o norte do rio Congo, constitui um fator de peso nas ambições sobre Angola. Sua meta seria transformar Luanda numa plataforma exportadora como Taiwan ou Hong Kong.

Essas ambições expansionistas, mais do que tudo, explicam a guerra. Se fosse porque o governo angolano apóia a independência da Namíbia, a África do Sul teria, por uma questão de coerência, que declarar guerra à Nigéria, Gana, Argélia, a dezenas de países do continente e do mundo que, com maior ou menor eficácia, estão numa mesma posição.

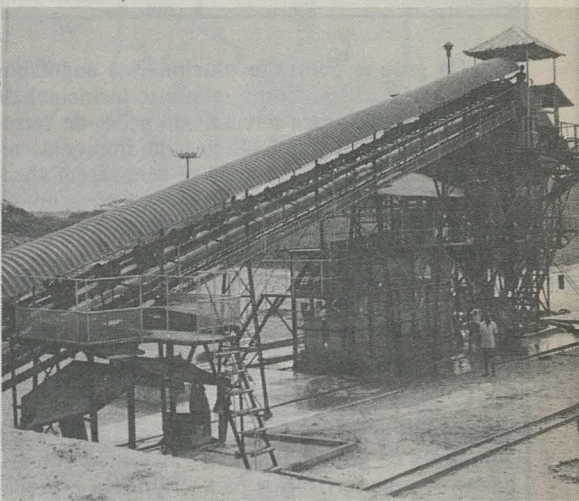
Os sul-africanos vêm mantendo uma posição invariável na busca de seus objetivos geoeconômicos em Angola desde o tempo do colonialismo português, quando o problema namibiano não tinha assumido as conotações dos dias atuais.

E qual é a estratégia que vêm desenvolvendo? Ela tem três etapas definidas: a) a tentativa de controlar o processo de transição à independência em conluio com o colonialismo salazarista, deixando em Luanda um governo títere; b) as grandes invasões militares com forças convencionais de 1981 e 1982; c) o recrudescimento das operações de sabo-

tagem a partir da derrota da Unita na batalha de Cangamba.

A primeira fase terminou na batalha de Luanda. Os sul-africanos e os restos do regime salazarista lançaram à batalha seus grupos fantoches da Unita e da FNLA, que haviam sido impostos pelo governo colonial português de então para formar com o MPLA o governo de transição. A vitória do MPLA na batalha de Luanda e a resistência ao avanço inimigo a partir do sul obrigaram os sul-africanos a bater em retirada. Através de bem-sucedidas operações de limpeza, as nascentes forças armadas angolanas destruíram todos os focos inimigos expulsando Jonas Savimbi e o seu grupo remanescente para a África do Sul.

DOR/MPLA



O potencial econômico de Angola é cobiçado pelos sul-africanos

Fracasso estratégico

O período de 1975 a 1981 foi caracterizado por uma guerra de desgastes com ataques localizados e pressões renovadas. Os sul-africanos estavam organizando as suas forças expedicionárias e adestrando os grupos da Unita para a ofensiva de 1981 sobre o Cunene, resistida com extremo vigor pelas Fapla.

Nessas operações os *boers* empenharam enormes forças, brigadas de tanques e uma poderosa força aérea. Desde então, ocupam grande parte do Cunene, província rica, onde se desenvolve uma pecuária de qualidade. A área ocupada representa cerca de 10% de todo o território nacional angolano.

O plano estratégico sul-africano era atrair as Fapla para uma batalha decisiva, obrigando os cubanos a retroceder mais para o norte. Isso deixaria os invasores no controle de uma região muito importante de Angola, que compreende as decisivas pro-

terceiro mundo - 29

víncias de Moçâmedes e Huíla. Segundo os especialistas de Pretória, se isso ocorresse, o governo do MPLA se desestabilizaria.

O plano fracassou. Através de manobras hábeis e de confrontos nos pontos adequados e nos momentos precisos, as Fapla detiveram o exército invasor na linha do Cunene e os cubanos continuaram onde estavam.

O desenvolvimento dessas operações foi importante sob muitos aspectos, inclusive para a forma-

ção da nova força combatente. Hoje, Angola dispõe de um dos melhores exércitos africanos, com a vantagem de uma vasta experiência nos campos de batalha.

Os sul-africanos sabem que se avançarem, encontrarão pela frente esse exército. Mas eles temem também dois fatores que lhes são muito adversos: a possibilidade de intervenção das poderosas forças cubanas e o fato de que um avanço racista mais para o norte pode desencadear uma crise

Lisboa no eixo Washington-Pretória

Os grupos contra-revolucionários angolanos usam Portugal como o ponto principal da sua propaganda. Eles reivindicam ações de terrorismo, convocam conferências de imprensa, recrutam mercenários, reúnem-se sem serem absolutamente incomodados, atacam o governo de Luanda com quem Lisboa tem relações diplomáticas, organizam conspirações.

Tais atitudes não são ignoradas em Luanda e nos outros países africanos de expressão portuguesa. A Declaração Final da Reunião de Cúpula da Praia, assinada há um ano pelos presidentes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, continha uma séria advertência a governos que, pela sua política são cúmplices de grupos fantoches africanos que utilizam os seus territórios para "fomento e preparação de ações subversivas e terroristas". Portugal não era expressamente citado, mas todos os observadores consideraram esses parágrafos da Declaração como dirigidos ao governo de Lisboa.

Apesar dessa posição, da denúncia feita por alguns órgãos de imprensa e organizações políticas e de solidariedade portuguesas, a escalada da conspiração prosseguiu com total impunidade. Em setembro último, um enviado especial da revista católica francesa *Témoignage Chrétien* não escondia a sua surpresa: "Lisboa está transformada num centro de operação dos serviços secretos da África do Sul".

Já em agosto de 1975, um jornalista da revista espanhola *Cambio 16* escrevia: "Os enviados especiais dos jornais norte-americanos comentam com estupefação a quantidade de agentes da CIA que conheceram no Laos, Vietnã ou Campuchea e que agora encontram nos bares dos hotéis de luxo de Lisboa".

Em agosto de 1982 traçaram-se planos conspirativos muito graves. Tratava-se da "Operação

Cubango", nome de código de um golpe de estado em Angola preparado em Lisboa, envolvendo diretamente a embaixada da África do Sul e com o conhecimento do então ministro português da Administração Interna e dirigente do PSD, Ângelo Correia.

O plano previa uma invasão do exército sul-africano e de cerca de dois mil mercenários, alguns dos quais recrutados em Portugal. O governo português mandou que a polícia judiciária fizesse uma investigação "a fundo" do caso. Porém nunca foram revelados quaisquer resultados.

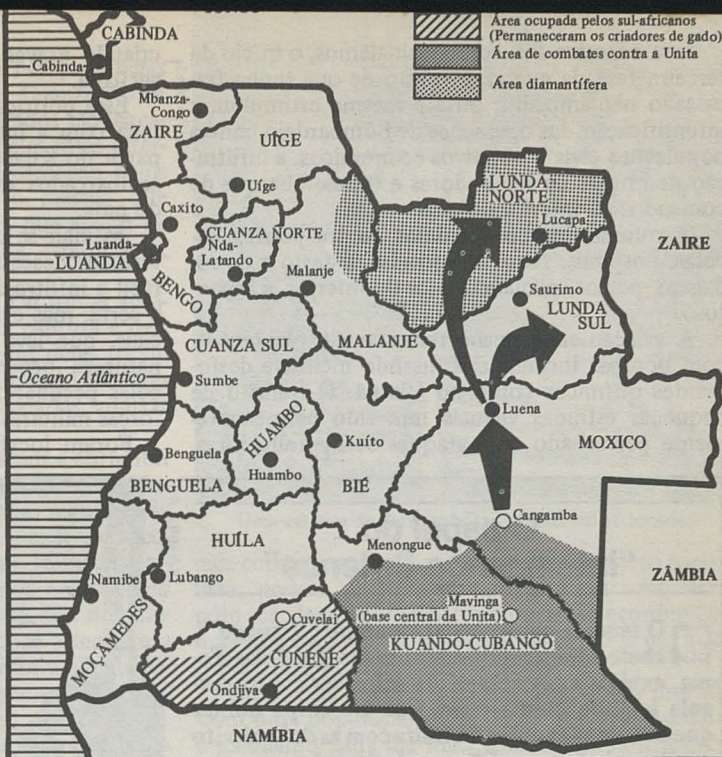
Em março último, a agência noticiosa angolana *Angop* acusava frontalmente o governo de Lisboa de permitir "a existência de organizações que conspiram contra a República Popular de Angola", nomeadamente concedendo "visto de permanência a altos dirigentes dos agrupamentos fantoches antiangolanos".

A agência noticiosa angolana denunciava ainda o fato de a campanha de propaganda da Unita que "precedeu a sabotagem da barragem de Lomuan, no mês de janeiro passado, ter sido organizada e posta em prática na capital portuguesa por elementos daquele agrupamento contra-revolucionário com a colaboração direta de agentes sul-africanos".

Essa posição governamental tem merecido inúmeras condenações do próprio presidente da República, general Ramalho Eanes, de altas personalidades, de organizações e de empresários que vêem em perigo a relação econômica privilegiada de Angola com Portugal.

O ministro do Comércio Exterior de Angola afirmou que o reforço de relações econômicas com o seu país é incompatível com a "complacência em relação aos grupos provocadores apoiados pela África do Sul, que atuam a partir de Portugal e outros países do Ocidente, nossos parceiros econômicos, contra os interesses políticos, comerciais e humanos de Angola". Mais recentemente, o vice-ministro angolano das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, disse que as relações de Portugal com o seu país "poderão ser congeladas se a Unita continuar a atuar impunemente em território português". (Bernardo Crespo)

O mapa nos dá uma idéia aproximada da situação militar: a província do Cunene, parcialmente ocupada, a província semi-desértica de Kuando-Cubango, por onde se infiltrou a Unita até ser contida e derrotada em Cangamba e quais foram os objetivos frustrados dos sul-africanos: a ocupação de Luena, capital da província de Moxico, onde seria proclamado um "governo fantoche". Posteriormente, seriam invadidas as ricas províncias de Lunda, centro da produção diamantífera de Angola. Em Cangamba, esses sonhos foram sepultados



na região e internacionalizar a guerra. Isso pode explicar porque estão imobilizados ali.

A segunda fase do plano estratégico sul-africano ficou por aí, mas essa limitação de operações não significa que a guerra tenha acabado com a ocupação de parte da província do Cunene. Ao contrário, entrou em uma nova fase: operações aéreas mais profundas, infiltração e sabotagem em larga escala.

Essa é a etapa atual, a terceira do longo e cruel plano de domínio sul-africano sobre Angola.

O centro principal da nova ofensiva foi deslocado da província do Cunene para a de Kuando-Cubango, mais ao norte (ver mapa), cobrindo a fronteira de Angola com a Zâmbia. Ali estavam entrincheiradas as Fapla, em uma linha defensiva cuja base central foi instalada na pequena cidade de Cangamba.

Kuando-Cubango é uma província territorialmente grande, sendo parcialmente desértica, pouco habitada: não mais de cem mil habitantes, hoje quase todos refugiados em Luanda ou outras cidades.

Dadas as dificuldades de uma vigilância contínua sobre toda a província, foi possível ao inimigo concentrar ali as principais forças da Unita e desencadear uma ofensiva em grande escala a 2 de agosto passado.

O plano era simples e claro: a Unita romperia a linha de Cangamba e atacaria para o norte, ocupan-

do Luena, capital da província de Moxico. Aí, instalariam um "governo" provisório que logo seria reconhecido pelos Estados Unidos, pela África do Sul e seus aliados. De Cangamba, desencadeariam nova ofensiva, no rumo das províncias de Lunda, centro da produção de diamantes e fronteira com o Zaire.

A batalha, travada entre 2 e 11 de agosto, foi extremamente violenta. As Fapla infligiram uma derrota categórica ao inimigo, que perdeu sua melhor força, deixando no campo de batalha mais de 1.200 mortos e feridos graves.

Crise na Unita

Os sul-africanos não tardaram a ir em socorro da Unita e a 14 de agosto realizaram, às primeiras horas da manhã, um violento bombardeio no qual participaram quatro jatos tipo *Camberra* e quatro *Impala* (MK-2). Tropas aerotransportadas e blindados *Panhard* foram lançados na área depois que a aviação destruiu totalmente a cidade.

Quando estivemos em Luanda, no mês passado, as Fapla ocupavam regiões próximas a Cangamba e ali estavam entrincheiradas.

Em consequência da derrota, a liderança da Unita entrou em crise — um chefe contra outro — e havia sintomas de grande desagregação entre os grupos de ação.

Essa ofensiva foi, como assinalamos, o início da terceira fase da guerra, e o fato de que tenha fracassado não impediu, ou até mesmo estimulou, a intensificação das operações de bombardeio contra populações civis e objetivos econômicos, a infiltração de grupos de sabotadores e o desembarque de comandos no interior do país.

O volume dos bombardeios contra pontes, escolas, hospitais, fábricas, estradas-de-ferro e de rodagem, portos, pequenas vilas do interior, é espantoso.

A aviação sul-africana tem atacado plantações, com bombas incendiárias, usando inclusive desfolhantes químicos como no Vietnã. O trânsito de pequenas estradas vicinais tem sido permanentemente perturbado com ataques de metralhadoras,

criando graves problemas ao fluxo da produção agrícola.

Essa política de "terra arrasada" é complementada com a infiltração de comandos terroristas a partir do Kuando-Cubango e de grupos que são desembarcados de aviões e helicópteros no interior do país.

Assinale-se que Angola tem uma parte do seu território escassamente habitado, por onde é mais fácil a infiltração inimiga. A captura desses grupos é certa, mas exige a mobilização de reforços especiais, que leva tempo. É como se um fato dessa natureza ocorresse na floresta amazônica, onde pelas peculiaridades da região, a concentração de forças militares é mais complexa e demorada.

Foram localizados no interior de Angola seis

O papel do "Intelligence Defense"

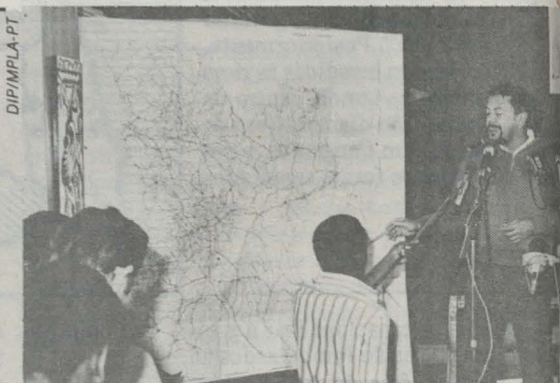
□ O tenente-coronel Nini Monteiro ("Ngongo"), chefe-adjunto do estado maior geral das Fapla, explica a nova etapa das agressões contra Angola iniciada com a criação de um corpo militar que coordena as ações da Unita com as do exército regular sul-africano. Eis suas declarações:

"Gostaria de lembrar que a invasão de 23 de agosto de 1981 aconteceu quando os mais racistas dos políticos sul-africanos, tendo à frente Pieter Botha, estavam no governo em Pretória. A partir daí, nós imediatamente começamos a verificar que havia um incremento de ações sul-africanas contra nosso país. E logo depois de Botha chegar ao poder na África do Sul, vem a subida ao poder de Reagan nos Estados Unidos. Foi nessa altura que se criou o *Intelligence Defense*, que é o organismo que passou a dirigir e coordenar, na África do Sul e portanto do governo de Pretória, todas as ações militares contra a República Popular de Angola.

"O *Intelligence Defense* foi criado exatamente para isso: coordenar as ações das forças racistas sul-africanas com as do seu exército complementar, que são os bandos fantoches da Unita. Antes da criação desse organismo, ainda não havia a coordenação das ações militares dessas duas forças.

"À frente desse organismo, foi colocado o ministro da Defesa racista, general Magnus Malan. A partir de então, nós passamos a sentir maior coordenação nos esforços de fazer avançar a luta contra-revolucionária em Angola. Foram realizadas, então, ações mais agressivas não só por parte das forças racistas como também dos bandos fantoches.

"Sentiu-se, também, o incremento das ações ao longo da estrada de ferro de Benguela, as sabo-



"Ngongo": denúncia dos planos de Pretória

tagens contra centros econômicos importantes, o rapto de pacíficos cooperantes que aqui conosco apenas ajudam no desenvolvimento sócio-econômico do nosso país. Essas e outras ações mostraram concretamente que, com o *Intelligence Defense*, as forças de defesa sul-africanas e os bandos fantoches da Unita tinham iniciado de fato um novo período nas agressões e na tentativa de destruição da revolução angolana.

"No ano passado, nós sentimos que os bandos da Unita introduzidos no nosso território tinham como missão principal o rapto de jovens angolanos, especialmente no campo, e o seu transporte para a Namíbia, para as bases racistas que se encontram ao longo da fronteira entre Angola e a Namíbia, ilegalmente ocupada pelas forças sul-africanas. É o caso da base de Dodge City, da base Omega, de Katma Mulilo (uma base aérea onde também se faz o treinamento dos bandos fantoches).

"Esses jovens angolanos raptados foram levados no ano passado para esses campos de treinamento e este ano começaram a ser introduzidos à força ao longo da fronteira entre Angola e Zâmbia em direção ao sul da província do Moxico".

grupos sul-africanos de sabotagem nas províncias de Huambo, Bié, Moxico, Malanje, Cuanza Norte e Benguela. Os grupos aerotransportados são lançados em geral por aviões que voam pelas rotas internacionais, dificultando a sua interceptação pelos *Migs* angolanos. Poderia ocorrer o mesmo que aconteceu com o avião sul-coreano, que apesar de estar nitidamente numa missão de espionagem, usava uma rota civil.

Nos últimos cem dias, as Fapla e as forças auxiliares têm obtido grandes êxitos na captura e destruição de bandos terroristas. Alguns deles foram surpreendidos quando estavam colocando bananas de dinamite em pontes rodo-ferroviárias vitais à economia do país.

E por que os angolanos demoraram a enfrentar essa nova situação? É simples. O perigo maior sobre Angola provém das forças armadas regulares da África do Sul. Angola construiu um exército reconhecidamente eficaz, modernamente treinado e armado para enfrentar os sul-africanos em batalhas convencionais. Mas, paradoxalmente, um dos movimentos populares que mais conhece a teoria e a prática da guerrilha na África não estava adequadamente preparado para este tipo de guerra. E agora está.

Outro fator do êxito é de natureza política. A relação do guerrilheiro-povo é a mesma do peixe-água. Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, Tito e "Che" Guevara conheceram bem essas regras e as aplicaram com maior ou menor êxito. O governo do MPLA se beneficia largamente da vantagem de ter o povo ao seu lado, ao passo que os bandos terroristas são vigiados nas selvas por milhares de olhos ou perscrutados por muitos ouvidos, que são o imenso sistema de radar das forças armadas angolanas.

O "perigoso" modelo socialista

Como acentuamos de início, essa política de destruição maciça não é casual. Faz parte do projeto geoeconômico de Pretória e do sistema transnacional que domina a economia da Namíbia e também a da África do Sul.

Nenhum estado-maior joga apenas com uma só hipótese e os sul-africanos não devem fugir a essa regra. Por mais sectários que sejam, eles já não podem duvidar que a ocupação de Angola não será possível com um simples passeio militar e que uma guerra total poderá ter consequências regionais imprevisíveis e graves desdobramentos no plano internacional. O governo de Pretória não pode, assim, deixar de considerar a hipótese de que a Namíbia conquiste sua independência e que novos fatores possam abrir caminho a uma paz verdadeira na região.

E daí? Um país como Angola, com excepcio-



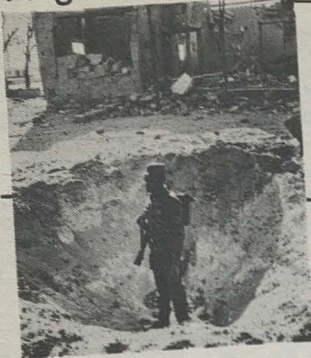
Uma estrada de ferro sabotada pelos sul-africanos

nais condições para fazer avançar um projeto socialista, poderá se converter em um extraordinário pólo de desenvolvimento não apenas econômico, mas sobretudo político, transformando-se em uma experiência exemplar para a África.

Para os racistas, esta é uma perspectiva mortal. Com uma população negra de 20 milhões, inquieta e ganhando cada dia mais consciência política, os quatro milhões de brancos temem o impacto ideológico do exemplo de Angola, perigoso para o expansionismo sul-africano e o *apartheid*.

Mas como não está em suas mãos o controle de todos os fatores políticos, diplomáticos, econômicos e militares que incidem no complexo quadro da África Austral, e por não ter, em consequência, segurança quanto ao futuro, é que a África do Sul está tentando destruir bases materiais importantes para o êxito da experiência socialista angolana. Os estrategistas de Pretória consideram que, se não podem dobrar militarmente Angola, que pelo menos através de ataques brutais, de bombardeios e sabotagens, transformem o país em um verdadeiro caos, capaz de resultar na desestabilização do governo socialista de hoje, ou torná-lo inviável amanhã.

Este é um quadro que reflete, aproximadamente, o plano sul-africano, mas que faz ressaltar de maneira muito nítida e indiscutível o papel histórico que Angola, no Atlântico, e Moçambique, no Índico, estão desempenhando na vanguarda de uma confrontação que transcende as suas fronteiras e se insere no processo histórico como uma contribuição de primeira grandeza à luta dos povos pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo. "A revolução socialista em Angola será o fim do *apartheid*", disse recentemente aos jornalistas em Luanda o tenente-coronel Ngongo, chefe-adjunto do estado-maior geral das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola. (Neiva Moreira) ●



O preço da liberdade

A agressão sul-africana e as sabotagens da Unita impõem ao povo angolano permanentes sacrifícios e uma determinação: vencer

Rever a terra vermelha de Angola nos causou tanto impacto quanto da primeira vez, naquele já distante mês de junho de 1975, quando fizemos uma escala em Luanda na rota para Moçambique, onde iríamos assistir a festa da independência. No Uruguai, meu país, a terra vermelha é algo tão exótico que até mereceu uma música, popularizada nos anos 60 pelos *Los Olimareños*, uma destacada dupla de folcloristas. E em nenhuma parte a vimos com a agressividade que ela tem em Luanda e arredores, onde as vastas extensões de um vermelho vibrante parecem antecipar a dor deste país agredido.

Mas o tempo não passou em vão, e apesar dos ataques permanentes, as mudanças são visíveis no próprio aeroporto "4 de Fevereiro", assim batizado em homenagem à data em que foi atacada a prisão portuguesa de São Miguel por combatentes do MPLA, para libertar presos políticos.

Muitos angolanos, em sua maioria jovens, voltavam de suas férias ou de algum período de estudos no exterior. Constatamos que o que os angolanos mais desejam comprar no exterior são as valiosas aparelhagens de som, um fato que mostra até que ponto esse povo tem o ritmo no sangue e no coração. "Economizei em tudo, até na comida, para juntar o dinheiro para comprar meu aparelho", nos havia comentado um dos jovens durante o embarque, no Rio de Janeiro.

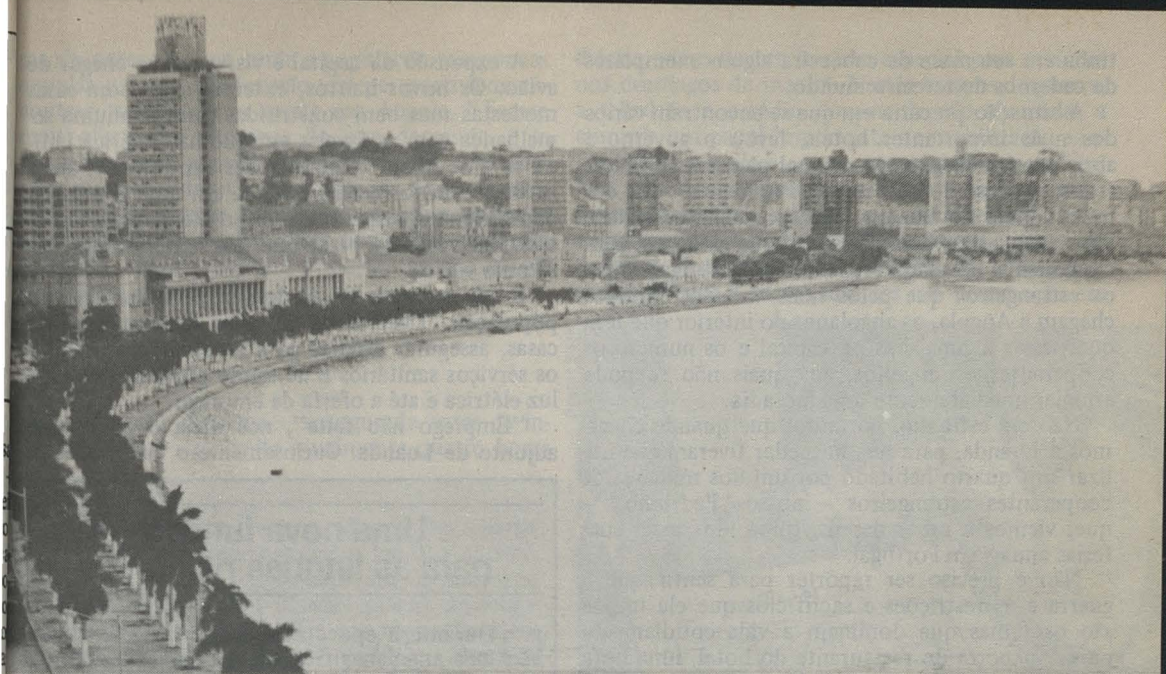
A barulhenta algazarra dos angolanos recém-chegados dava ao aeroporto um ar muito diferente daquele de 1975, quando o êxodo maciço de colonos portugueses que fugiam da guerra o havia transformado em uma espécie de hotel-dormitório, com gente dormindo amontoada nos corredores; quando famílias inteiras carregando praticamente as casas nas costas, procuravam desesperadamente um lugar na ponte-aérea que várias nações do mundo haviam estabelecido entre Luanda e Lisboa.

Diferente, também, estava a estrutura organizativa do setor de imigração, onde funcionários melhor treinados lidam agora com naturalidade com

fichas de embarque e desembarque, vistos e passaportes. Em nossas últimas visitas, em 1977 e 78 — anos em que Angola e Moçambique eram verdadeiras escolas de formação de quadros em todos os campos da atividade humana —, os jovens destacados para trabalhar no aeroporto internacional sofriam com uma legislação migratória que não conheciam em toda sua complexidade. Tínhamos conversado naquela ocasião com uma jovem cujas dificuldades em cumprir seu trabalho eram visíveis. "Antes da independência o povo angolano não tinha acesso sequer a uma carteira de identidade. De um dia para o outro nosso governo e nosso partido tiveram que destacar quadros em todas as partes. Aqui, temos que conhecer e cumprir a legislação internacional e além disso tratar com pessoas acostumadas a viajar e encontrar sempre tudo resolvido com a máxima eficácia", nos tinha comentado. "E o aeroporto é a nossa janela para o mundo, não podemos pará-lo para estudar".

Os bairros próximos ao aeroporto mantêm a mesma pacífica fisionomia. A praça com os dois tanques como monumento, simbolizando — segundo nos explicaram — "a homenagem aos blindados, verdadeiros heróis, que possibilitaram nossa vitória sobre as tropas invasoras", nos trouxe lembranças da guerra conhecida aqui como a "segunda guerra de libertação". O pensamento nos levou àquela conferência de imprensa que havíamos assistido em fins de 1975, na qual um oficial de nome Antoine do 2º Batalhão Blindado do exército zairense, feito prisioneiro pelas Fapla (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola), confirmava a invasão de Angola por colunas de tanques do seu país. No mundo inteiro as agências de notícias faziam ainda circular a informação mentirosa de que aqueles blindados eram das forças "angolanas" de Holden Roberto, líder da FNLA.

As divergências entre Angola e Zaire foram atenuadas em 1979, graças a um acordo habilmente negociado pelo presidente Agostinho Neto. Desde então os dois países conviveram pacificamente. Mas, nesta viagem, encontramos novamente preo-



Luanda: "É aqui que desembarcam os visitantes e a sua primeira impressão será decisiva"

cupações com a atitude do governo de Kinshasa. "Estão se preparando para fazer os sabotadores voltarem a atuar a partir do Zaire, no caso de se concretizar a independência da Namíbia", nos comentou um alto funcionário.

Na entrevista que mantivemos com o comissário-adjunto de Luanda, Alberto de Almeida, sabemos que nesses bairros periféricos do aeroporto se começará uma experiência piloto de limpeza da cidade com trabalho voluntário. "É aí que desembarcam nossos visitantes e a primeira impressão que tiverem de Luanda será decisiva", justificava o dirigente.

Tem razão. Para os que chegam das enganosas sociedades de consumo, onde brilham os letreiros luminosos, as praças têm sempre a grama verdinha e aparada e os edifícios ostentam luxuosas fachadas, a cara sem maquiagem de Luanda não dissimula as marcas da guerra.

Em Caracas, Rio de Janeiro ou México há muitas áreas carentes, bairros inteiros onde falta tudo e as construções são tão precárias como as condições de vida da população. Mas estão camuflados. Na cidade do México, convenientes muros protetores foram levantados para que os olhares desprevenidos dos turistas não se chocassem com a miséria das colônias proletárias próximas ao aeroporto. Mas os muros não amenizam os sofrimentos daquelas populações. É a "política do avestruz".

Em Angola, não. As dificuldades que toda a população atravessa (porque não há significativas diferenças sociais) aparecem sem disfarces farisaicos.

Não pode haver dinheiro para manter os jardins verdes enquanto faltar para as necessidades prioritárias.

O dramático é que essas *kwanzas* (moeda local) que não podem ser destinadas a embelezar a capital, muitas vezes — na maioria das vezes — não podem tampouco ser canalizadas para a reconstrução nacional, com a qual sonharam os dirigentes históricos, quando tomaram o poder em 1975. Vão para o orçamento de guerra.

O quarto de Pedrinho

"São vocês que vão ocupar o quarto de Pedrinho?", perguntou uma das empregadas do Hotel Turismo, quando subíamos para o quarto pela primeira vez. "Não", respondi, sem entender bem a que se referia.

A habitação era ampla, com ante-sala e terraço. Mas, devido aos livros que havia nas estantes, às caixas de papelão cheias de pertences pessoais em todos os cantos, à roupa pendurada no armário e até a escova de dentes no banheiro, parecia mais que estávamos entrando como intrusos em um quarto de uma casa de família, do que recebendo o quarto impessoal e vazio que esperávamos encontrar em um hotel.

Foi então que compreendemos o sentido daquela pergunta. "Pedrinho" devia ser algum cooperante estrangeiro, possivelmente português, a não ser que no hotel já tivessem nacionalizado o *Peter* alemão ou inglês. Nosso inesperado anfitrião também

tinha em sua mesa de cabeceira alguns exemplares de cadernos do terceiro mundo.

A situação precária em que se encontram vários dos mais importantes hotéis, levou o governo a abrir concorrência internacional para recuperá-los, como é o caso do belo hotel "Presidente", que domina a baía de Luanda. Mas, por diversas razões, ainda não estão habitáveis. Os que estão em funcionamento não são suficientes para abrigar todos os estrangeiros que pelos mais variados motivos chegam a Angola, os angolanos do interior que têm que passar alguns dias na capital e os numerosos cooperantes estrangeiros, aos quais não se pode arranjar imediatamente uma moradia.

Não era estranho, portanto, que quando chegamos a Luanda, para nos hospedar tiveram que utilizar um quarto habitado por um dos milhares de cooperantes estrangeiros — nosso "Pedrinho" — que, viemos a saber depois, tinha ido passar suas férias anuais em Portugal.

Não é preciso ser repórter para sentir que a guerra e as restrições e sacrifícios que ela impõe são os temas que dominam a vida cotidiana do país. Na porta do restaurante do hotel, uma nota da gerência reflete a austeridade geral: "Só se servirá almoço e jantar aos hóspedes do hotel, estrangeiros ou angolanos em trânsito". No hotel, os pratos são fixos, porém sempre abundantes, com frutas e verduras da safra e com carne boa, o que é um privilégio.

O problema da alimentação é um dos mais complexos. Por um lado, as contínuas operações de sabotagem econômica que os sul-africanos realizam nas várias províncias do país, afetam a colheita e sua distribuição provocando situações dramáticas. Se conseguem, com sacrifício, excelentes safras (como aconteceu este ano com o tomate), em muitas zonas não há forma de levar o produto até a mesa do consumidor. E a colheita se perde, pelo menos parcialmente.

É isto que os sul-africanos querem: dificultar o abastecimento das zonas urbanas e desestimular a produção, para gerar descontentamento na população, castigada por longos anos de privações.

Outra das razões das dificuldades no abastecimento de Luanda é o crescimento exagerado da capital nos últimos anos. E essa também é uma consequência da guerra. Em 1975, a cidade tinha uns 400 mil habitantes. Atualmente, se calcula que estão em torno de 1,2 milhão de pessoas. (O primeiro censo estava sendo preparado durante a nossa estadia.) "Não há nada que chegue" nos diz o ministro do Planejamento Lopo do Nascimento.

As populações camponesas das zonas ocupadas pelos sul-africanos ou das áreas de operação de seus comandos, emigram nas mais precárias condições, deixando para trás famílias dizimadas pelos ataques inimigos, casas e campos destruídos.

A expansão da capital é visível ao se chegar de avião. Os novos bairros, extensas áreas com casas modestas mas bem construídas (sem nenhuma semelhança com as favelas em que na América Latina se amontoam as populações expulsas das áreas rurais), transformaram Luanda em uma grande cidade, plana e vasta, muito diferente daquela levantada em volta da baía, que nos lembrávamos das últimas visitas.

E não se trata só do desafio de alimentar essa população. Trata-se de planejar a construção de casas, assegurar escolas para as crianças, estender os serviços sanitários e de saúde pública, a rede de luz elétrica e até a oferta de emprego.

"Emprego não falta", nos dizia o comissário adjunto de Luanda. Curiosamente o maior proble-

Uma nova função para as línguas nacionais

☐ Durante a época colonial, as línguas nacionais angolanas ficaram marginalizadas e restritas em sua função, uma vez que todo o aparelho do Estado utilizava o português como única língua oficial.

O não reconhecimento da diversidade linguística do país criou distorções e privou vastas camadas da população do acesso à educação. Agora as coisas também mudaram nesse campo. O governo angolano está empenhado em colocar as línguas nacionais em pé de igualdade com o português. À medida que o estudo das línguas permitir, vai ser definida a política a ser instrumentalizada para utilizá-las na alfabetização, em publicações e nos meios de comunicação.

Com o objetivo de estudar cientificamente essas línguas nacionais foi criado em 1978 o Instituto Nacional de Línguas, que é uma dependência da Secretaria de Estado de Cultura.

Até a criação do Instituto, o único estudo que havia das línguas nacionais era aquele realizado por missionários de diferentes nacionalidades que necessitavam desenvolver os seus conhecimentos nessas línguas para a sua tarefa evangelizadora.

Como as línguas nacionais faladas em Angola são muitas, o Instituto optou por começar a trabalhar com seis delas, escolhidas em função dos grupos étnicos do país. Essas línguas são: *kikongo* (falada também no Zaire, Congo e Gabão); *kimbundo*; *cokwe* (falada também no Zaire e Zâmbia); *mbunda* (falada também na Zâmbia); *umbundo* (Angola, região centro-sul) e *kwanyama* (falada no sul de Angola e na Namíbia).

"Não existia nenhum material escrito", assinala o prof. Cristóforo Mwaulange, diretor do

ma de nossos países, onde a população camponesa expulsa para as cidades não tem perspectiva de encontrar trabalho, não existe em Angola. "Temos mais oferta de empregos do que demanda, e às vezes passamos semanas sem encontrar a mão-de-obra que precisamos". A explicação do fenômeno está na recuperação de indústrias paralisadas desde a independência, e além disso o Estado está desenvolvendo alguns projetos importantes que absorvem muita mão-de-obra.

**Roberto Carlos
e o Capitão Kloss**

A televisão angolana — inaugurada antes da independência — transmite atualmente quatro horas

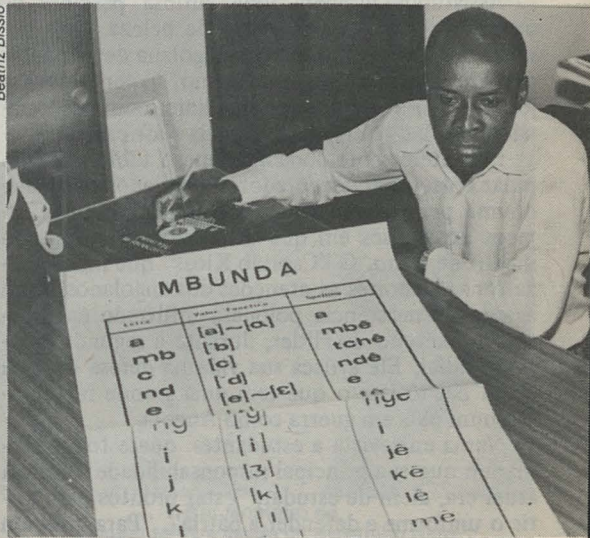
Instituto. "Tivemos que ir recolher dados a partir de contos e narrativas históricas, lendas e conversações", acrescenta um colaborador do diretor, o prof. Antonio Pascoal Manuel Inácio. Jovens e velhos camponeses, que têm um vocabulário totalmente diferente de outras populações, foram os encarregados de fornecer todos os elementos para as pesquisas, nas diferentes regiões do país. Cada grupo de pesquisadores trabalhou com um gravador (cedido pelas Nações Unidas que ajudou o projeto financeiramente e também com assessoramento técnico), fazendo a coleta do material a partir da base. "Com esse material já recolhido, aqui no Instituto fizemos a escuta e a transcrição", destaca o prof. Mwaulange.

Assim se procedeu ao estudo fonético, para elaborar os respectivos alfabetos. Mas para essa tarefa era necessário um conhecimento amplo de cada uma das línguas; fazer comparações, consultar experiências anteriores em outros países, em processos semelhantes. Finalmente se realizou um Colóquio sobre as Línguas Nacionais (ver seção cultura, cadernos do terceiro mundo, nº 58), para chegar a algumas conclusões. Esses anos todos, desde a criação do Instituto em 78 até hoje, foram dedicados a essas duas tarefas: compilação e pesquisa. Agora estão sendo dados os passos necessários para poder se chegar a propor a oficialização dos alfabetos das seis línguas estudadas.

O uso na alfabetização

O Centro Nacional de Alfabetização desenvolve um intenso trabalho em língua portuguesa. Mas quando sai das áreas urbanas para o campo se defronta com populações cuja língua materna não é o português. "Cientificamente está demonstrado que não se pode alfabetizar em uma

diárias, além de um horário especial para crianças nos domingos de manhã. Nestes tempos de guerra, a televisão e a rádio novamente são chamadas a cumprir um papel importante na mobilização e informação populares e na organização da defesa. Nos dias em que permanecemos em Luanda pudemos constatar o esforço que está se realizando nesse sentido. A rádio está formando locutores em todas as línguas nacionais, ampliando com a programação nos diversos idiomas sua penetração em



O alfabeto da língua mbunda, proposto pelo Instituto

língua estranha. Daí a grande necessidade de oficializar os alfabetos elaborados pelo Instituto Nacional de Línguas. Poderá se iniciar então o processo de alfabetização em línguas nacionais", assinala o diretor do Instituto.

Já foi elaborado um pré-projeto nesse sentido, que vai ser submetido ao governo. O trabalho do Instituto não acaba, porém, com a oficialização dos respectivos alfabetos. Agora é preciso elaborar materiais de leitura para as pessoas recém-alfabetizadas, que necessitam treinar os seus conhecimentos da língua através de leituras.

Uma vez elaborados os alfabetos, a direção do Instituto se deslocou a vários países vizinhos de Angola para conferir com os seus especialistas as conclusões a que se tinha chegado em relação às diferentes línguas.

Todos os resultados obtidos em Luanda em relação a determinada língua foram comparados com os que foram levantados em outros países onde as mesmas línguas nacionais são faladas, e nas propostas de alfabeto para cada uma delas foram incorporadas todas as sugestões recebidas nesse intercâmbio de experiências.

todas as áreas do país. E a televisão se esforça em superar-se. Assistimos a exibição de um impressionante documentário com testemunhos de refugiados da província de Kuando-Cubango, principalmente de mulheres e crianças, relatando as atrocidades cometidas pelos sul-africanos.

Ouvimos Martinho da Vila, Roberto Carlos, João do Vale, Chico Buarque, Clara Nunes e outros cantores brasileiros, os preferidos depois dos próprios artistas angolanos.

Assistimos também uma curiosa pesquisa de opinião, realizada nos salões de beleza, com homens e mulheres. "A mulher angolana deve manter a tradição do penteado africano?", perguntava a jornalista. As opiniões se dividiam, com predominância para os modelos nacionais e africanos.

Foi interessante constatar que o ídolo mais popular entre os telespectadores angolanos não é nenhuma personagem sem moral nem princípios, típicos nos países em que a televisão é um instrumento de lucro. O "Capitão Kloss" que monopoliza todas as noites as atenções dos angolanos, é um agente da resistência polonesa infiltrado nas fileiras do exército de Hitler, durante a segunda guerra mundial. Ele arrisca sua vida na defesa de uma causa patriótica, o que tem uma grande repercussão num país em guerra como Angola.

Numa entrevista a estudantes, quase todos afirmaram que sua principal responsabilidade na etapa atual era, além de estudar, "estar prontos para vestir o uniforme e defender a pátria". "Para cada um de nós que está aqui em Luanda estudando — declarou uma universitária — há um outro jovem na frente de combate. Estamos orgulhosos deles".

Se ainda tivéssemos alguma dúvida de que é alto o preço que se está pagando para conter os sul-africanos e enfrentar os sabotadores, bastou uma visita ao Hospital Militar de Luanda. Conversamos com muitos feridos, jovens combatentes chegados da linha de frente. Média de idade: 18 a 25 anos. Muitos deles estavam mutilados, vítimas de minas, bombardeios, emboscadas. Seu testemunho foi patético (ver matéria). Eram salas e salas cheias, em um hospital construído pelos portugueses que ficou pequeno para as necessidades atuais do exército angolano, as Fapla.

A mudança na mentalidade das gerações jovens não se reduz à sua consciência em relação às exigências da guerra. Perguntamos a nosso acompanhante Ferrão, um jovem quadro do MPLA, se tinha descansado no domingo. Ele tivera uma semana de intenso trabalho, durante a qual nos acompanhara todos os dias e até muito tarde em nossas atividades profissionais. Depois ainda tivera uma reunião no sábado do seu comitê do MPLA-PT, na qual tinham ficado discutindo durante toda a noite como se organizar para a auto-defesa, nesta conjuntura de recrudescimento das operações de

guerra. "Descansar como? Agora com essa história de igualdade, temos que ajudar a *patroa* nos domínios", nos respondeu. E começou a explicar a multiplicidade de tarefas que tinha desempenhado em sua casa, para ajudar a esposa com o neném e a limpeza.

Não podemos deduzir, destes exemplos, que todos os jovens angolanos já estão com esse nível de consciência. Também tivemos oportunidade de conversar com rapazes decepcionados porque alguns de seus colegas de estudo só pensavam em se formar para conseguir o diploma — visto como um símbolo de status — e ir embora do país. "Herança do colonialismo", comentaram. Se queixavam também da falta de canais para discutir alguns temas que inquietam os jovens, e nesse sentido assinalavam que eles gostariam de encontrar na Juventude do MPLA uma instância ativa e dinâmica, capaz de dar respostas a essas inquietações.

Quando tivemos a entrevista com Lúcio Lara (dirigente que mantém, com os anos, a coerência ideológica, a atitude humilde e o mesmo calor humano que tanto nos impressionaram quando o conhecemos ao entrevistarmos o presidente Neto em Fundungo de Belas, em setembro de 1975) sentimos que a direção do MPLA tem consciência da necessidade de ampliar a base política do Partido e de dinamizar as estruturas de bairros e as organizações de massa. (Ver matéria nesta edição)

A autocritica não vem só da direção do MPLA Partido do Trabalho. Ouvimos numerosos comentários, no mesmo sentido, de quadros intermediários. "Cometemos um erro de esquerdismo. Acreditávamos que íamos começar a construir um país com tranquilidade, com a África do Sul bem quietinha dentro de suas fronteiras e os inimigos internos neutralizados. Formamos um partido de quadros e nos esquecemos das massas, que ficaram desmobilizadas". "Quanto companheiros meus de clandestinidade estão hoje fora do partido. (...) Agora refletimos e os pronunciamentos são claros: seremos um partido de massas", nos comentou um jovem dirigente de nível médio.

Apesar das dificuldades cotidianas e até de alguns erros cometidos — e reconhecidos — não se sente desgaste do governo como se poderia esperar depois de oito árduos anos de independência, em qualquer outro país onde o regime não estivesse solidamente enraizado nas massas. Em Angola se podem escutar opiniões críticas. Mas nos comentários está claro que se procura ajudar a detectar os problemas para superá-los, porque ninguém duvida que uma outra alternativa que não o MPLA seria a volta da opressão, a implantação dos racistas, o neocolonialismo.

O povo sabe o que já conquistou. Não há mais ninguém maltrapilho nem descalço, enquanto que há oito anos atrás eram poucos os que conheciam

sapatos.

O Estado assegura a toda família uma casa, assistência médica e educação gratuita, além de transporte barato. Antes, a população negra ia à "cidade de asfalto" só para trabalhar na casa dos colonos brancos em troca de salários miseráveis. Era difícil andar de noite em Luanda, por causa dos altos índices de delinquência. A cidade estava cheia de butiques sofisticadas mas a esmagadora maioria dos angolanos não tinha acesso ao mercado de consumo.

A população não sabia ler. Hoje, é altíssimo o número de pessoas que circula com o "Jornal de Angola" nas mãos, e são muitos os que fazem fila na porta do jornal, para comprá-lo logo que sai. A quantidade de livrarias que há em Luanda — e sempre cheias — provocaria inveja em qualquer distribuidor de livros em outras capitais, onde o preço dos livros os torna acessíveis apenas às elites sofisticadas.

Apesar da guerra, a vida continua. E com ela as atividades culturais, que em Luanda sempre foram surpreendentemente ricas inclusive nos piores anos, quando a "segunda guerra de libertação" era travada com duelos de artilharia de um lado para o outro da rua.

Poesia para os quartéis

Enquanto estávamos em Luanda foi realizado o "Colóquio sobre a poesia de Agostinho Neto", na Associação dos Escritores Angolanos, um edifício próximo à TV e à sede do MPLA. Apesar das dificuldades de transporte (o lugar não é de fácil acesso, e menos ainda de noite), o colóquio — que tinha começado em comemoração do aniversário do presidente Agostinho Neto e que naquela noite realizava sua terceira sessão — teve uma audiência numerosa, de jovens e adultos, estudantes, jornalistas, poetas e dirigentes do MPLA.

O poeta Manuel Rui Monteiro, um dos mais destacados intelectuais angolanos, com obras traduzidas em vários idiomas, deu início à nova sessão de debates.

Foi uma experiência muito emocionante escutar aqueles angolanos com formação e experiência tão diferentes, analisar e estudar a poesia do saudoso presidente, o Guia Imortal, como carinhosamente é chamado Agostinho Neto por seus compatriotas.

Antes, haviam estado naquela mesma sala camponeses analfabetos e recém-alfabetizados, soldados e jovens oficiais das Fapla, mulheres militantes e donas-de-casa, dando testemunho da mensagem que tinham absorvido da leitura (no caso dos analfabetos, da recitação) dos poemas de Neto. "A cada um, a poesia do saudoso presidente trazia lembranças diferentes, sempre marcadas pela sua experiên-



Rui Monteiro no colóquio sobre a poesia de Agostinho Neto

cia pessoal. Mas o mais significativo foi constatar que a mensagem revolucionária dos poemas era bem compreendida por todos, que ela tinha mais impacto naqueles que estavam mais ligados à problemática da guerra atual", nos comentava Lúcio Lara, que participou ativamente do colóquio.

Lara nos contou que o havia impressionado muito a reivindicação de um jovem membro das Fapla, que exigia que mais poesia fosse levada aos quartéis. "Os poemas revolucionários do presidente Neto nos inspiram e dão mais forças para enfrentar o inimigo nas trincheiras", afirmou o jovem combatente.

Realmente, a poesia de Neto está cheia de lições. Através de seu poético retrato da pátria colonizada, os adolescentes de hoje recebem lições sobre a época colonial que em sua maioria não conheceram, ou viveram apenas o seu final. A convicção de Neto na vitória certa do povo angolano sobre a opressão, serve hoje como um estímulo moral para os que estão sendo chamados a fazer novos sacrifícios pelo país.

Angola está vivendo um momento de definições. O preço da liberdade está sendo alto, como é para todos os povos do mundo. Mas Angola, apesar de tudo, está avançando. (Beatriz Bissio) ●

Ontem e hoje, os mesmos jovens, feridos e mutilados

O Hospital Militar Central de Luanda é o local para onde convergem os feridos de todas as regiões, para receber assistência médica especializada. Os primeiros socorros são dados no próprio local, com unidades médicas especiais. O hospital tem 450 leitos, que acabam sendo insuficientes numa etapa de recrutamento da guerra, como a atual. Todos os tipos de intervenções cirúrgicas são feitas no Hospital Militar, por médicos de várias nacionalidades, especialmente cubanos.



Um dos feridos de 1975: uma geração castigada

Só os casos que precisam de prótese são encaminhados para o exterior. Há uma enfermaria feminina, para atender familiares dos militares.

Nós o visitamos em 1975 e 1983. Nas duas ocasiões, em plena guerra. Ontem e hoje, encontramos os mesmos jovens, mutilados, feridos, convalascentes, uma geração marcada pelos rigores do combate.

Os feridos de 1975 pediam para voltar em seguida para a frente de combate, que para alguns deles estava muito mais próxima de Luanda, a apenas 17 quilômetros, em Kifangondo, em Caxito, na periferia da capital. Os feridos de hoje vêm de longe. As operações de guerra de que participaram tiveram quase sempre por cenário a província do Cunene, fronteira com a Namíbia, e outras províncias do sul. Ontem e hoje, a média de idade está em

torno dos 20 anos, a idade em que os jovens de países menos visados que Angola pela cobiça internacional escolhem seu destino, organizam a sua vida, constroem seu futuro. Esses jovens também estão construindo um futuro, o de toda uma nação.



Eduardo Kalenga (22 anos): perdeu as duas pernas

Eduardo Kalenga, da província de Benguela, tem atualmente 22 anos. Entrou para o MPLA em 1974, como "pioneiro". O veículo no qual ia buscar a alimentação de seus companheiros caiu em uma mina, em agosto passado. Hoje é primeiro-tenente. Perdeu as duas pernas. Sua esposa o estava visitando no dia do acidente. Ela viajou com ele para Luanda. Têm um filhinho de dois anos.



Lorenzo dos Santos: sem notícias da família

Lorenzo dos Santos tem 26 anos. É primeiro-tenente, originário da província do Cunene. Entrou para as Fapla em 1975 e foi destacado para a própria província. Foi ferido na 9ª região militar de Malanje, em um confronto com uma coluna da Unita. Caiu em uma emboscada. Sua família vive no Cunene, na região ocupada pelos sul-africanos. É casado e tem três filhos, mas desde a invasão sul-africana não tem nenhuma notícia deles.



Graciano só tem 19 anos, mas há muito está na frente

Graciano Bongue, 19 anos, é da província de Huambo. Estava em missão de reconhecimento quando sofreu uma emboscada do inimigo (um comando da Unita). Abriu fogo e resistiu até que ficou sem munições. Saiu correndo e caiu. Ferido de bala no braço, ensanguentado, quando se aproximaram, ficou imóvel. Deram-no por morto e lá o abandonaram. Passou um dia e uma noite, só, sem poder se mexer. Uma coluna das Fapla, que saiu de Huambo, o encontrou em 3 de setembro passado, no mesmo lugar onde havia sido atacado. Foi tirado dali em uma ambulância e levado para o Hospital Militar Central de Luanda. Não sabe se sua família está viva ou morta. Depois de um ataque da Unita, toda a população do município de Mungo — onde vivia sua família — foi obrigada a abandonar o local e a acompanhar a coluna contra-revolucionária. Não se sabe para onde foram levados e nem que destino tiveram.



Beatriz Blissio

No Hospital Militar, os leitos são insuficientes e...

1983 — dezembro — no. 61

“Kuima” não nos deu seu verdadeiro nome. Só se identificou por seu “nome de guerra”. Pertence à 18ª Brigada da província de Huambo. Estava em missão, indo de Benguela para Bié. Caiu em uma emboscada, na qual o motorista do veículo militar em que viajavam foi morto. Ferido, saltou do veículo. Tem 23 anos e é sargento. Entrou para as Fapla em 1979.



Kalisto Tenguenene: da engenharia para a frente de combate

Kalisto Tenguenene, da província de Huambo, tem 26 anos. Desde 1981 estava em Cangamba, onde combateu na resistência à invasão sul-africana de 2 de agosto passado. “Estávamos dentro da unidade, em nossas posições”, lembra. “O inimigo nos atacou e houve mortos de ambos os lados”. Atualmente, é suboficial. Entrou para as Fapla em 1978, e estava fazendo o curso de engenharia em Luanda quando foi convocado para a frente de combate. Foi ferido durante o bombardeio à sede do comando das Fapla. Recuou com os companheiros até uma mata próxima e aí resistiu durante toda a noite. Foi recolhido por reforços das Fapla e levado para Luanda.



... já se faz todo tipo de operação

terceiro mundo - 41

Angola Agredida



Do Movimento ao Partido

O secretário de Organização do MPLA fala sobre as novas orientações do Partido e analisa as consequências da guerra a nível popular

Lúcio Lara é uma figura destacada do MPLA, que ele ajudou a fundar. No seu escritório na sede do MPLA-Partido do Trabalho, do qual é o secretário de Organização, conversamos longamente com ele sobre as dificuldades que a guerra impõe novamente ao povo angolano e, fundamentalmente, pedimos que nos avaliasse a situação atual do Partido, traçando algumas hipóteses sobre o seu desenvolvimento futuro. A franqueza e clareza com que ele expôs algumas das dificuldades que se enfrentam ou as reflexões autocríticas em relação à concepção do partido como uma estrutura rígida e fechada (concepção que, nos explicou, está sofrendo hoje uma profunda revisão) fazem do seu depoimento uma peça valiosa para se entender a etapa atual do desenvolvimento político-ideológico da revolução angolana.

Eis as suas principais declarações:

— Nós entramos aqui em Luanda como um movimento, catalisador de massas entusiastas. O nosso povo — que sempre esteve oprimido, sem possibilidades legais de se exprimir —, quando o MPLA atingiu a legalidade, correspondeu de uma maneira vibrante, entusiástica. E foram feitos milagres que nós nem pensávamos que fosse possível fazer. Mas, na legalidade, tivemos um outro tipo de guerra, contra os portugueses reacionários que ficaram aqui, as invasões pelo norte e pelo sul, as operações da Unita e da FNLA, os mercenários, criaram todo um complexo de agressão que exigiu que fôssemos ao combate novamente. E vencemos.¹

— O mesmo entusiasmo demonstrou o povo na reconstrução nacional. Sendo nós ainda um Movimento (antes de se criar o Partido) demos passos gigantescos reconstruindo aquilo que tinha sido destruído, sobretudo na Segunda Guerra de Libertação. Muitas coisas que estavam paradas ou



Lara: uma visão autocrítica da evolução do Partido

abandonadas foram postas para funcionar. E assim fomos alcançando um desenvolvimento que tenho a impressão de que nenhum outro país na África atingiu em um só ano. Isso porque Angola é um país imenso, riquíssimo. Isso serviu para demonstrar a capacidade do povo de, com certa orientação, se encarregar do país. Mas claro, começaram a aparecer problemas, fundamentalmente de falta de quadros.

— O Estado era ainda embrionário, porém já tinha as suas exigências administrativas. O MPLA por sua vez, era um movimento dirigente, mas faltavam-lhe definições concretas, princípios de base, para ser realmente o aparelho dirigente da nação. Esse amálgama de problemas políticos, econômicos e sociais que o MPLA enfrentou nos primeiros anos após a independência o levaram, pouco a pouco, a sentir a necessidade de se transformar de Movimento em Partido.

A convivência necessária entre a cidade e o campo

— A experiência do *maqui* (a luta armada) tinha

¹ Lara refere-se aqui à vitória de 1976 contra as forças invasoras sul-africanas.

tido uma virtude: nos permitir conhecer melhor o povo, as diferentes etnias da nossa população, assim como também as diferenças de classe existentes. Talvez mais importante que a vitória sobre o colonialismo português foi a lição do *maqui* no sentido do interconhecimento do povo de Angola, de Cabinda ao Cunene. O convívio com o camponês educou muito o cidadão, sobretudo os estudantes, os intelectuais.

— Essa foi a grande virtude que nos faltou depois da independência, quando grande parte dos quadros, por razões óbvias, se manteve fora desse contexto e às vezes até esqueceu essa necessidade permanente de convivência entre a cidade e o campo. Foi nesse contexto que surgiu o Partido. Várias vezes temos dito que não houve propriamente uma transformação do MPLA em MPLA-Partido do Trabalho. Foi uma transição. A história nos permitirá ver se a oportunidade foi a mais exata, mas por enquanto, parece-nos que sim.

— Por sua vez, o inimigo, a África do Sul, desde o começo tinha objetivos precisos em relação ao nosso país, ambicionando controlar toda a África Austral. Pretória tinha um agente português, Al-venter, que já naquela altura vinha aqui a Luanda trabalhar junto aos oficiais portugueses, para convencê-los a pedirem a intervenção da África do Sul. Tudo fizeram para impedir que o exército português fizesse aquilo que fez, ou seja, reconhecer que tinha-se que pôr um fim a essa guerra sem sentido.

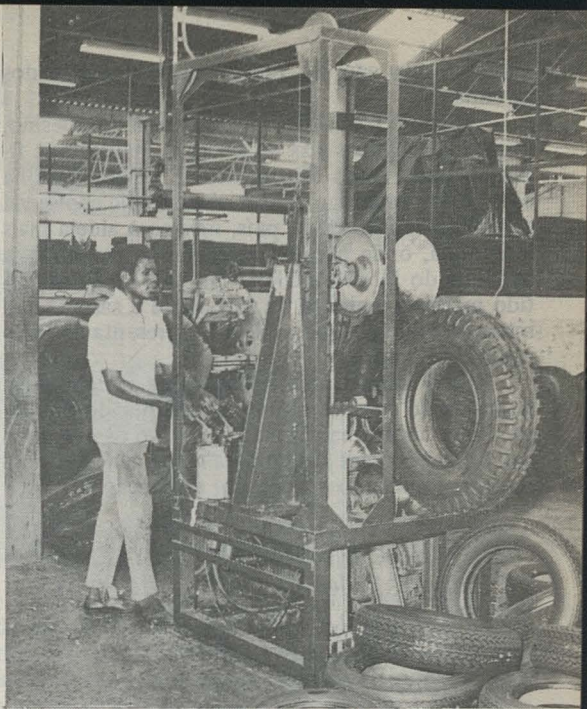
— E mais: a África do Sul tinha uma base de helicópteros em nosso território, já naquela altura, em Cuito Cuanavale (província de Kuando-Cubango). Os sul-africanos eram a linha de avanço dos portugueses. Lembro-me que nós no *maqui* os víamos perfeitamente. Os pilotos sul-africanos, de bermudas brancas com aqueles canhões de 200mm automáticos, abriam o caminho para o exército português. E isso está escrito, eles não escondiam a ambição, já então manifesta, de controlar economicamente toda a África Austral.

— No fim da colonização portuguesa, a penetração técnica sul-africana em Angola era muito grande: a nível de maquinaria, por exemplo. E ainda hoje nos debatemos com esse problema. Há muitas fábricas que só podem recomeçar a funcionar se importarmos as peças da África do Sul.

— O contexto para nós sempre foi ameaçador. Quando os sul-africanos se retiraram em 1976, destruíram uma ponte de um quilômetro em Xangongo (província do Cunene). Nós a reconstruímos com muito sacrifício e isso foi um fator de grande dinamização da vida da província do Cunene. Ondjiva, que era uma hipótese de cidade, começou a tornar-se uma cidadezinha. Com a independência, criamos lá um pólo de desenvolvimento. Pois bem, uma das primeiras preocupações dos sul-africanos na invasão de 1981 foi destruir a ponte. Com que

1983 — dezembro — no. 61

Beatriz Bissio



A economia colonial angolana estava ligada à África do Sul

objetivo? É que eles travam aqui uma guerra muito especial: uma guerra de destruição. A África do Sul quer arrasar-nos do ponto de vista econômico. Para se garantir que, mesmo que ela seja derrotada, mesmo que não consiga os seus objetivos de dominação direta, nós não possamos durante muito tempo alcançar a vitalidade econômica que já estávamos adquirindo em 1980 e 1981. Agora já estão na fase de destruição das pequenas cidades. Colocam explosivos e arrebentam casas, escolas, depósitos, estações, abastecimento d'água. Arrasam.

“Desde o começo, a África do Sul tinha objetivos precisos em relação ao nosso país, ambicionando controlar toda a África Austral”

— Esse é o contexto em que o partido nasce, um contexto de luta. E um partido como o nosso, com o avanço que tem que fazer, com o desafio que tem pela frente, tem que conhecer o país. Tem que fazer uma análise social da população para resolver determinado tipo de problema. Essa é uma carência nossa: não só por falta de quadros como por falta mesmo de tempo, de disponibilidade. Temos de atender simultaneamente a guerra, a produção, o desenvolvimento mínimo da população, e

terceiro mundo - 43

muitas vezes não há tempo para determinados estudos.

— Mas o Partido desenvolveu-se assim mesmo, utilizando algumas das reflexões e análises que fizemos ainda como Movimento. E apoiando-se na base social do antigo MPLA. Ainda hoje não se vai a nenhum ponto deste país, mesmo à aldeia mais longínqua, onde não encontremos os pioneiros, a bandeira do MPLA, a OMA.² Se o MPLA é um partido marxista-leninista ou não, não é o caso. O que interessa é aquilo que o MPLA representa de esperança para o povo.

— Se o inimigo cria situações de instabilidade numa região durante algum tempo, quando a situação volta ao normal, lá estão de novo os pioneiros em primeiro lugar cantando as suas canções. E as mulheres ajudando a recompor a situação.

“Se o MPLA é um partido marxista-leninista ou não, não é o caso. O que interessa é aquilo que o MPLA representa de esperança para o povo”

— Aquele MPLA, o Movimento, correspondia a uma determinada etapa da luta de libertação. Agora, para construir um país independente com definições socialistas, se necessita de um Partido. Essa é a etapa atual. Mas não é fácil deixar de ser um movimento para estruturar um partido. Esse é o problema que estamos procurando resolver.

— Vejamos um exemplo das dificuldades que se apresentam: no campo, no interior de Angola, ainda hoje encontramos Comitês de Ação. Esse Comitê era uma estrutura que correspondia ao movimento. Em termos do estatuto de Partido, isso já acabou. O que existe é a célula do Partido. Mas nem por isso o Comitê deixou de existir.

— O que nós nos propúnhamos para o campo era o seguinte: os chefes do antigo Comitê de Ação do MPLA passavam a ser militantes do Partido. Em geral, esses chefes eram a autoridade local moral — não a autoridade colonial, entenda-se. Em geral eram “os mais velhos”, os *shonas*, e nesses casos nós tínhamos toda a população conosco. Todos eram o MPLA.

— A proposta teórica de ligação da base do antigo movimento ao Partido, não foi bem equacionada. Agora estamos em vias de modificar as coisas. Por quê? Porque se passaram sete anos da fundação do Partido e o Comitê, que tinha que ser substituído, não desapareceu. Ele era uma realidade. Nós vamos hoje lá e encontramos o *camarada Comitê*, assim ele é chamado pelo povo. Pois bem, o

camarada Comitê, que hoje é militante do MPLA-Partido do Trabalho, está desnorreado. Ele não percebe porque se antes todo aquele povo era MPLA, agora só ele é do Partido. Estatutariamente, o povo não entra no MPLA-PT. Esse é o problema que hoje estamos resolvendo. Mas como?

— A proposta teórica era esta: nós tínhamos uma forte organização de massa, de mulheres, de pioneiros, um embrião de organização sindical (que não era *sindical* na verdadeira acepção do termo, e sim um instrumento de ação econômica da época da guerrilha, a Unta — União Nacional dos Trabalhadores Angolanos). No campo, estávamos incentivando a cooperativização. O povo poderia participar nessas instâncias.

— E vou fazer uma digressão para aprofundar um pouco na explicação do fenómeno da cooperativização. O camponês aderiu muito rapidamente à idéia. Foi o Estado e o Partido que não tiveram capacidade de resposta adequada.

— Veio a palavra-de-ordem “produção, produção, produção” e o povo produziu. Aí o tomate apodreceu, o feijão ficou furado, a mandioca não se tirava, o café ainda hoje está lá e a gente não consegue ir buscar porque não tem transporte, porque a estrada está mal, porque não tem combustível ou porque não tem organização. Esses problemas hoje nos obrigam a uma revisão. E se resume a isto: estamos fazendo uma seleção daquelas cooperativas que manifestaram boa capacidade, concentrando nelas o mínimo apoio necessário que nós podemos dar.

— Não estamos estendendo mais a cooperativização porque não temos condições, pela guerra e pelas dificuldades de organização. E agora estamos tentando criar um “centro de apoio” (o nome não está ainda definido), um centro polivalente, com tratores, com caminhões, que terá cimento e adubos — naquelas áreas onde o nosso camponês já usa e exige adubos — e, o fundamental, que tratará do abastecimento do camponês. Ele produziu e em troca quer ter a possibilidade de comprar um bom par de calças, as que ele gosta, ou um guarda-chuva, ou pilhas para o seu rádio, que não consegue.

— Esse “centro de apoio” estaria ligado à estrutura administrativa e seria orientado pelo Partido. Nós já temos, a nível do governo, a Diretoria de Apoio às Cooperativas. Mas não resultou, porque a sensibilidade no aparelho governamental é diferente da do Partido. Muitas vezes o mesmo quadro governamental, quando tem um mandato do Partido, tem outra sensibilidade. Temos o exemplo de Malanje. Os quadros que estão trabalhando no projeto piloto agrícola são do governo, mas agem com o pensamento do Partido. E então as coisas dão resultado.

— Bem, mas tudo isso veio porque estávamos analisando a situação do Partido.

²OMA — Organização da Mulher Angolana.



VAMOS PURIFICAR O PARTIDO PARA MELHOR RECEBERMOS OS NOVOS MEMBROS

O Movimento de Retificação determinou quem podia passar a integrar o Partido, que agora está de novo em fase de crescimento



— Quando estávamos analisando as repercussões da criação do Partido, nós já tínhamos em conta o fato que a grande maioria da população — que era do MPLA — não entraria no Partido. A solução que projetamos, foi, como disse, que eles passassem a participar através dos organismos de massa (OMA, Unta) e das cooperativas.³ A nível teórico, a solução não parecia apresentar problemas. Mas na prática não funcionou.

— Estamos estudando outras alternativas, como uma flexibilização dos critérios para o ingresso no Partido. Quando éramos MPLA-Movimento, nós tínhamos três categorias de membros: *militante*, *adrente* e *simpatizante*. Quando nos tornamos Partido, acabamos com a categoria “simpatizante”. Ficamos com o *militante* e o *aspirante* (ou candidato a militante). O simpatizante, embora existindo, deixou de ser membro do Partido. Eu creio que o problema está aí: por que ele não é membro do Partido?

— Com base na nossa experiência desses anos, pode-se dizer que se ele é simpatizante, ele deve ser membro do Partido. Talvez deva ter um tipo de tratamento diferente, com deveres mais limitados que o militante. A chave estará aí.

— Não se trata de construir aparelhos à toa, arbitrários. Cientificamente, temos que saber analisar, a cada momento, se os instrumentos estão servindo para aquilo que foram criados.

— Porém temos que levar em conta um fenômeno que acontece com todos os partidos, que quando chegam ao poder, são invadidos. Quando criamos o Partido, nós fizemos o que chamamos de *movimento de retificação*, porque esse problema

era colocado. Nós tínhamos centenas de milhares de membros do MPLA. Tínhamos que criar o Partido e os mais de 130 mil membros do MPLA não iam caber, todos, no tal partido. Então tivemos que definir critérios. Esses 130 mil membros foram avaliados em assembleias de trabalhadores etc. etc.

“Não se trata de construir aparelhos à toa, arbitrários. Cientificamente temos que saber analisar, a cada momento, se os instrumentos estão servindo para aquilo que foram criados”

— E quando terminou o *movimento de retificação*, tínhamos uns trinta mil. Não quer dizer que esses 30 mil membros fossem os melhores. Foram apresentados como os melhores, mas depois a prática demonstrou que nem todos tinham qualificação. Também os que não entraram não se pode dizer que eram os piores. Às vezes não entraram por motivos circunstanciais.

— Hoje está se impulsionando novamente o crescimento do Partido. Estamos há mais de um ano trabalhando nisso. Hoje as células já têm capacidade de absorver novos membros, que não tinham até agora. Antes, os que foram para o Partido através do *movimento de retificação*, vieram da estrutura antiga do Movimento. Agora não. Os que desejam ingressar no Partido propõem a sua candidatura em termos estatutários. A candidatura é analisada pela célula, que segue as diretrizes estatutárias normais.

— Uma das avalanches anteriores se deu no setor da administração pública. Muitos não tinham condições de entrar no Partido, mas sabiam falar.

³Essas organizações de massas não são do Partido, ele as orienta, e apóia. Mas a maioria dos seus quadros não pertence ao Partido.



A OMA manteve a sua estrutura nos bairros

Aprenderam toda a fraseologia do marxismo. Conhecem-na melhor do que eu, por exemplo. E então um camarada da base do Partido, que está avaliando esse indivíduo, confunde-se. Pensa: "Esse tipo é um quadro". Quando na verdade era um oportunista de primeira grandeza. Quantos apareceram que eram do MPLA antes do próprio MPLA existir. Outros, para provar a sua militância, diziam: "Eu já ouvia a rádio Brazaville", onde o MPLA tinha os seus programas na época da luta de libertação.

"Muitos não tinham condições de entrar no Partido, mas sabiam falar. Aprenderam toda a fraseologia do marxismo. E na verdade eram oportunistas de primeira grandeza"

O papel do bairro

— O papel do bairro esteve um pouco esquecido no processo do *movimento de retificação*, que durou quase três anos. O princípio para se integrar ao Partido era fazê-lo através dos locais de trabalho. Nosso MPLA-Movimento não tinha essa especificidade. Nas cidades (Luanda, Huambo, Benguela), havia o conceito de militância no bairro. E nós, de fato, tínhamos muita força a esse nível.

— Depois, no *movimento de retificação*, o bairro ficou de fora. Quem é o bairro? É o aposentado,

o reformado, a dona-de-casa. Não foram contemplados. E quando acabou o processo, nós perguntamos: "E o bairro? Ah, então vamos cuidar do bairro". Mas fomos muito tarde. Felizmente no bairro manteve-se, mais ou menos, a OMA e em certa medida, o pioneiro, mas vinculado à escola. Na verdade, a estrutura do bairro sofreu um abalo mas está renascendo, com algumas dificuldades. Retomamos o contato com os elementos mais dinâmicos que tínhamos lá, para reconstituir o comitê. Mas como a militância se faz no local de trabalho, o bairro ainda não retomou a sua expressão anterior.

— Há muito tempo que sentimos a necessidade de se organizar as "brigadas populares de vigilância". Quando foi criada a Assembléia do Povo, o Poder Popular, tínhamos um departamento do Órgão do Poder Popular, que começou a organizar as comissões de moradores. São os tais processos dinâmicos. Quando chegamos à constituição da Assembléia do Povo, a coisa parou. O Partido, que tinha um departamento de apoio a esse trabalho, canalizou-o para o Poder Popular. A estrutura dos moradores já não era uma coisa ligada ao Partido e sim ao Estado.

Os novos dirigentes

Depois de escutar todo esse depoimento de Lara, perguntamo-lhe se o MPLA estava formando novos dirigentes, já que ainda estão à frente da direção política os próprios fundadores do MPLA e os combatentes das primeiras duas guerras de libertação (contra o colonialismo português e contra os movimentos fantoches e a primeira invasão sul-africana de 1975).

— O próprio processo em si revela novos dirigentes. Um aspecto extremamente difícil das revoluções, justamente, é detectar novos dirigentes. E podemos dizer que talvez esse problema não estivesse nas nossas preocupações iniciais. No início, dava a impressão de que tudo era eterno. Mas hoje é, sem dúvida, uma das nossas preocupações. O Partido volta as suas atenções para isso. E já começaram a aparecer muitos quadros, em vários terrenos. Neste momento, as preocupações prioritárias são para as organizações de massa, particularmente para os sindicatos.

— Paradoxalmente nós deixamos ir para os sindicatos grande parte dos valores nacionais. Os sindicatos, ao se constituírem, absorveram grande quantidade de quadros, que durante todo esse tempo de trabalho estão ganhando experiência. Neste momento, o partido está preocupado em enriquecer-se com os quadros que saíam daí. Esse processo sindical já começou, e os sindicatos estão em congresso para analisar sua presença, no contexto da nossa revolução.

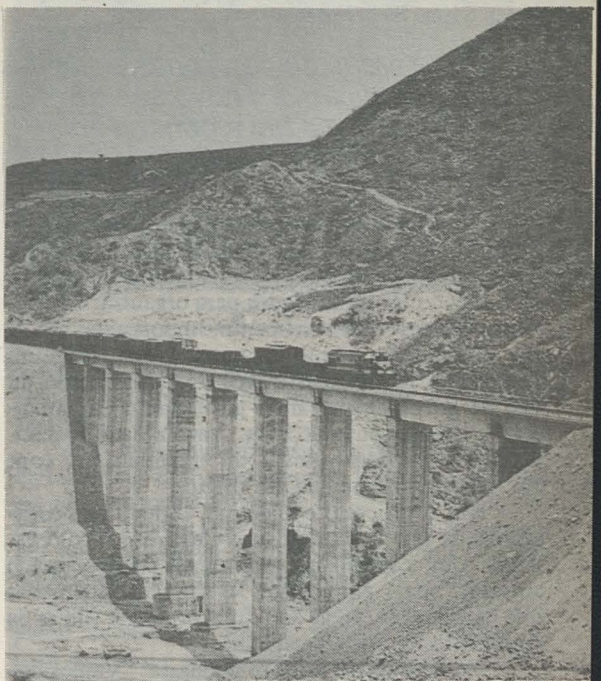


A agressão sul-africana: técnica da "terra arrasada"

Perguntamos a Lara se não achava que a guerra, com todas as suas angústias, com o desastre que significa para Angola, não estaria sendo, porém, um elemento de depuração dos hábitos, de restauração do espírito de resistência, que tanto caracterizou os anos de luta armada e que, como consequência da época de crescimento econômico que se verificou até 1980, naturalmente havia cedido um pouco.

— É natural que numa revolução como a nossa — nos respondeu Lara —, onde tudo apontava para a resolução dos problemas do povo, onde tudo se encaminhava para isso, haja em determinado momento um recuo na linha de resistência, e até uma inversão. Porque o desgaste dos anos de guerra é violento. Nós já perdemos com a guerra, em termos civis, cifras astronômicas. E são bens, são caminhões, é a estrada de ferro de Benguela. (Diga-se, aliás, que a Unita foi criada para atuar na estrada de ferro.) Porque, para a estratégia sul-africana, aquela estrada não pode funcionar. Significa o escoamento da produção do Zaire, da Zâmbia, de Angola, e eles não têm interesse político, mais do que econômico, de que isso ocorra. A mesma coisa com o MNR que opera em Moçambique — do qual nós temos elementos concretos que demonstram que ele foi organizado pelos serviços secretos sul-africanos. Onde opera o MNR? Na estrada de ferro da Beira. E hoje ampliam as suas operações para uma nova tática: o rapto dos cooperantes.

— É natural que haja um decréscimo do entusiasmo com essa situação toda, fundamentalmente depois da grande invasão da África do Sul, quando a agressão passou a ser muito mais violenta e sentida.



A estrada-de-ferro de Benguela: os sul-africanos não querem que ela escoe a produção dos países da região

— Há um certo desencanto, de parte das populações, por novamente terem de enfrentar as dificuldades do passado. O grau de dificuldades em certas regiões aumentou. O número de mortos, de mutilados, de feridos é muito grande. Nós vivemos em condições absolutas de guerra atualmente. Mas se há por um lado esse desencanto, por outro lado, a

A agressão da África do Sul está levando o povo a se mobilizar para defender as suas conquistas



população está apreensiva, está preocupada, se pergunta o que vai acontecer.

"Nas áreas de confronto, está em gestação um novo espírito nacional, uma nova consciência revolucionária"

— As dificuldades crescentes que estamos atravessando não decorrem porém só da invasão pela África do Sul. Também têm a sua origem no fato de o Estado ter dificuldades para organizar os diferentes setores — abastecimento, importações etc. E são dificuldades muito compreensíveis. Nenhum de nós herdou dos pais e avós o conhecimento da arte de governar e estamos governando em condições extremamente difíceis. Angola está no contexto da estratégia global do imperialismo, com um Reagan à frente da Casa Branca.

— Mas o processo é dialético. O povo tem consciência de que a alternativa ao MPLA é o colonialismo. Um colonialismo muito mais perigoso que o anterior, mais ambicioso, sujeito a coordenadas que nem sequer são as da África do Sul, e sim as da administração norte-americana.

— Então o nosso povo se pergunta: "Vamos deixar nos derrotar?" "Vamos perder as nossas conquistas? Em favor de quê e de quem?"

— Em Angola, salvo alguns redutos do tribalismo e do fetichismo, ninguém acredita em Savimbi, no que ele poderia trazer para beneficiar a nossa população. Ele aparece como um claro instrumento dos sul-africanos. Por onde ele passa, o que fica? Assassinatos. Crianças, velhos e mulheres grávidas massacrados. O nosso povo está acostumado com um MPLA humanista, que sempre o apoiou, e

que ele conhecia bem, e cujas metas compreendia e compartilhava. Agora tudo que foi conquistado está posto em causa.

— Portanto, é visível que nesse momento está começando a acontecer um fenômeno de remobilização popular. O custo é alto, mas a população sente que infelizmente novamente temos que pegar em armas para defender aquilo que já conquistamos. E esse fenômeno verifica-se especialmente nas zonas de guerra. Hoje, o Moxico voltou a ser o Moxico do MPLA. E realmente, por todas as dificuldades que nós atravessamos nesses anos, a revolução não deu nada especial ao Moxico, senão a independência. Mas nós vamos lá e lá estão os nossos antigos companheiros. Nós temos que explicar que realmente o desenvolvimento é um processo longo, que chega primeiro às terras mais próximas, que têm melhores condições de acesso, melhores linhas de transporte. Eles nos perguntam: "E a independência?". E temos que reconhecer que, em termos revolucionários, até houve da nossa parte um certo desleixo. Pois ali foi o berço da luta de libertação nacional. Mas apesar de tudo, vamos ao Moxico, e o povo está às seis da manhã treinando para defender o Moxico. O entusiasmo voltou. As dificuldades são as mesmas e até se agravam, mas o nosso povo responde.

— Nas áreas de confronto, está em gestação um novo espírito nacional. Uma nova consciência revolucionária. Todos esses fenômenos estão enriquecendo o nosso povo em termos do conhecimento exato do que é o imperialismo. As coisas deixam de ser palavras para serem concretas e há então uma maior sede de conhecimentos. É com esse espírito que nós estamos enfrentando esta nova etapa, sumamente dura e que nos causa muita apreensão. E o Partido tem que sair enriquecido. •



O mundo fecha os olhos

O alto preço pago pelo povo angolano, solidário com a Namíbia, e uma análise da diplomacia do MPLA, nas palavras do ministro Paulo Jorge

Militante de sempre do MPLA — que, ajudou a fundar em 1956, com o presidente Agostinho Neto —, Paulo Jorge, ministro das Relações Exteriores, dirige a diplomacia angolana desde muito antes da independência da República Popular de Angola.

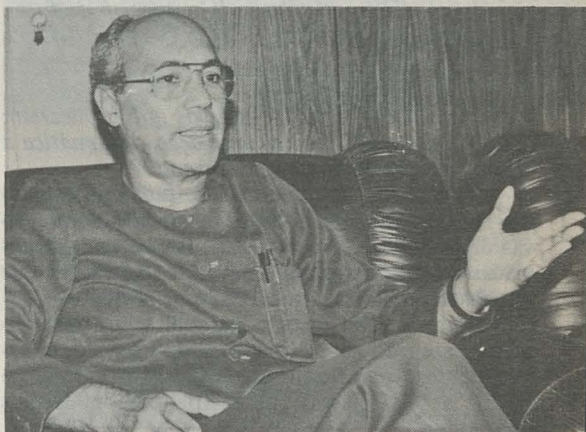
Por ele passaram todas as etapas das relações externas angolanas. Desde os tempos em que o movimento de libertação estabeleceu as suas primeiras ações internacionais, na década de 50, até a atual batalha diplomática que a RPA trava nos foros mundiais, motivada pela agressão do regime do *apartheid* ao seu país. Com Paulo Jorge, a República Popular de Angola firmou-se no contexto internacional no período pós-independência, iniciando e desenvolvendo relações diplomáticas com a maior parte das nações.

Um dos ministros de Relações Exteriores com mais tempo no cargo em todo continente africano, Paulo Jorge falou com exclusividade a cadernos do terceiro mundo. Traçou um balanço da história de oito anos da diplomacia da República Popular de Angola, abordou a questão da independência da Namíbia e se referiu às posições do governo de Luanda nas organizações internacionais perante a invasão de que Angola é vítima.

Que avaliação o senhor faz, como ministro da diplomacia angolana desde a independência?

— A proclamação da nossa independência ocorreu numa situação particularmente difícil. Desde então até hoje, a existência da República Popular de Angola esteve sempre marcada por confrontações.

Vivendo essa situação, nós estabelecemos uma primeira fase de reconhecimento da RPA por outros Estados, a fim de que o nosso país passasse a exercer o seu papel no panorama internacional. À medida que essa fase se desenvolvia, Angola ia consolidando a sua posição, e hoje é membro da maior parte das organizações internacionais, principal-



Paulo Jorge: "Hoje Angola é respeitada a nível internacional"

mente da OUA, do Movimento dos Países Não-Alinhados e da ONU, onde foi admitida a 19 de dezembro de 1977.

Como consequência disso, temos hoje relações diplomáticas praticamente com todos os países do mundo, independentemente do seu regime político ou social. Mesmo com alguns que tinham reservas a um relacionamento conosco, como eram os casos do Senegal e da República Popular da China.

Atualmente, a RPA participa como membro de pleno direito nos grandes eventos internacionais para os quais é frequentemente convidada. Tenho a convicção, para não dizer o orgulho, de que o nosso país é respeitado e considerado no seio das organizações internacionais.

Inúmeros países estão acreditados a nível de embaixador em Luanda, assim como agências especializadas das Nações Unidas. Há países que embora estejam acreditados no nosso país, não têm embaixadores residentes. Outros gostariam de abrir embaixada em Luanda, mas não o fazem pelas dificuldades que temos em fornecer instalações adequadas às representações diplomáticas.

Angola tem cerca de 20 representações diplomáticas no exterior, número que não é possível aumentar por duas razões: a situação econômica e financeira que atravessamos, e a grave carência de quadros qualificados com que nos debatemos. Nesse sentido, estamos organizando cursos de relações internacionais para formar quadros, não só para o ministério das Relações Exteriores, mas também para as embaixadas já existentes, e as futuras embaixadas que, por posições estratégicas, pensamos abrir em alguns países.

"Temos hoje relações diplomáticas com praticamente todos os países do mundo, independentemente do seu regime político ou social"

São portanto, esses os motivos que explicariam o fato de Angola não ter uma ação diplomática à altura das agressões que está sofrendo?

— A carência de quadros é de fato muito grande. Mas, mesmo assim, temos desencadeado ofensivas diplomáticas, não só pelas missões que são enviadas ao exterior, como através das instruções que são dadas às nossas embaixadas para que elas desenvolvam a nível local e regional ações que chamem a atenção para a gravidade da situação, informar sobre a natureza e os objetivos da agressão e buscar a solidariedade necessária para podermos enfrentá-la.

Que tipo de apoio necessita Angola dos países amigos e dos seus aliados num momento em que o país é invadido e agredido de forma permanente?

— A sua questão faz vir à minha mente a palavra solidariedade e o seu significado.

A RPA é vítima de agressões persistentes a partir de 1975. O nosso povo, engajado desde 1961 na luta armada sob a condução do MPLA, teve de enfrentar a agressão sul-africana poucas semanas antes da independência nacional. Uma dupla invasão verificada a partir de outubro de 1975, pelo norte e pelo sul, com o objetivo de impedir a proclamação da independência nacional.

Após essa dupla invasão, o presidente Agostinho Neto, no âmbito do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas, lançou um apelo aos nossos amigos para nos ajudarem a enfrentar os agressores. Entre as respostas solidárias que recebemos, em termos humanos e militares, veio a da República de Cuba. Os seus combatentes internacionalistas vieram juntar-se aos nossos combatentes para expulsar os invasores.

O povo angolano e o seu governo pensaram então que tinha sido finalmente atingida a paz neces-

sária para que toda a nação pudesse se dedicar à reconstrução nacional e ao desenvolvimento econômico e social, após tantos anos de luta e sofrimento, de tantas perdas de vidas humanas.

Mas as potências imperialistas tinham os seus desígnios e não se conformaram com a clara opção por uma sociedade socialista do povo angolano, do seu partido e do seu governo.

Pensamos que esta é a questão essencial. A base da hostilidade de certas potências ocidentais para com a República Popular de Angola, principalmente dos Estados Unidos da América, que apóiam o regime de Pretória na sua pressão militar, política e econômica contra o nosso país.

Diante dessa situação, várias vezes denunciada no seio da OUA, no Movimento dos Países Não-Alinhados e ONU, fomos reconfortados pela adoção de resoluções de solidariedade e por algumas manifestações concretas de certos países em relação à nossa decisão de fortalecer o apoio à Swapo e ao ANC, e consolidar a RPA como retaguarda segura ao desenvolvimento das lutas de libertação da Namíbia e da África do Sul.

Mas, ao longo desses anos, nós temos o sentimento de estar pagando quase sós o elevado preço da independência da Namíbia. A comunidade internacional, no seu conjunto, tem uma posição de passividade ou até de indiferença em relação a esse apoio e ajuda da RPA, que no fundo está simplesmente pondo em prática as resoluções das instâncias internacionais.

Portanto, se analisarmos a extensão dessa solidariedade, não há dúvida que chegamos à conclusão que a sua expressão é mínima relativamente às necessidades urgentes com que nos defrontamos.

Essa solidariedade fica ao nível de boas e bonitas declarações...

— Do ponto de vista moral é reconfortante saber que os países membros da OUA, do Movimento Não-Alinhado ou até muitos membros da ONU, manifestam essa solidariedade através de resoluções. Mas entre o reconforto moral e a necessidade prática de dispormos de certos meios para enfrentar essa situação, há um grande fosso.

Existe a tendência para pensar que solidariedade em relação a um país que está em dificuldade deve ser normalmente manifestada em termos monetários. Isso não é completamente correto.

Se muitos países, e principalmente os países africanos, se debatem com graves problemas financeiros (como aliás é o nosso caso), pode-se usar a imaginação para expressar um tipo de solidariedade prática. Desde a oferta de produtos agrícolas ou material escolar até a hipótese de se pôr à disposição do governo angolano, técnicos que contribuíssem para o nosso desenvolvimento. Técnicos que, pagos pelos seus governos, poderiam passar no nos-

so país períodos curtos, por exemplo um ano, e ajudar-nos na elaboração de projetos ou formar os nossos quadros. Há diversas maneiras de manifestar essa solidariedade.

O apoio de Angola à causa da Namíbia e os enormes sacrifícios que faz não são devidamente reconhecidos pela comunidade internacional.

Consideramos haver injustiça em relação à situação que vivemos. O fato das agressões sul-africanas se terem tornado frequentes levou a comunidade internacional a considerá-las como um acontecimento normal. Um ataque na província do Cunene ou a destruição da vila de Cangamba que fica a 500km da fronteira com a Namíbia, tornou-se um fato normal, o que é gravíssimo. A comunidade internacional está insensível diante da tragédia que se abate sobre o povo angolano.

E é bom lembrar que a Namíbia é um território sob tutela das Nações Unidas, o que no nosso entender significa ter, cada um dos seus membros, responsabilidades diretas sobre ele. A Namíbia não é um problema exclusivo de Angola, mas das Nações Unidas no seu conjunto. Lembremos que há pelo menos uma resolução da Assembleia-Geral da ONU que diz textualmente: "a ocupação ilegal da Namíbia é uma agressão contra o povo namibiano e uma agressão contra as Nações Unidas".

Então, por que razão se pressiona Angola para resolver um problema da exclusiva competência do Conselho de Segurança da ONU?

De 1976 a 1981, o governo de Angola solicitou a convocação de pelo menos seis sessões do Conselho de Segurança, nas quais foram adotadas várias resoluções.

Que diligências Angola vai efetuar agora para a questão da Namíbia? Exigir uma nova reunião do Conselho de Segurança?

— No quadro do acordo que temos com os países da "Linha de Frente" (Angola, Moçambique, Zâmbia, Botsuana, Zimbábue e Tanzânia), é nossa intenção estudar o momento oportuno para a convocação do Conselho de Segurança para que este se pronuncie sobre o relatório elaborado pelo secretário-geral da ONU acerca da implementação da resolução 435. Resolução que compreende quatro aspectos fundamentais: cessar-fogo entre a Swapo e o regime de Pretória, redução gradual das forças sul-africanas em território namibiano, participação das forças das Nações Unidas para garantir o controle e a supervisão do processo e, finalmente, eleições livres e justas.

Qual o papel desempenhado pelos Estados Unidos na questão da Namíbia?

— Em 1977, foi constituído o chamado "Grupo de Contato" composto pelos EUA, França, Alemanha Federal, Canadá e Grã-Bretanha. A sua inten-



O presidente José Eduardo dos Santos e Waldheim, na sede da ONU

ção era, segundo afirmaram, encontrar uma solução negociada para o problema da Namíbia. Durante quatro anos, o "Grupo de Contato" esteve trabalhando na base da Resolução 435 do Conselho de Segurança aprovada a 29 de setembro de 1978.

"Nós temos o sentimento de estar pagando quase só o elevado preço da independência da Namíbia"

Mas com a chegada da administração Reagan ao governo dos EUA, em princípios de 1981, verificou-se que o novo governo norte-americano punha em causa as posições assumidas anteriormente pelo seu próprio país no seio do "Grupo de Contato".

Uma das primeiras posições da administração Reagan foi a de encarar a possibilidade de realização de uma conferência tipo "Lancaster House", como aconteceu com o Zimbábue, e que elaboraria uma constituição para a Namíbia. A atitude dos Estados Unidos tinha como objetivo marginalizar as Nações Unidas do processo, e por esse motivo foi rejeitada pelos países da Linha de Frente e pela Swapo.

Face a essa rejeição e às críticas feitas no Conselho de Segurança, o "Grupo de Contato" voltou-se para a Resolução 435, começando uma nova fase na discussão do problema. E aí, mais uma vez, os Estados Unidos introduzem elementos estranhos ao processo até então estabelecido, basicamente constituídos por alterações colocando a re-

solução do problema da Namíbia em três fases.

A primeira seria a aprovação dos chamados princípios constitucionais, a segunda referia-se à composição da força das Nações Unidas que participaria no processo de independência, e a terceira seria a implementação da Resolução 435, com os quatro aspectos a que me referi.

"A Namíbia não é um problema exclusivo de Angola, mas das Nações Unidas em seu conjunto"

O processo atrasou-se, conduzindo a um impasse por várias razões. O "Grupo de Contato", no caso de uma saída eleitoral, propunha três alternativas: o sistema de representação proporcional, sistema de escrutínio nas circunscrições, ou um sistema combinado, segundo o qual 50% dos membros para a Assembleia Constituinte da Namíbia seriam eleitos pelo sistema de representação eleitoral e os outros 50% seriam eleitos pelo sistema de escrutínio nas circunscrições.

Os países da Linha de Frente e a Swapo responderam optando pelo sistema universal, um homem = um voto. O "Grupo de Contato" reagiu insistindo no sistema combinado, com o qual nós não concordamos.

Se nenhum dos países que constituem o "Grupo de Contato" aplica o sistema combinado, por que razão haveríamos de aceitar? Rejeitado o sistema combinado, o que atrasou ainda mais a solução para o problema eleitoral, restam os outros dois, ambos rejeitados pela Swapo.

Esta é uma das razões do impasse. Outra, é a fixação da data do cessar-fogo em que também ainda não se chegou a acordo.

Para testar essa situação, os Estados Unidos introduzem o chamado *linkage* que pretende vincular ilegítimamente o processo de independência da Namíbia com a presença das forças internacionalistas cubanas em Angola. O *linkage* foi rejeitado pelo governo angolano, pelos países da Linha de Frente, OUA, Movimento Não-Alinhado e até pela própria Assembleia-Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1982.

É essa a posição que classifiquei de obsessão ou paranóia dos EUA em relação aos cubanos e constitui o principal obstáculo à implementação da Resolução 435.

Considera que os países do "Grupo de Contato" possam levar os Estados Unidos a modificarem a sua posição?

— Em nosso entender, a existência do "Grupo de Contato" deixou de ter significado. E isso a partir do momento em que a questão da Namíbia vol-

tou ao Conselho de Segurança em maio de 1983.

O papel que cada um dos seus membros pode desempenhar será o de ajudar o secretário-geral da ONU ou o próprio Conselho de Segurança a adotar medidas eficazes para a implementação da Resolução 435.

E, também a título bilateral ou coletivo — se assim o entenderem — a exercerem a pressão necessária sobre o regime de Pretória para a resolução do conflito.

São eles que têm essas possibilidades em virtude dos múltiplos interesses econômico-financeiros que têm na África do Sul e na Namíbia. Mas será que essas potências ocidentais estarão dispostas a adotar sanções obrigatórias contra o regime de Pretória? Contra um regime considerado aliado e amigo pelos Estados Unidos em função do papel que desempenha nesta parte do continente dentro da estratégia imperialista?

Uma questão já muito denunciada, inclusive na imprensa ocidental, diz respeito à presença de Israel no continente africano, nomeadamente no Zaire, onde estaria incrementando a sua presença. E isso para não falar na aliança dos israelenses com o regime de Pretória, que inclui aspectos de aliança no terreno nuclear. Fala-se, inclusive, na preparação de quadros militares da Unita. O governo de Luanda tem elementos sobre esse assunto? Qual a situação?

— Não nos compete contestar o restabelecimento das relações diplomáticas entre o Zaire e Israel porque isso seria ingerir-nos nos assuntos internos de um outro Estado.

Contudo, isso não impediu que o governo da RPA manifestasse às autoridades zairenses a sua preocupação, não só porque esse restabelecimento é feito sem levar em conta os direitos do povo palestino, mas igualmente pela gravidade que a presença de israelenses no país vizinho poderia constituir, se fosse utilizada para apoiar ou treinar as organizações contra-revolucionárias que combatem o povo angolano. Que esses grupos fantoches pudessem colocar-se a serviço de Israel, tendo em conta que alguns deles já estão a serviço do *apartheid* como é o caso dos bandos da Unita.

Mas recebemos da parte das autoridades zairenses a garantia de que essa presença em nada interferiria com qualquer situação relacionada a Angola.

Dissemos também que não podíamos ignorar as estreitas relações de Israel com o regime de Pretória, e o fato de elementos da Unita serem treinados em território namibiano não só por instrutores sul-africanos como israelenses.

Seria preocupante vermos surgir uma situação de tensão e conflito na fronteira norte, quando enfrentamos uma invasão do sul do nosso território.

*"Os Estados Unidos introduziram o chamado **linkage**, que pretende vincular ilegítimamente o processo de independência da Namíbia à presença das forças internacionalistas cubanas em Angola"*

Que aliás já não seria novidade para Angola...

— Exato. E, na verdade, já foram publicadas diversas notícias chamando a atenção para ações desses grupos fantoches já resultantes dessa presença israelense. Contudo, até agora ainda não tivemos oportunidade de confirmação. À medida que chegam essas informações, alertamos a parte zairense para evitar tanto quanto possível qualquer eventualidade de conflito entre a República Popular de Angola e a República do Zaire, que poderia trazer consequências nefastas ao relacionamento existente entre os dois países.

Que papel caberia à América Latina para fortalecer a sua aliança com Angola, defendida já por muitos dos seus governos democráticos?

— O primeiro passo para isso seria introduzir maior dinamismo no desenvolvimento gradual do relacionamento não só entre a América Latina e Angola, mas com os países africanos em geral. Desencadear contatos mais frequentes entre os países dos dois continentes, todos eles fundamentalmente países subdesenvolvidos e pertencentes ao chamado Terceiro Mundo. Há, portanto, uma necessidade lógica de contato bilateral.

A intenção do governo angolano é a de desenvolver esse relacionamento no próximo ano, uma vez que as premissas para o incremento desses contatos já estão definidas. Estamos cientes que importa cumprir etapas concretas de cooperação Sul-Sul. E isso por uma razão adicional: o chamado diálogo Norte-Sul tornou-se praticamente num monólogo, na medida em que os países industrializados têm posições egoístas e não levam em consideração as necessidades de desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos. ●

Angola Agredida



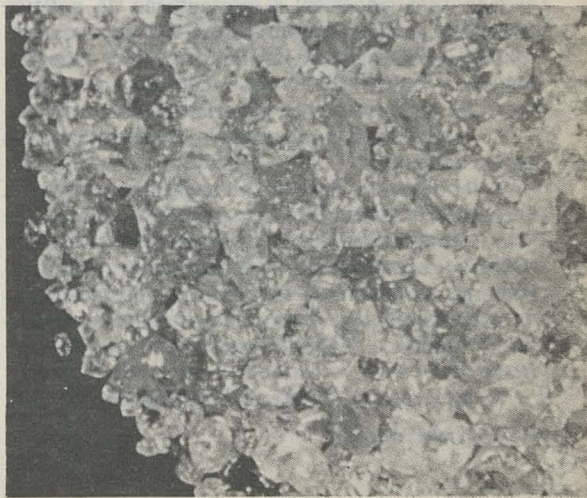
Petróleo, ferro e diamantes

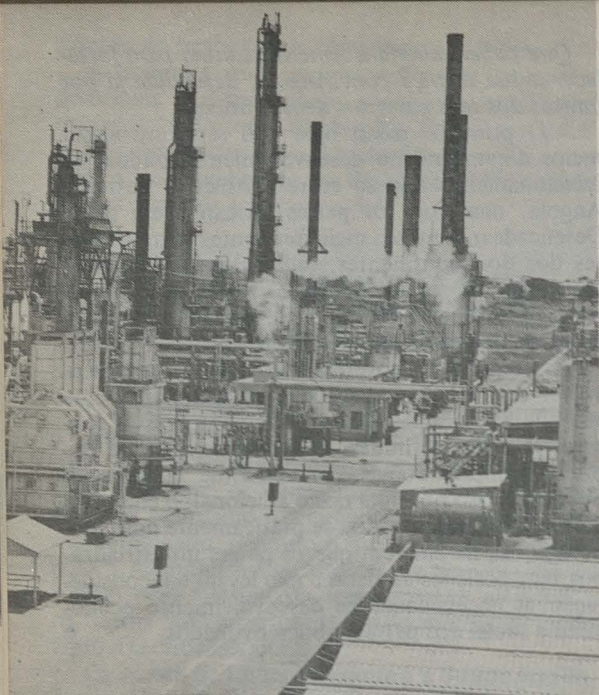
Até onde pode chegar uma economia implantada com base nessas riquezas

Duas leis básicas do governo angolano disciplinaram a exploração mineira e a política de investimentos estrangeiros. A lei mineira procurou corrigir uma situação caótica nesse setor vital da economia: inexistência de estudos sérios sobre reservas, carência de equipamentos técnicos confiáveis, exploração predatória e exportações desordenadas, passando por uma larga faixa de contrabando.

Este, aliás, era um problema crítico. O diamante era quase todo contrabandeado para as praças comercializadoras via Lisboa. Em Portugal, as pessoas que entravam com diamantes não eram obrigadas a declarar a origem, o que resultava numa virtual legalização do contrabando. Essa prática foi

Diamantes: contrabando para Lisboa





Petróleo: o governo detém o direito exclusivo de exploração

modificada pelo atual governo português, facilitando em Angola a luta contra o contrabando organizado.

Centenas de contrabandistas — sobretudo angolanos e portugueses — alguns de “gravata e colete”, estão presos. O valor da produção aumentou de 500 mil quilates em 1977 para 1.200 mil em 82, o que equivale a cerca de 150 milhões de dólares. Esse volume poderá aumentar muito nos próximos anos.

Mas não foi só a repressão ao contrabando que proporcionou esse resultado positivo, como também medidas legais que permitiram o controle estatal da indústria diamantífera, desde os estudos geológicos até a exportação.

Não tem sido fácil a reorientação da política mineira angolana. Inicialmente, os propósitos nesse sentido esbarraram no fato de que, até à independência, a indústria estava voltada para a metrópole e esta se encontrava, na maioria dos campos, atrasada, sendo simples repassadora da tecnologia dos países ocidentais.

A lei de minas do governo angolano, que vigora desde 1979, estabeleceu os princípios gerais que estão em vigor, tais como: propriedade estatal sobre todos os recursos minerais existentes no território nacional; exclusividade do Estado no levantamento da carta geológica; monopólio estatal da prospecção, pesquisa e reconhecimento dos recursos minerais.

A exploração deve ser atribuída exclusivamente

DORIMPLA

a empresas mineiras estatais, observando, contudo, situações que constituem exceções justificáveis, nas quais se admitem associações com entidades ou sociedades estrangeiras técnica e financeiramente idôneas.

Os investimentos estrangeiros são, no entanto, proibidos em vários terrenos, entre os quais a defesa nacional, instituições financeiras e de crédito seguros, comércio externo, serviços públicos (educação, saúde, higiene, correios, abastecimento de água e eletricidade etc.), meios de comunicação, telecomunicação.

Os problemas da indústria

As leis são importantes mas não são tudo. A situação da indústria em Angola era simplesmente caótica na independência e na etapa seguinte, sob o impacto da guerra e da retirada em massa dos colonos portugueses.

O que modificaria ter instalações para fabricar pão, se não havia matéria-prima e os padeiros foram embora?

A fuga dos empresários obrigou o Estado, mesmo sem essa intenção e desaparelhado para tantas tarefas, a intervir nas empresas, no esforço de pô-las em movimento. “Uma socialização de emergência e antes do tempo”, nos dizia um dirigente.

Também mudou o consumidor. Mudou e aumentou em número, com a afluência ao consumo de uma enorme camada social que nunca tivera acesso a ele.

Os novos planos diretores consideravam desde o início uma reorganização total da indústria leve. Mais de 200 pequenas empresas de confecção sem qualquer condição de funcionamento econômico foram reduzidas a 12. Duas grandes indústrias têxteis, em Benguela (Áfricatextil) e Luanda (Textang-2) deverão produzir este ano perto de 30 milhões de metros de tecidos mas as metas do plano para o setor não serão plenamente atingidas.

Em muitos setores industriais que dependem de importações, há crise de produção, criando escassez no mercado. Em outros, há avanços razoáveis. Em 1983, Angola produzirá cerca de três milhões de livros mas deverá importar mais de seis milhões.

Avanços no petróleo

Nos grandes campos da indústria angolana — petróleo e minerais — as perspectivas são positivas. Desde 1979, a empresa estatal petrolífera, a Sonangol, é a única concessionária dos direitos à exploração. E faz contratos com empresas estrangeiras segundo interesses nacionais. Atualmente esses contratos de exploração sob controle da Sonangol foram atribuídos em 13 blocos de áreas marítimas (*off-shore*) a várias empresas como Agip, Texaco,

Chevron, Total, Petrobrás, Mobil, Tnanaftaplien (esta última iugoslava). Os lucros previstos são distribuídos segundo uma escala que vai de 40 a 90%, segundo a produção. O Bloco 4 onde se instalou a Petrobrás, juntamente com a Sonangol e a belga Petrofina, apresenta condições muito favoráveis de produção.

A produção atual de Angola já ultrapassou os marcos anteriores da fase colonial e dos primeiros anos da independência: 190 mil barris diários, com uma exportação anual superior a 1.200 mil dólares, que só não é maior por causa da queda dos preços nos mercados internacionais.

Entre os principais clientes do petróleo angolano estão a Espanha (mais de 20 mil barris/dia), Brasil (10 a 15 mil), Caribe (10 mil), Estados Unidos (10 mil) e outros. O Brasil também importa gás liquefeito.

Atualmente, a indústria petrolífera emprega seis a sete mil trabalhadores e há um esforço acentuado de consolidar os avanços na produção e na tecnologia.

Minérios debaixo de bombas

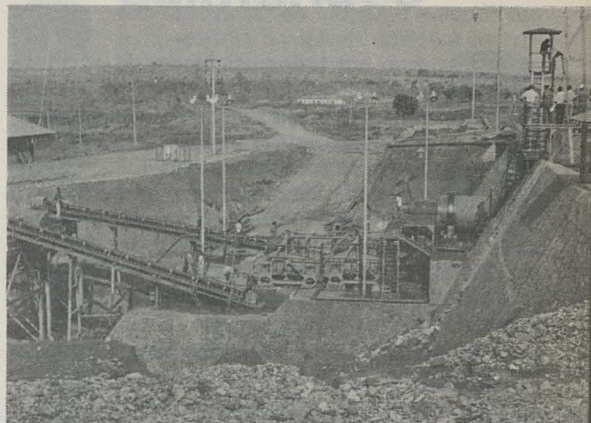
A área principal da produção de minério de ferro tem sido alvo de repetidos ataques sul-africanos. Um deles, contra Cassinga, foi um verdadeiro massacre de civis. Mas as instalações industriais não foram tocadas. Ali estavam técnicos austríacos que trabalham com os angolanos. Segundo se sabe em meios diplomáticos em Viena, o governo da Áustria advertiu os sul-africanos para as consequências de um ataque às minas em produção. E eles se abstiveram de ir adiante nas agressões. A Áustria, que produz cerca de quatro milhões de toneladas de produtos siderúrgicos, não só não tem o minério, como não dispõe de uma fonte permanente de fornecimento. A associação com Angola foi, assim, de mútuo interesse. Dessa área já foi feita a primeira exportação de 170 mil toneladas de minério e a segunda partida será feita em breve.

Os dirigentes angolanos estão racionalizando o processo de exploração e procurando adaptar a demanda à produção, seja interna como externa.

"Esta é uma riqueza básica", nos disse o ministro da Indústria, Bento Ribeiro. "Mas foi a defesa do petróleo, realizada pelos países produtores, que nos alertou para a importância da defesa dos nossos minérios".

"Quando se fala em Luanda em adequar a produção à demanda não é imagem retórica mas um dado do nosso plano", acrescenta o ministro. Angola vai produzir *pelletes*¹ próprio para fornos elétricos e de redução direta, comuns no Terceiro

Mundo. Só a Suécia e a Noruega produzem atualmente o minério adaptado a esse tipo de fornos. A meta para 83 é produzir um milhão de toneladas de minérios para o uso de altos fornos, atendendo a clientes de países industrializados, e um milhão de toneladas para os fornos de redução direta. E mais meio milhão de toneladas de esponja de ferro e 200 mil toneladas de perfis e ferro redondo para consumo interno.



Minas de ferro: um dos alvos dos sul-africanos

No mar e no ar

Como se vê, apesar da situação em que o país foi deixado pelo colonialismo e pela guerra, Angola realiza um trabalho racional no aproveitamento de suas riquezas. Um dos seus graves problemas é o dos transportes, alvo prioritário dos ataques sul-africanos. Apesar disso, há um grande esforço para manter em tráfego as rodovias e ferrovias vitais. No mar, o velho navio *N'Gola* (7.000 toneladas), o único que Angola herdou do colonialismo, multiplicou-se numa frota de mais de 100 mil toneladas, que sob a bandeira da Angonave, está presente no mundo.

Em 1973, a empresa aérea angolana (Taag) transportou 200 mil passageiros. Em 1983, esse número alcançará 900 mil, com mais de 20 aviões e não os cinco da década de 70. Quarenta por cento do tráfego aéreo internacional já é feito em aviões angolanos e cresce o número de pilotos nacionais nos seus *boeings*.

"Nas circunstâncias em que vivemos é necessário ter uma profunda consciência do nosso destino e a certeza de que nossa opção ideológica é a mais correta para enfrentar os problemas cotidianos. É um desafio incessante. Mas nós estamos superando os problemas e isso é o essencial. Resguardar nossas riquezas da cobiça externa e explorá-las em favor do nosso povo", declara o ministro do Plano, Lopo do Nascimento. ●

¹*Pellet* — minério de ferro (ou outros) semi-processado, em forma de pequenas bolas, mas já livre de impurezas.

Agricultura Setor decisivo da atividade econômica

Como em todos os campos de atividade, também no caso do setor agrícola há uma diferença fundamental entre a forma como estava organizada a produção na época colonial e a atual.

Antes da independência, havia dois modos de produção, inteiramente distanciados: a produção nos moldes capitalistas dos colonos portugueses (com utilização de tecnologias avançadas) e a produção camponesa, ligada à agricultura de subsistência.

Com a fuga de quadros que se deu na época da independência, centenas de propriedades agrícolas ficaram paralisadas, perdendo-se as plantações e os animais. O mesmo aconteceu com a produção dos camponeses, já que a rede de comercialização ficou desarticulada.

“Em 1976 ativamos a nova agricultura, em plena guerra”, explica-nos Júlio de Moraes, vice-ministro da Agricultura. “O abandono dos campos determinou a administração das fazendas por parte do Estado, o que as transformou em empresas estatais. Algumas também foram reorganizadas como cooperativas, com os próprios camponeses.”

A estrutura pecuária estava debilitada. O gado existente tinha ficado reduzido a uns 10% do inicial, por desvios ilegais para os países vizinhos. “Organizou-se então o setor estatal, com base em

uma organização socialista dos modos de produção” — prossegue o vice-ministro. “Ao nível do campo, o MPLA promove a formação de cooperativas e busca restabelecer a infra-estrutura de comercialização, primeiro através de uma empresa do ministério de Agricultura e depois através do ministério de Comércio Interno. Assim, o setor capitalista na agricultura ficou reduzido a uma pequena expressão, em mãos de colonos que não deixaram o país ou de nacionais que estão expandindo pouco a pouco suas atividades. Nesses casos, o Estado só intervinha quando alguns desses proprietários exerciam atividades contra-revolucionárias”.

“É necessário assinalar — acrescenta Júlio de Moraes — que nosso país é dependente em matéria de fertilizantes, produtos químicos, sementes melhoradas — que ainda não produzimos — e maquinaria. A gestão, por parte do Estado, de uma atividade para a qual se carecia de quadros, não foi uma opção, mas uma necessidade, obrigados pelas circunstâncias.”

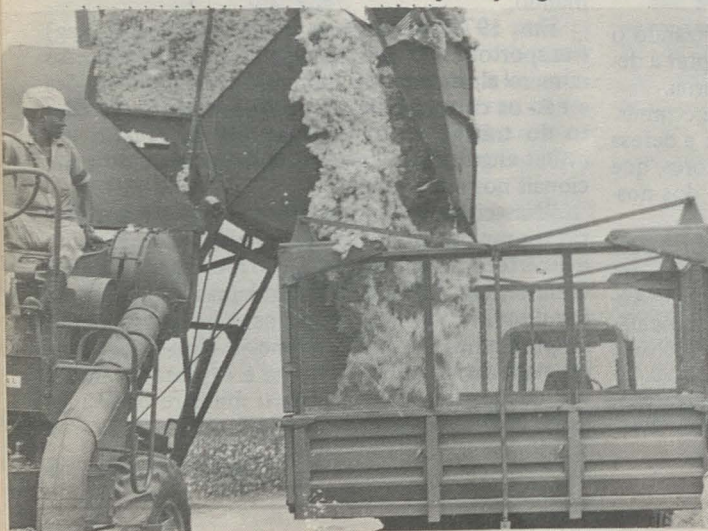
Atualmente 50% da produção provém de empresas controladas pelo Estado. É o caso da produção de cereais, arroz, batatas, café, azeite de dendê, avicultura, algodão. O setor cooperativo tem no momento uma participação pequena. Não chega a mais de 10% da produção total comercializada.

As orientações do 1º Congresso

As províncias de Malange, Huíla, Benguela, Uíge, Cuanza Sul e Cuanza Norte foram escolhidas no 1º Congresso do MPLA-Partido do Trabalho para concentrarem os meios que facilitem a expansão da agricultura e da pecuária. Ali se começaram a instalar estruturas de assistência à agricultura, com a concentração de técnicos e a elaboração de um programa integrado para cada província.

“A produção continua modesta por problemas

Atualmente 50% da produção agrícola são provenientes de empresas estatais



Pesca Prioridade para o consumo

Com um litoral de 1.650km e condições hidrográficas favoráveis devido à corrente fria de Benguela, que permite o surgimento de plâncton para alimentar os peixes, Angola tem um grande potencial pesqueiro, com um nível de reservas calculadas em 700 mil toneladas por ano, sem pôr em risco a procriação.

As costas de Angola são ricas tanto em pesca pelágica (isto é, de superfície) como demersal (de profundidade). Antes da independência, o volume de peixes capturados estava em torno de 600 mil toneladas anuais, das quais 70% se destinavam à exportação, em forma de farinha de peixe, processada no país.



Em 1983, a produção de café melhorou, apesar da guerra

técnicos, como os que derivam de ter que se passar da pequena produção para a produção em grande escala", assinala o vice-ministro. "Por outro lado, acrescenta, é necessário intensificar o apoio ao camponês, vendo-o não exclusivamente como um produtor, mas como um ser humano com necessidades globais."

Em 1983, a produção melhorou em relação a 1982, particularmente a de café e milho. "Mas a guerra afeta o desempenho agrícola e nossas empresas estatais são prioritariamente atacadas pelos inimigos", explica o dirigente.

As prioridades

A primeira prioridade da produção agrícola atual é satisfazer as necessidades da população. Em seguida, vêm alguns produtos de exportação (atualmente as únicas culturas de exportação são as de café e sisal) e, em terceiro lugar, as matérias-primas para a indústria nacional.

"As estruturas agroindustriais estão sendo reativadas e muitas estão funcionando, embora às vezes ainda de forma rudimentar. Os países socialistas estão nos dando assistência em todos os terrenos da produção, através de contratos de assistência técnica. A FAO está apoiando oito projetos, entre eles um de formação de quadros, outro de apoio à organização camponesa e um terceiro para a recuperação da produção de café."

"Em Angola, a agricultura foi definida como o setor-chave. Com as potencialidades que tem, será o setor decisivo da atividade econômica de nosso país", conclui o vice-ministro. ●

Beatriz Bissio



Carlos Amaral, do ministério da Pesca, explica a finalidade principal: "assegurar proteínas para o consumo humano"

No período de transição, muitos barcos foram danificados e outros foram levados para fora do país pelos seus proprietários.

A queda na produção pesqueira (que baixou para umas 100 mil toneladas anuais) levou o Congresso do MPLA a estabelecer como meta a reativação de estaleiros para recuperar a frota pesqueira e a compra de novas embarcações. Cinquenta delas, destinadas à pesca artesanal, já chegaram ao país procedentes da Suécia. Outras mais estão sendo esperadas, destinadas à pesca em grande escala, em operações de arrastão e cerco.



A pesca é um fator decisivo na alimentação angolana

“Cerca de 53% das embarcações atuais pertencem ao Estado; 23% a cooperativas e o restante ao setor privado. O setor cooperativista foi criado depois da independência”, explica Carlos Amaral, diretor do Gabinete de Planeamento do ministério da Pesca.

Amaral lembra que uma das diretrizes do Congresso do MPLA foi autorizar os acordos de pesca com outros países até que os níveis de captura anteriores à independência possam ser recuperados. Com essa medida, pretende-se assegurar as proteínas de origem animal à população. Esse tipo de convênio está sendo realizado com a Espanha, Japão, União Soviética e Nigéria. Em uma etapa posterior, poderão ser criadas empresas mistas com esses países.

Foi aberta concorrência para a construção de dez cais ao longo de toda a costa e estão sendo reorganizadas a empresa estatal de fornecimento de material técnico, criada depois da independência, e a empresa de fabricação de redes, de Lobito. Alguns complexos frigoríficos foram recuperados na base de doações de equipamentos por parte da Dinamarca e está se começando a montar outros complexos em Cabinda e em Cuanza Sul.

“Em Benguela e na província de Namibe (Moçâmedes), estamos introduzindo processos mecânicos de secagem do peixe (o sistema tradicional era de secagem ao sol). Foi aumentada a capacidade instalada das fábricas de conserva, a *Mampesa* e a *Atlântico*, de Benguela. Atualmente, Angola importa conserva de pescado e pretende deixar de fazê-lo a curto prazo.”

“Na época colonial — acrescenta Amaral — se produzia menos conserva e dava para exportar. Mas agora produzimos mais e importamos. Sem dúvida, o consumo de peixe está em primeiro plano na alimentação popular”. A prioridade é o consumo humano, que se situa em 80 mil toneladas anuais de peixe fresco e 27 mil de peixe seco.

Apoiar a pesca artesanal

O ministério da Pesca está incentivando a criação de cooperativas de pescadores artesanais, calculados em cerca de 5.500 em todo o país. Eles estão sendo apoiados com materiais, motores e embarcações. Já existem associações de pescadores em todas as províncias. As cooperativas estão autorizadas a comercializar seu peixe diretamente com o público.

“Como uma das deficiências do setor é a falta de quadros, foram abertos dois centros de formação, em Kakuako e Namibe, com diferentes especialidades: mecânicos navais, professores de pesca (capitão de barco), eletricitistas industriais, rádio operadores e pilotos.

“Em Luanda também existe um centro de reciclagem, para elevar o nível dos quadros que já estão trabalhando”, assinala o diretor do Gabinete de Planeamento do ministério.

“Um centro de Pesquisas sobre Recursos Pesqueiros foi criado com o objetivo de proteger nosso potencial de captura e para ajudar a utilização mais racional dos recursos disponíveis. O Centro depende do ministério e tem um Departamento de Fiscalização que vigia o litoral para evitar a pesca ilegal.”

A distribuição do peixe está a cargo da empresa estatal *Edipesca* em cada província litorânea. Os pescadores privados vendem sua pesca à empresa do Estado, e esta vende aos mercados estatais e às peixarias privadas, hospitais, hotéis etc.

“Há cerca de 20 mil trabalhadores no setor pesqueiro do país, 40% no ramo das capturas, incluindo os 5.500 do setor cooperativista, e o restante nas operações de transferência, abastecimento, conservação etc.”

“O consumo de peixe está amplamente difundido em Angola, curiosamente também entre os camponeses, que sempre comeram mais peixe seco que carne”, assinala Amaral. A farinha de peixe já está sendo utilizada como adubo na agricultura. ●

Saúde Pública Utilizar os recursos locais

Antes da independência o sistema estatal de saúde tinha uma estrutura pouco desenvolvida. A medicina era quase toda privada embora existisse um sistema cooperativista — conhecido como rede “sindical” — cujo alcance era limitado. Uma das primeiras medidas do MPLA foi criar o Sistema Nacional de Saúde, em 1976, que instituiu a assistência médica e medicamentosa gratuita para toda a população.

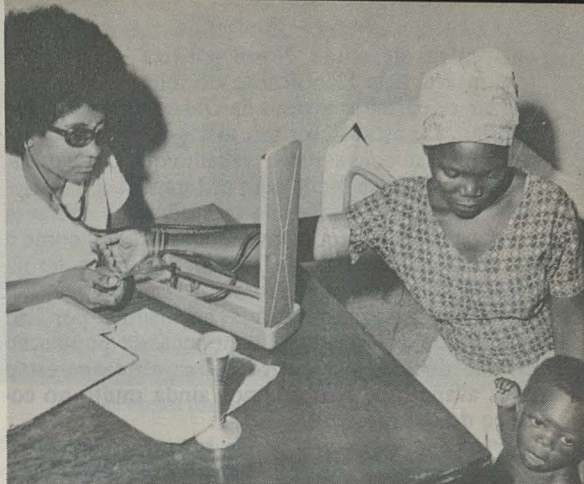
O Estado assumiu a responsabilidade total pela saúde pública e a medicina privada foi abolida. Como não havia muitos recursos, optou-se por mobilizar os esforços locais: a população foi chamada a participar ativamente na proteção de sua saúde. Foram instituídos os “promotores da saúde rural”, escolhidos pela própria comunidade, que, com a realização de um curso de seis meses promovido pelo ministério da Saúde Pública, regressam às suas aldeias de origem para instalar as estruturas locais de saúde. Foram criados também os *centros de saúde*, estruturas que coordenam as atividades das *unidades de saúde* de toda uma determinada zona.

Difundiram-se orientações para aproveitar a farmacopéia tradicional, sobretudo aquelas plantas cuja ação científica foi comprovada.

Atualmente quase 50% da população do país é atendida pela medicina estatal. Permanece o problema do acesso físico às unidades de saúde, que ainda não estão tão próximas dos locais de trabalho e dos núcleos populacionais como o governo desejaria. “Abolimos a discriminação racial e econômica”, assinala o dr. Raul Jorge Lopes Feio, diretor do Gabinete de Planificação do ministério de Saúde Pública, fazendo uma avaliação das conquistas desde a implantação do novo sistema.

Escolas de quadros

“A maior parte das estruturas sanitárias da época colonial foram saqueadas ou destruídas na etapa de transição”, afirma o dr. Feio. “Contudo o problema mais sério que enfrentamos todos esses anos foi a falta de quadros. Os quadros angolanos — que foram os que permaneceram no país — constituíam o nível auxiliar mais baixo e não estavam capacitados para pôr em funcionamento nem sequer a precária infra-estrutura existente”.



A medicina privada foi abolida

DIP/IMPLA-PT

O diretor do Gabinete de Planificação desse ministério nos explica que com “ajuda de cooperantes e dos poucos quadros angolanos”, em 1976 e 1977 foram criadas 20 escolas de formação de quadros em todo o país, descentralizando o ensino. Antes da independência existiam somente três escolas.

Atualmente já estão estruturadas as funções desenvolvidas pelos quadros de base. A etapa atual é a formação de quadros médios. Até 1982 haviam saído das escolas 6.500 quadros paramédicos, formados em 12 especialidades (sanitaristas, auxiliares de farmácia, nutricionistas, especialistas em enfermagem, em estatística etc).

A Faculdade de Medicina nunca parou de funcionar, nem sequer nos períodos mais difíceis. Uma extensão da Faculdade funciona atualmente em Huambo, com os três primeiros anos da carreira. A partir de 1984 irão se formar, em média, 50 médicos por ano.

Uma mudança fundamental nos currículos, elaborados com as “mais modernas orientações” — segundo define o dr. Feio — “é que a medicina em lugar de ter como centro o indivíduo, passa a estudar os problemas de saúde da sociedade em seu conjunto, e em lugar de estar concebida para se ocupar da doença, trabalha-se prioritariamente com o conceito de *preservar a saúde*. Nesse sentido, passaram a ter grande importância as campanhas maciças de vacinação e o controle de epidemias”.

Reciclagem das parteiras tradicionais

Dentro dos esforços promovidos para utilizar os recursos locais, uma menção especial cabe à reciclagem das parteiras tradicionais. “Estima-se que dos 320 mil partos realizados por ano, mais de 50% estão em mãos de parteiras e não se realizam

em centros de saúde. Nossa política — assinala o responsável pela Planificação do ministério — é localizar as parteiras através da OMA, conquistar sua confiança e estabelecer um diálogo, para ajudá-las a ter mais noções sobre o trabalho que realizam. A mesma política é usada com os terapeutas tradicionais. Contudo a tarefa não tem sido fácil. Durante a época colonial, todos os aspectos que — como a tarefa dos terapeutas tradicionais — podiam ser interpretados como uma forma de resistência cultural, eram reprimidos. Ainda há medo e por isso temos que conquistar a confiança da população através do diálogo. Outros países africanos estão mais avançados. Nós estamos ainda muito no começo desse processo”.



Mobilizar os recursos locais é um dos objetivos do governo e do Partido

As parteiras são preparadas para detetar partos complicados, para que com tempo suficiente sejam encaminhados a locais onde recebem a assistência necessária. Elas também são utilizadas como agentes em campanhas como as de vacinação, por exemplo.

Perfil sanitário subdesenvolvido

Angola tem um “perfil sanitário subdesenvolvido”, segundo explica o dr. Feio. Isso significa que as *causae mortis* mais importantes são as doenças infecciosas e que os grupos mais vulneráveis são as crianças menores de cinco anos. As taxas de mortalidade infantil são equivalentes às do resto da África subsaariana. Porém a situação é agravada pela guerra.

“As condições de má nutrição da população geradas pelos anos de guerra que impediram as colheitas, têm consequências terríveis particularmente para as crianças e os velhos”, assinala o dr. Feio.

60 - terceiro mundo



“A falta de dados sobre o total da população nos impede de calcular as porcentagens de incidência desses fatores”, acrescenta o responsável de planificação do ministério da Saúde. “Todavia podemos afirmar que mais de 50% das mortes totais do país são de crianças menores de cinco anos. E, dessas mortes, 50% são por doenças infecciosas. A guerra tem grande parte da responsabilidade, pois afeta seriamente a nutrição da população das áreas onde se desenvolvem as operações bélicas. Nessas regiões, nos vimos forçados a fechar hospitais e postos de saúde, o que deteriora ainda mais as condições locais de vida”.

O papel dos cooperantes

O dr. Feio observa que muitos dos avanços que se produziram no campo da saúde foram possíveis graças ao apoio dos cooperantes. “Não teríamos reativado com tanta rapidez a infra-estrutura sanitária, se não fosse pela cooperação internacional, particularmente a de Cuba, que foi decisiva no setor de saúde”, afirma.

Também foi importante o apoio internacional para a formação de médicos. Na época da independência, havia 150 médicos angolanos para uma população de 8 milhões de habitantes. Atualmente existem cerca de 500 médicos cooperantes em todo o país, minimizando os problemas da população, particularmente a nível das especialidades.

“Quase 70% dos médicos cooperantes são de Cuba, da União Soviética e do Vietnã. E uns 15% dos cooperantes da área da saúde trabalham a nível individual, quer dizer, fizeram contratos de trabalho diretamente com o governo angolano e não através de acordos de governo a governo, como no caso dos cooperantes daqueles três países antes mencionados”.

Angola conta atualmente com 54 hospitais em todo o país (um hospital universitário, que engloba todos os hospitais de Luanda; 16 hospitais provinciais e 23 hospitais municipais), além de 40 unidades especializadas, 250 centros de saúde regionais, mil postos de saúde locais e mais de 1.600 postos comunitários de saúde.

no. 61 — dezembro — 1983

Educação

Mudar o conteúdo para um ensino libertador

De todos os setores da vida do país talvez o que apresentou o maior desafio para as autoridades do MPLA tenha sido o ensino. Não só porque, quantitativamente, era necessário transformar uma estrutura educativa a serviço de uma elite privilegiada em um sistema massivo de ensino, democratizando o acesso à educação, como também porque era preciso reelaborar totalmente os conteúdos. Era preciso transformar um ensino destinado a formar cidadãos portugueses, que perpetuavam o sistema de dominação, em uma escola formadora de homens livres, orgulhosos de sua Pátria, de sua cor e dos princípios humanísticos e igualitários em que se baseia a nova filosofia do Estado angolano.

Esse processo está em curso, e já foram dados alguns passos significativos. O ensino foi nacionalizado em 1976. As instalações das escolas privadas — quase todas vinculadas às missões religiosas — passaram para o Estado e estabeleceu-se o ensino primário obrigatório, até o quarto ano, fim do primeiro nível.

A população estudantil passou de 512.942 alunos em 1973 (um-terço dos quais eram portugueses) para mais de 1.800 mil em 1982, ou seja,

Democratizar o acesso à educação



Uma escola formadora de homens livres

DOR/MPLA

praticamente quadruplicou em nove anos. Para atender à demanda, em lugar dos dois turnos que funcionavam na época colonial, estabeleceram-se três, diminuindo o número de horas de aula. Esse sistema tem algumas desvantagens, mas em contrapartida permite atender a um número maior de crianças.

A concepção elitista do ensino colonial determinou que a maior parte dos centros educativos estivesse instalada na zona do litoral e nos bairros habitados pelos colonos brancos. Um dos desafios atuais é ampliar a rede escolar para o interior do país e para os bairros da periferia das cidades.

No novo sistema, o ensino básico tem três níveis. O primeiro, de quatro anos, o segundo de dois e o terceiro, também de dois. Esses oito anos se completam com o ensino secundário. Para os adultos, além da Campanha Nacional de Alfabetização, que depende diretamente do Partido, implantou-se um sistema regular que estabelece cursos semestrais, em vez de anuais, e com uma duração de seis anos para o ciclo primário, em vez de oito.

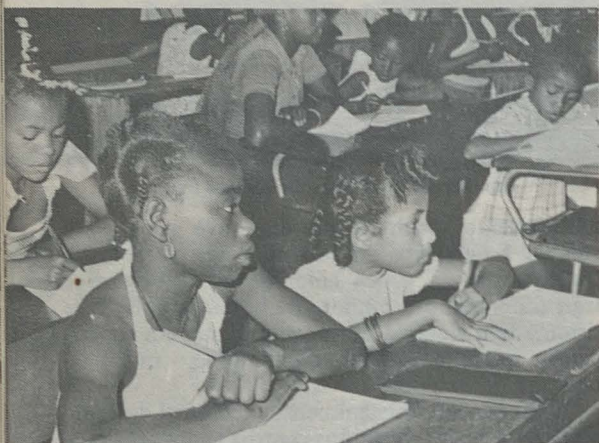
Os novos valores

“A primeira prioridade do MPLA era destruir a filosofia do ensino colonial, para criar o homem novo; transformar o ensino de algo teórico em um instrumento bastante ligado à resolução dos problemas práticos. Porém essas idéias, quando têm que passar da teoria para a prática, defrontam-se com a falta de professores”, explica Pinda Simão, diretor do Gabinete de Planificação do ministério da Educação.

“Os valores que procuramos incutir nos jovens são a bondade, a honestidade, a preservação de nossos valores culturais tradicionais, e estaremos prontos para sacrificar a vida pela defesa da pátria. Incentivamos também o amor ao trabalho.”

Foi muito útil em todo esse processo a experiência acumulada nos anos da luta contra o colonialismo, nas escolas estabelecidas nas áreas libertadas.

Já foram elaborados os textos novos até a 12ª série. "Mas não bastam os manuais — explica Simão — temos que formar professores. Vários institutos de formação de professores já foram estabelecidos. A idéia é ter um em cada província. Já existem em 14 províncias, ainda faltam em quatro".



Incentivar o magistério para contornar a falta de professores

DIP/MLA-PT

Além da formação sistemática e regular de professores nos institutos normais, que se faz em quatro anos, estabeleceu-se a formação acelerada, em apenas 10 meses, para os professores de nível mais baixo, que darão aula apenas até o quarto ano. Também foi criado o Instituto Superior de Ensino da Educação, que equivale a uma Faculdade para formação de professores das diferentes disciplinas.

Foram estabelecidas algumas medidas de estímulo para os professores, como uma melhoria quantitativa dos salários e a possibilidade de viajar para o exterior ou de percorrer o país todo com as despesas por conta do governo. Isso, além de prêmios em livros e facilidades para conseguir casas, sobretudo para os professores destacados nas áreas rurais. Os prêmios são concedidos a 22 de novembro, "Dia Nacional do Educador", em comemoração à data em que foi lançada a campanha nacional de alfabetização, pelo presidente Agostinho Neto.

Outra medida tendente a incentivar o magistério foi o decreto ministerial de mobilização dos quadros angolanos e estrangeiros que voluntariamente queiram colaborar no ensino. Estes recebem o salário em seu setor e têm oito horas semanais liberadas para que se dediquem ao ensino, com um salário adicional.

Também foi implantado o Sistema de Formação à Distância, através do Instituto Superior de Educação, Ised. Os estudantes receberão materiais preparados pelo Ised e poderão ser autodidatas. Um sistema semelhante está sendo estudado para uso no rádio e na televisão, na tarefa formativa. ●

62 - terceiro mundo

Angola Agredida

Esportes Desenvolver o iatismo

A pesar de ser um esporte extremamente elitizado no resto do mundo, o iatismo ocupa em Angola um lugar que vai além da mera função esportiva ou do lazer. Segundo o vice-presidente da Federação Angolana de Vela, José Augusto Junça, o seu país tem enorme litoral e é necessário motivar os jovens para as atividades marítimas, para que no futuro eles possam estar capacitados a suprir as deficiências atuais de Angola, não só na pesca como no transporte naval. "Nós precisamos muito de professores, técnicos e especialistas, diz Junça, para que em breve não sejamos obrigados a procurar engenheiros navais no exterior, como ainda acontece. Acreditamos que o esporte é um dos caminhos para mudar esta situação."

Uma característica peculiar do iatismo em Angola é o fato de que a maioria de seus praticantes vem de famílias pobres com poucos recursos. São filhos de pescadores, vendedores e peixeiros, que através do esporte procuram uma formação profissional. O critério de seleção dos atletas leva também em conta o aproveitamento escolar. Segundo o dirigente esportivo angolano, um bom atleta tem que ser simultaneamente um bom aluno.

José Augusto Junça disse que o iatismo em Angola enfrenta uma série de problemas. "O principal deles é o da falta de barcos adequados para atender à procura de jovens interessados em velejar. Temos em todo o país apenas 12 barcos da classe 'Otimista', enquanto que na França existem mais de 25 mil barcos da mesma classe. E não temos possibilidade de contar com mais ajuda do governo, por causa da guerra".

Uma delegação angolana composta por crianças entre 11 e 15 anos esteve recentemente no Rio de Janeiro participando do Campeonato Mundial de Iatismo. Esta foi a primeira viagem ao exterior feita pela maior parte dos garotos angolanos, que ficaram em 9º lugar na classificação geral, depois de terem conseguido o 3º e o 4º lugares na chave em que competiram, na classe "Otimista". Foi também uma das raras vezes em que crianças negras participaram de uma competição que em todo o mundo, sempre foi dominada quase que exclusivamente pelos brancos, mostrando que o esporte também é um privilégio dos que desfrutaram de alto poder aquisitivo.

no. 61 — dezembro — 1983

A experiência do Poder Popular

O Comissário Provincial Adjunto de Luanda explica o projeto administrativo para a capital

Desde agosto deste ano o Comissário-Adjunto de Luanda é um operário electricista, Alberto de Almeida, de longa trajetória na luta sindical. cadernos do terceiro mundo conversou demoradamente com ele sobre os problemas administrativos da cidade, a experiência do Poder Popular e as medidas que estão sendo tomadas para satisfazer as necessidades da população da capital, que quase triplicou nos últimos oito anos.



Beatriz Bissio

A prefeitura de Luanda, sede do Poder Popular

Por que acha que as populações expulsas do campo pela guerra concentram-se em torno de Luanda, em vez de dividir-se entre as várias grandes cidades do país?

— Por norma, em quase todas as guerras, a capital é sempre escolhida porque as pessoas acham que é lá que existem melhores condições de vida.

Isso vem, de fato, criar sérios problemas habitacionais e administrativos. A partir da nossa independência já se construíram alguns imóveis bastante importantes (no bairro do Golfo, na área do São

Paulo, no Prenda, no bairro de Benfica, na cidade em construção na chamada Praia do Bispo, situada à beira-mar onde ficará o mausoléu do nosso saudoso presidente Neto). Mas não são suficientes.

Isso, além das casas que já foram entregues à população na parte baixa da cidade, a antiga área urbana, após a saída maciça dos colonos portugueses?

— Sim, após a independência, as populações que moravam nos *musseques* (favelas) puderam vir morar na cidade, principalmente nas casas abandonadas pelos seus moradores. Não temos atualmente nenhuma casa livre. A primeira decisão foi a de passar para o Estado as casas abandonadas, depois de passados 45 dias sem justificação da ausência do proprietário. A nossa secretaria de Estado de Habitação tem sido um fiel depositário do povo angolano na administração dessas casas. Mesmo assim, ainda temos dificuldades para poder oferecer a todo nosso povo as condições sociais pelas quais lutamos.

Isso não teria acontecido se não houvesse esse êxodo rural maciço...

— Em grande parte é assim. A partir de 1978, começamos a verificar a entrada em massa em Luanda de populações que antes estavam no campo. Tem sido pior a partir de 1980 e 81, com o êxodo das populações oriundas das áreas bombardeadas pelo regime racista sul-africano.

Qual é o maior desafio: dar casa ou alimentar toda essa gente?

— O problema fundamental não é, como muita gente pensa, a alimentação. É a habitação. Mesmo porque Luanda é uma cidade velha, implantada em morros, baixos e altos, e não se teve o cuidado de construir corretamente as áreas de saneamento. Muitos dos encanamentos de água estão entupidos. E além do mais, temos o problema das quedas constantes de terra das encostas, por causa do

terreno acidentado. Isso afeta o sistema de transportes, assim como a estrutura das casas. O mais afetado é o bairro de Boa Vista, o setor onde há maior concentração de areia. Todos esses problemas estão em discussão atualmente na Assembleia Popular Provincial, com a participação da população através dos seus deputados.

Os órgãos do Poder Popular

Quantos membros tem a Assembleia Popular Provincial?

— São 85 membros, eleitos para três anos.

Pelos bairros?

— Alguns pelos locais de trabalho, outros pelos locais de residência. Temos também na Assembleia Popular Provincial — o órgão máximo do poder do Estado na província de Luanda — delegados de vários ministérios. Eles também são membros do Comissariado Provincial. Atualmente também estão constituídos os comissariados provinciais, que são os órgãos a nível municipal. Em cada município há representantes dos diversos organismos da vida do país.

Qual é a hierarquia?

— O responsável máximo da província é o Comissário. Imediatamente depois está o Comissário-Adjunto, quer a nível provincial, quer municipal.

Um sindicalista no poder

☐ Alberto de Almeida é um sindicalista, um operário que trabalhou durante anos no Smae (Serviço Municipal de Água e Eletricidade). Em 1974, foi eleito para um cargo de direção do sindicato, pela primeira vez. Em 1976, passou a integrar os quadros da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (Unta) e aí organizou o sindicato da energia elétrica. Quando se realizou a 3ª Conferência Nacional dos Trabalhadores Angolanos, em 1978, foi nomeado secretário-provincial da Unta em Luanda. No dia 11 de agosto passado, foi indicado para o cargo de comissário provincial adjunto de Luanda pelo presidente José Eduardo dos Santos. Tomou posse no dia 13 de agosto. Almeida é também deputado da Assembleia Popular Provincial e membro do MPLA-Partido do Trabalho, “na categoria de militante”, como assinala com orgulho.

Perguntamos se alguma vez ele pensou em chegar a ocupar esse cargo.

Já existem alguns comissários comunais, como o caso da comuna de Funda, cuja comissária é a camarada “Jóia”, Ana Sebastião Gomes. Na comuna os organismos se constituem da mesma forma que a nível da nação. Desde que haja delegados comunais dos diversos ramos, se constitui o Comissariado do Comunal.

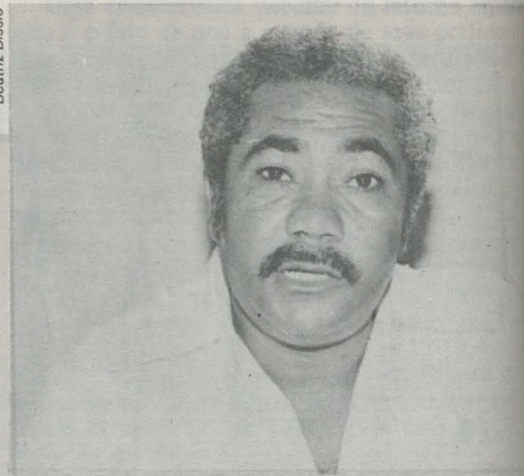
Quantos municípios tem Luanda?

— Nove. Já estamos constituindo comissários de bairro — o órgão de base do governo — que tem por sua vez, abaixo dele, a Comissão de Moradores. Quem administra localmente são os moradores. A comissão de bairro é quem orienta a vida do bairro. É a administração do povo para o povo. Essa é a nossa constituição. A nossa forma de dirigir o país.

A administração e o Partido

Pertencer ao MPLA-Partido do Trabalho é requisito para ser dirigente municipal, provincial ou de bairro?

— Não. Qualquer um pode ser delegado. O MPLA-Partido do Trabalho é o partido da classe



Alberto de Almeida: um operário na Prefeitura

“Se alguém me dissesse, em 1956, quando vim para Luanda de Dondo — Cuanza Norte, a minha terra —, e me empreguei exatamente nesta Câmara Municipal como eletricitista, que iria ser algum dia o comissário-adjunto de Luanda, eu teria afirmado que aquilo era impossível. Para mim era muito difícil poder imaginar que um sindicalista chegasse a exercer o poder. Mas isso é justamente o que o nosso partido propõe: que deve-se estabelecer um governo democrático, dos trabalhadores.”



Em todos os bairros se organizam jornadas de trabalho voluntário. Uma delas foi no dia do aniversário de Neto

trabalhadora. Uma das premissas para ser membro do partido é ser um bom trabalhador. O estímulo socialista funciona no nosso país desde 1977. O primeiro herói do Trabalho foi o nosso presidente Agostinho Neto. Temos trabalhadores de vanguarda há quatro anos consecutivos. Os trabalhadores de mérito adquirem também a condição de *Heróis do Trabalho*. Para integrar os quadros do partido, uma das premissas é ser um bom trabalhador. Entretanto mesmo aqueles que ainda não alcançaram esses galardões, podem ser membros da Assembleia Popular Provincial. Temos nela inclusive um religioso, que foi eleito. Há camponeses e os representantes da Organização da Mulher Angolana (OMA), que não é uma estrutura do Partido e sim uma organização de massas. A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (Unta) também tem os seus representantes. A grande maioria das pessoas que compõem a Assembleia Popular Provincial não é membro do partido.

Quando serão as próximas eleições?

— Em 1985. Mas isso não significa que todo mundo saia. Pode haver reeleitos.

O trabalho voluntário

Dizem que é muito difícil governar Luanda. É verdade?

— Toda gente diz que é difícil governar Luanda. Tem as suas dificuldades, mas difícil seria se não conseguíssemos fazer com que a população participasse.

Há dificuldades nesse sentido?

— Nós estamos esclarecendo a população dos

seus direitos e, fundamentalmente, dos seus deveres. Temos realizado, por exemplo, campanhas de trabalho voluntário para a limpeza da cidade. Esse é um problema difícil, que não estamos conseguindo resolver tão depressa quanto desejamos. Seguramente você já teve oportunidade de constatar que nós temos não só ruas como calçadas em muito mau estado.

E como se organizam as jornadas de trabalho voluntário?

— Fizemos uma delas quando do aniversário do nosso saudoso presidente Neto, a 17 de setembro passado. Todos os bairros de Luanda realizaram uma jornada de trabalho voluntário.

A resposta foi positiva?

— Muito. Outras foram realizadas depois, inclusive com a participação dos companheiros de outros países, como Cuba, Vietnã, Uruguai, Coreia do Norte etc.

Agora estamos fazendo um novo programa. Todo o esforço vai se concentrar em um bairro. Todos os meios disponíveis vão ser usados num só bairro, para ver se conseguimos limpá-lo totalmente.

Qual foi o bairro escolhido?

— Talvez seja o bairro de Prenda. É nesse bairro que está o aeroporto. Então queríamos limpar totalmente essa área para dar uma nova imagem da capital.

Os alcances do poder da Assembleia Popular

Temos falado em vários problemas da cidade: encostas, habitação, esgotos. A Assembleia discu-



**A autoconstrução das casas populares
permite melhor solução para os problemas de moradia**



As donas-de-casa são ensinadas a cuidar dos seus lares

te todos eles ou somente questões mais localizadas? Qual é o seu poder de decisão?

— A cada nível — nacional, provincial, municipal —, há um poder de decisão. Nós, além de fazermos a análise das questões do bairro, comuna, município, província, temos de entender o relacionamento que existe entre esses níveis de decisão. O presidente da Assembleia Popular Provincial de Luanda é o comissário provincial. Ele tem assento no Conselho de Ministros.

Na Assembleia, temos uma comissão de assuntos comunitários. Eu sou o coordenador dessa comissão. Aí analisamos o problema de abastecimento para a população, habitação e construção e já

fizemos propostas concretas para solucionar esses problemas.

Uma das nossas sugestões é fazer com que a população entenda o que significa administrar uma casa, de modo a salvaguardá-la e fazer com que dure muito tempo. Já nos vimos obrigados a tomar atitudes duras, de despejo. Chegamos a essa decisão porque efetivamente as pessoas que habitavam determinada casa não atentavam para o fato de que estavam destruindo um bem que era seu e, como seu, da comunidade.

Antes do despejo, fizemos um levantamento. Vimos o estado das casas. Em alguns casos ficamos escandalizados. A casa estava cheia de água. Por que deixaram chegar a esse estado sem comunicar à nossa secretaria municipal de Habitação?

Há equipes de manutenção que cuidam desse tipo de problemas?

— Há uma empresa da secretaria municipal de Habitação cuja missão é justamente conservar as habitações. Não está funcionando com toda a eficiência que desejaríamos; temos carências, mas funciona.

Quais carências, por exemplo?

— Nos falta tinta. O pouco que adquirimos é exclusivamente para dar uma outra imagem às nossas escolas. Tivemos de importar tinta para as escolas porque era impossível continuar a funcionar dessa forma.

Foi definida então uma prioridade para a conservação das escolas?

— Sim. Já começamos. E aprovamos a iniciativa da União dos Trabalhadores Angolanos no sentido de criar a unidade *escola-empresa*. Quer dizer que uma empresa vai ser “madrinha” de uma escola, vai cuidar dela, conservá-la. Para que as nossas crianças não tenham mais que sofrer as consequências da falta de recursos.

A empresa é do mesmo bairro da escola?

— Depende. Uma empresa pode querer apadrinhar uma escola de outro bairro e não há problema.

E deu bons resultados?

— Já temos vários exemplos. Basta dizer que já foram construídas escolas novas, com o trabalho de voluntários. Uma delas, a “Mártires de Cangamba”, tem capacidade para 500 crianças, e com três turnos por dia, são mil e quinhentas crianças que podem estudar nessa escola.

A autoconstrução

Como é o processo de construção das novas casas populares?

— É um processo de autoconstrução. Quer dizer, um elemento do povo pretende construir a sua casa. Solicita-nos a autorização e nós a damos, nos locais designados para tal, segundo os planos de urbanização. Neste momento são o Golfo, o bairro da Petrangol e o Palanque. Temos aqui no gabinete, um departamento cuja função é demarcar os talhões (lotes) de terreno dos populares.

Tem que ser um morador desses bairros, ou pode ser qualquer um?

— Qualquer um. Nós designamos esses setores para evitar construções anárquicas. Cada um pode fazer a proposta do tipo de casa que deseja. Nós vemos se não destoará do tipo de urbanismo do bairro e, caso não, imediatamente autorizamos a construção.

Qual é o critério para a aceitação do pedido de terreno?

— Não há requisito. Se a pessoa não tem casa para morar, faz o pedido, nós demarcamos o terreno e autorizamos a autoconstrução.

E fornecem os materiais?

— Não. Damos um documento que permite adquirir os materiais através das empresas especializadas.

E assessoramento técnico...?

— Se alguém quiser, damos-lhe a planta da casa. É a nossa contribuição para a autoconstrução. Mas não temos capacidade nem quadros para outro tipo de apoio. Basta dizer que atualmente temos apenas dois engenheiros na Câmara Municipal. E essas dificuldades são naturalíssimas, em uma economia obrigada a investir na guerra. Grande parte das nossas divisas estão indo para comprar material bélico.

E mais. Existe a guerra econômica. Não é só a agressão dos sul-africanos. Como sabe, o preço internacional do petróleo baixou; o do café, o dos diamantes também. As fontes de divisas dos países africanos baixam porque a administração Reagan e os países capitalistas querem a continuação da nossa dependência. Mas o nosso presidente José Eduardo dos Santos já avisou aos que desejam que Angola continue a ser um corpo inerte para todos os urubus tirarem o seu bocado: nós vamos criar a nossa própria vida interna para dar ao nosso povo aquilo que ele necessita.

A energia elétrica e o Cinturão Verde

E a questão dos quadros, que já foi mencionada: compete à Assembléia a formação dos quadros de que necessita?

— Formar quadros é competência de todos os



A construção de novas moradias ainda não é suficiente

organismos do país. Na sala de sessões da Assembléia, neste mesmo instante, está sendo dado um curso para aferidores de mercados, fiscais. Estão fazendo o curso para se colocarem à altura do seu trabalho.

Quanto mais quadros, e mais depressa, nós os formarmos, mais rápido poderemos diminuir a cooperação externa, que não deixa de ser uma sangria de divisas.

Quantos cooperantes há atualmente?

— Os dados provisórios fornecidos pela Unta asinalam que já passam de 20 mil, só em Luanda.

O senhor disse que a alimentação não é hoje o maior problema. Como está atualmente a situação do abastecimento de Luanda?

— Isso não é de competência do Comissariado, mas de qualquer forma, é uma preocupação nossa a resolução desse problema. O delegado do Comércio Interno faz parte do Comissariado. Luanda não é auto-suficiente. Essa foi, aliás, a concepção da administração colonial: como Luanda era uma cidade industrial, um centro de serviços e de turismo, nunca houve preocupação em torná-la auto-suficiente em matéria alimentar. A alimentação vinha sempre do sul, do Kuando-Cubango, Huíla, Benguela... Hoje, nós definimos o contrário. Cada província tem de começar a se autoalimentar. E estamos tentando isso a partir da utilização da periferia. Vamos criar um Cinturão Verde, com as obras de irrigação da barragem do Kikuchi.

Isso, em relação à agricultura. E a carne, o frango, o peixe?

— Se conseguirmos uma grande produção agrícola, conseguiremos também fontes de ração para as galinhas. A agricultura é considerada a base da

nossa vida. Já estamos buscando fazer ração a partir desses produtos. Temos fábricas de ração em Luanda, que estão funcionando. O problema é a matéria-prima. Já chegamos a comprar milho do exterior a 11 dólares o quilo.



DORIMPLA

"A terra é para quem a trabalha"

E quem vai cultivar a terra? A população da periferia é suficiente?

— O terreno desse Cinturão Verde é para quem o requer. Aquele que esteja interessado em trabalhar a terra, está autorizado a solicitar terreno. Criou-se, para esse fim, o Centro de Coordenação do Cinturão Verde, que recebe todos os pedidos de entrega dos terrenos. A condição necessária é ter experiência em agricultura. A partir daí, o terreno fica para sempre com o camponês, desde que continue a trabalhar nele. O terreno é do Estado, mas como a terra é para quem a trabalha, o Estado não toca no camponês que a ocupe eficazmente. A não ser que se defina um programa global para uma determinada área, como estamos fazendo com a plantação-piloto de arroz na Funda. O projeto é plantar 2 mil hectares de arroz. Muitos camaradas vão ter que abandonar essas terras, para expandirmos as plantações. Porém, podem escolher outros terrenos, que lhes serão cedidos.

E as casas, serão indenizadas?

— Com toda certeza. Pagaremos imediatamente todas as benfeitorias, como aliás está no regulamento do Cinturão Verde.

E os créditos?

— Esse tipo de apoio já existe. O Banco de Angola criou a carteira de empréstimo ao camponês,

além de termos uma empresa à qual eles recorrem para receber as sementes.

Esse mecanismo evita criar na periferia de Luanda o problema da marginalidade e do desemprego tão conhecido nas cidades da nossa América Latina?

— Nós não temos o problema do desemprego, nem mesmo com o crescimento tão rápido da população de Luanda. Ao contrário, às vezes nos faltam trabalhadores braçais. Luanda tem emprego para todas as pessoas, sobretudo agora com o plano do Cinturão Verde.

E a energia elétrica? Estão conseguindo atender às necessidades dos novos bairros de Luanda?

— Aqui em Luanda não há muito problema. A capacidade instalada de energia elétrica ainda não está totalmente distribuída. Poderíamos abrir muito mais linhas, mas não temos com quê. O problema não está no transporte da energia para Luanda. Está aqui. As nossas fábricas de cabos não estão funcionando por falta da matéria-prima importada. E não se trata só dos bairros novos. Temos muitos cabos velhos, subterrâneos, que necessitariam ser trocados. Neste momento, Angola tem excesso de energia elétrica produzida, mas pelo menos na região próxima de Luanda, não temos como distribuí-la.

Porém, quase todas as pessoas, tanto no setor urbanizado como não urbanizado, já têm energia elétrica.

Quando viemos aqui nos anos anteriores uma das preocupações do MPLA era acabar com o mercado negro de diferentes mercadorias. Como está a situação hoje?

— Ainda temos problemas de desvios. Isso acontece, por exemplo, com os medicamentos. Nossa imprensa tem denunciado os assaltos a nossos depósitos de medicamentos, que são assim desviados para o mercado negro, a *candonga*, como nós chamamos. E o problema se dá também com outras mercadorias.

Até aqui nós não estávamos considerando a possibilidade de que esses assaltos e desvios tivessem uma outra origem senão aqueles hábitos herdados pela população da época do colonialismo, quando a imoralidade campeava. Mas, agora, devemos começar a considerar a possibilidade de se tratar de mais uma forma da sabotagem organizada de que estamos sendo vítimas, com objetivos bem conhecidos.

O objetivo de toda a revolução é mudar o homem. Sente alguma mudança nesse campo?

— Sem dúvida, há mudanças. Porém não é fácil criar o homem novo. Não é fácil mudar a mentalidade das pessoas, e nisso a idade não tem nada a ver. É uma questão de formação. (B. Bissio) •

A corrupção institucionalizada

O grande beneficiário das injeções do FMI não é o povo, mas os cofres pessoais do presidente Mobutu

Kassahun Checole

O Zaire é um caso liquidado. Um dos poucos casos, na economia mundial, em que os programas de estabilização do FMI e o grande influxo de assistência financeira ocidental não conseguiram salvar um cliente deficitário e uma economia dependente.

No entanto, nem o FMI nem as nações capitalistas do Ocidente estão dispostos a abandonar o Zaire. O país deve mais de 6 bilhões de dólares, uma das dívidas externas mais elevadas da África subsaariana. Oficialmente, seus pagamentos do serviço da dívida já apresentam 800 milhões de dólares em atraso. E, ao invés de lhe fechar as portas, o FMI está atualmente negociando com o país um novo empréstimo de 350 milhões de dólares.

O que chama a atenção no caso da dívida total do Zaire e seus permanentes problemas econômicos é que somente uma fração dessa dívida pode ser atribuída a bancos comerciais. Na linguagem do FMI, a "exposição" dos bancos comerciais no Zaire é muito pequena — um pouco menos de 700 milhões de dólares.

Os principais credores do Zaire são governos ocidentais: Bélgica, França e Estados Unidos — além do FMI, naturalmente. Assim, o Zaire é um país privilegiado que, a despeito de sua economia reconhecidamente falida e

do seu governo corrupto, continua a subsistir confortavelmente graças a um grande influxo de fundos externos. O beneficiário dessa generosidade ocidental não é o povo pauperizado do Zaire, e sim o seu presidente, Mobutu Sese Seko, e seus partidários.

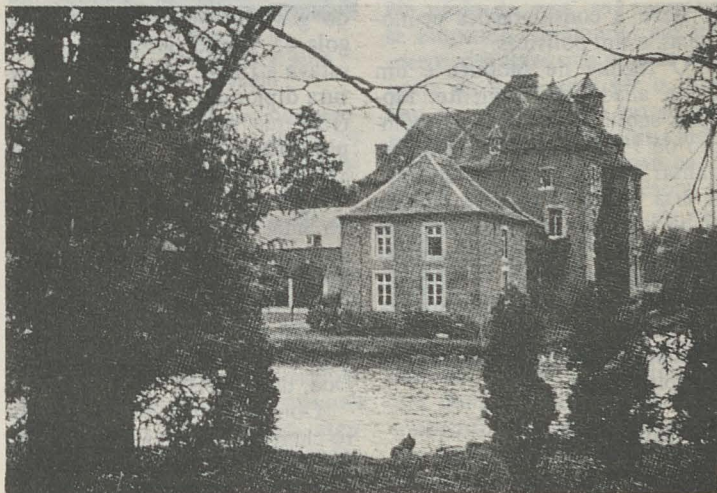
Um tesouro personalizado

Na década de 1970, o FMI enviou vários observadores para examinar e administrar a desequilibrada balança financeira do Zaire. Quase todos esses observadores apressaram-se em deixar

o país, inteiramente frustrados, ao descobrir que o Tesouro Nacional do Zaire era o tesouro pessoal de Mobutu.

Recentemente, o *New York Times* citou as seguintes palavras de uma autoridade do Congresso norte-americano: "A economia do Zaire está em péssimas condições. E o problema básico é a absoluta institucionalização da corrupção. Serviços governamentais para os quais a verba foi dotada no orçamento não estão sendo fornecidos, as estradas não estão sendo conservadas e impera um regime de extorsão nos preços. A situação é péssima".

Não obstante, o governo nor-



Um dos dez palácios que Mobutu e sua família possuem na Europa

terceiro mundo - 69

te-americano é o principal sustentáculo da "corrupção institucionalizada" de Mobutu. O governo de Washington está por trás do generoso programa de "estabilização" do FMI no Zaire. O Fundo Monetário Internacional aprovou empréstimos de 958 milhões de dólares ao Zaire em junho de 1981 e agora está negociando empréstimos adicionais.

Aliado ocidental

Independentemente do fato de o Zaire estar agora sob a tutela do FMI, o país é muito rico. Suas exportações de minérios, extraídos pelas principais transnacionais européias e norte-americanas, constituem considerável fonte de riqueza. O Zaire exporta cobre, cobalto, diamantes, estanho, óleo vegetal e café. Mas o preço desses produtos vem declinando no mercado internacional, e assim a receita de divisas estrangeiras do país tem diminuído.

No ano passado, o Zaire teve crescimento econômico zero, enquanto o déficit em sua conta externa elevava-se a mais de 677 milhões de dólares. Porém, a tolerância dos governos ocidentais que dão apoio ao Zaire — bem como a do FMI, que geralmente reflete a posição dos EUA — não se deve a considerações econômicas, e sim políticas.

O regime de Mobutu é um firme aliado do Ocidente. Mobutu subiu ao poder em novembro de 1965 através de um golpe militar apoiado por Washington. A essa altura os Estados Unidos já haviam deixado sua marca na história do Zaire (antes chamado de Congo Belga), ao se oporem ao primeiro governo nacionalista de Patrice Lumumba, que foi assassinado em decorrência de uma conspiração da CIA.

Abertura com Israel

Desde que subiu ao poder, Mobutu tem seguido lealmente

70 - terceiro mundo



Lumumba (acima), vítima dos EUA que, hoje, apoiam Mobutu (abaixo)



a orientação ocidental na África. Em 1974-76, ele foi importante elemento por trás da tentativa de desestabilização do recém-formado governo progressista de Angola e, no ano passado, Mobutu estava à frente da primeira abertura diplomática em relação a Israel, que está sendo isolado diplomaticamente pelos países africanos desde 1973.

Diz Mobutu que a devolução do Sinai ao Egito pôs fim à razão de ser do rompimento de relações do continente africano com Israel. Seja como for, a iniciativa de Mobutu foi seguida por outro cliente dos EUA, o sr. Samuel K. Doe, da Libéria.

Doe transformou-se no primeiro chefe de Estado africano a visitar Israel. Além disso, Mobutu despachou mais de dois mil soldados do seu exército para apoiar

as forças intervencionistas francesas no Chade.

Mas existe um método na obsessão de Mobutu em relação ao Ocidente, como se pode ver pelo debate acerca de ajuda externa que atualmente se trava no Congresso norte-americano. O Comitê de Relações Exteriores da Assembléia de Deputados tinha decidido eliminar grande parte da assistência militar ao Zaire, dadas a corrupção reinante no país e as graves e evidentes violações dos direitos humanos pelo regime de Mobutu.

Assim, a força de dois mil soldados que Mobutu enviou para intervir no Chade era um meio de maquinar uma transferência de armas, por conta da verba de 25 milhões de dólares que o governo dos Estados Unidos havia prometido como ajuda ao regime de Habré no Chade. O truque era fornecer armas norte-americanas aos soldados do Zaire no Chade, armas essas que eles poderiam depois levar consigo ao retornarem ao país. Essa sub-reptícia transferência de armas para o Zaire, porém, parece ter fracassado devido a novas objeções do Congresso norte-americano.

Em agosto passado, Mobutu fez uma pomposa visita a Washington e conseguiu realizar outra transação sub-reptícia destinada a amenizar a falência econômica do Zaire. O governo Reagan, que em 1981 comprou 78 milhões de dólares em cobalto do Zaire, anunciou a 29 de julho que pretende comprar outras 6,5 milhões de libras de cobalto. Embora o governo norte-americano tenha aberto concorrência internacional, consta que Mobutu recebeu garantias secretas de que a compra será feita no Zaire. Mais uma vez, portanto, os Estados Unidos vêm em socorro do Tesouro mal-administrado, corrupto e personalizado de Mobutu — porém a um preço cada vez mais alto em termos de humilhação para o Zaire e de sofrimento para o seu povo.

no. 61 — dezembro — 1983

Mudar os estilos políticos

O presidente do Partido Janata, Chandra Shekhar, questiona a gestão da primeira-ministra e propõe uma volta à filosofia do "Mahatma"

Adrian Soto

Quando Indira Gandhi retornou à Índia após sua visita à Europa, encontrou um panorama político bastante agitado. O seu próprio retorno teve de ceder lugar nos noticiários àquilo que a imprensa indiana considerou "o mais significativo evento político do ano": a chegada a Nova Déli de Chandra Shekhar, que acabava de completar a sua longa marcha através do país.

Tratava-se de um feito à altura do Mahatma Gandhi. Chandra Shekhar, presidente do Partido Janata, principal partido da oposição, tinha ido até o cabo Comarin, na extremidade sul da Índia, e caminhara a pé mais de 4.000km até Nova Déli. Levou seis meses para completar a grande marcha (ou *padyatra*), durante a qual encontrou milhões de pessoas ao atravessar milhares de vilas. Com isso, granjeou a reputação de ser um político diferente: há quem diga que ele tem algo de santo.

Chandra Shekhar, de 56 anos de idade, surge agora como o mais sério rival político de Indira Gandhi. É tido como o mais provável sucessor da primeira-ministra, caso o Partido do Congresso de Indira perca as próximas eleições, a serem realizadas provavelmente dentro de 16 meses.

O Partido Janata, de Shekhar, derrotou o Partido do Congresso



Chandra Shekhar: o estilo de "mahatma" num sério rival da sra. Gandhi

de Indira em 1977, permanecendo no poder durante apenas 29 meses para ser derrotado novamente pelo Partido do Congresso ao iniciar o seu processo de desintegração interna.

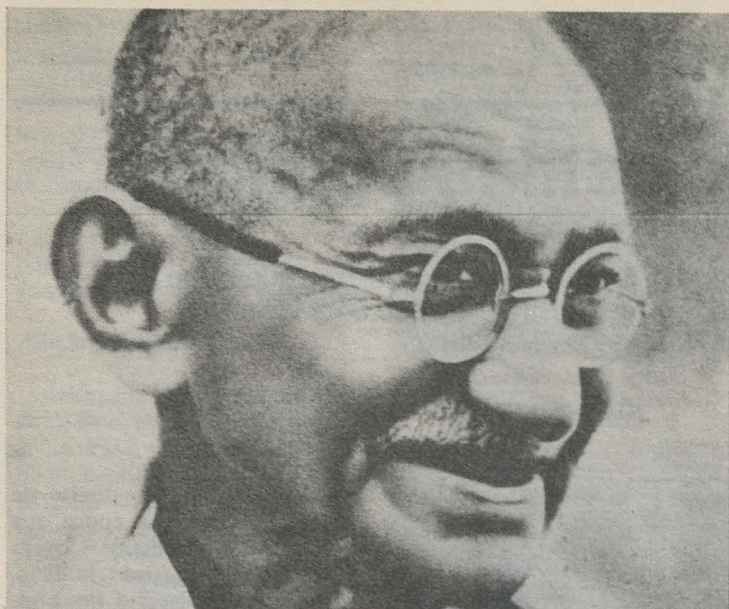
Shekhar é membro do parlamento há 21 anos, e não se cansa de repetir que foram 21 anos inúteis, dada a política elitista de Nova Déli que despreza a realidade das aldeias indianas, nas quais não existem recursos para atender às mais simples necessidades, como a de água potável.

Em fins da década de 1960,

Shekhar era o braço direito de Indira. Foi por essa época que ele recebeu a alcunha de "Jovem Turco" da política indiana. Abandonou o Partido do Congresso em 1973 e, desde 1977, preside o Partido Janata.

Ele confessa que se inspirou no Mahatma Gandhi e em Mao Tsé-tung para realizar sua *padyatra*. Diz ele que sua longa caminhada lhe trouxe duas grandes satisfações: "a de saber que bati à porta de tantas pessoas e entrei em tantas cidades, e a satisfação de ver com meus próprios olhos as condições do interior do país".

Chandra Shekhar mora numa casa modesta do setor sul da Avenida Market, em Nova Déli. No pátio da casa, sua secretária se empenha em atender aos inúmeros visitantes que vêm de toda parte da Índia para ver o líder. Seu escritório é uma ampla sala, na qual, num estilo muito indiano, não existe escrivaninha. O móvel principal é uma cama, no chão, a um dos cantos da sala, onde Shekhar passa os seus momentos de repouso. Há ainda um sofá, uma poltrona e várias almofadas no chão, que servem de assento aos visitantes. A única decoração é uma velha estátua de um deus indiano, dominando o ambiente. Shekhar surge com sua barba grisalha, trajando pijama branco e largo e uma longa túnica branca.



O legado espiritual de Gandhi continua a influenciar a política indiana

Há algumas semanas, o senhor voltou a Nova Délhi depois de uma caminhada de seis meses através da Índia, e disse que tinha sido como descobrir seu país pela primeira vez. Acha que o povo indiano precisa de um novo "Mahatma"?

— Não, não creio que o povo indiano precise de um novo *mahatma*. O que o povo indiano precisa é uma nova abordagem na solução dos seus problemas. Para isso, não há necessidade de um novo *mahatma*, e sim de uma nova política na qual as questões sejam orientadas na direção dos pobres e de seus problemas. Um só *mahatma* não pode resolver os problemas de 700 milhões de pessoas. O povo pode fazê-lo. Mas, para tanto, é preciso que ele tenha consciência disso.

Há muito que se inculca na mente do povo a idéia de que alguns *mahatmas* — um punhado de grandes homens — haveriam de resolver os problemas do país. Com isso, o povo foi levado a esquecer a mensagem que o pró-

prio Mahatma Gandhi transmitiu em sua luta pela independência. Ele jamais disse ao povo que iria resolver seus problemas: pelo contrário, disse que o povo é que teria de resolvê-los.

Uma política elitista

Que erros foram cometidos na política indiana desde o desaparecimento de patriarcas como Gandhi e Nehru?

— Após a independência, procuramos resolver todos os problemas através do aparelho governamental, que se mostrou inadequado. Herdamos esse aparelho do colonialismo britânico. Tratava-se de um sistema concebido para dominar o povo de cima para baixo, para explorar o povo, e não para resolver seus problemas. De modo que, confiando nesse mesmo mecanismo, estávamos preservando uma velha ordem social que é opressora e exploradora do povo. Jamais fizemos algum esforço sério no sentido de mudar a estrutura social, a qual não tinha sido construída em benefício do homem comum. Não foi possível mudá-

la porque persistimos na mesma política elitista que vinha dominando este país há séculos. O que era necessário após a independência era a incorporação das massas à política e à administração do país. O povo permaneceu à margem. Foi esse o erro básico.

O senhor e o seu partido também cometeram o mesmo equívoco de fazer política a partir do velho aparelho, ou isso foi um erro do Partido do Congresso?

— Nós também cometemos o mesmo erro. Durante os 36 anos de nossa independência, a política indiana vem sendo administrada a partir da área metropolitana. As decisões são concentradas em Nova Délhi, e tem sido na capital que procuramos resolver os problemas do povo, cuja grande maioria vive em aldeias distantes. Nenhum projeto adotado para o desenvolvimento do país levou em conta a realidade das pequenas vilas, onde moram 75% do nosso povo.

Nenhuma tecnologia sofisticada e nenhum processo supermoderno de planejamento é essencial antes que mobilizemos a pedra angular deste país, que é a mão-de-obra. Antes disso, nada será possível. E isso não é fácil quando 65% da população continuam analfabetos. Nenhuma mobilização social é possível se o povo não se identificar com aqueles que administram este país. E essa identificação simplesmente não existe na política indiana de hoje.

O senhor veio a perceber toda essa realidade durante sua "padyatra"?

— Não. Mantenho essas idéias há muito tempo. Não é de hoje que participo do Parlamento. Há anos venho me batendo pela idéia de que devemos confiar mais no povo. Devemos estruturar o partido segundo as necessidades das massas.

A partir de tais bases, devemos procurar construir uma

¹ Em sânscrito, significa "iluminado", "santo".

nova sociedade. Não mais para servir a alguns poucos escolhidos. Não precisamos competir, como o fazemos hoje, com as nações mais desenvolvidas do mundo, para mostrar-lhes que aqui também podemos ter os mesmos luxos e extravagâncias. Ao fazer isso, nossos governantes estão ignorando o fato de que milhões, centenas de milhões de indianos, vivem na mais alarmante pobreza.

O objetivo de minha longa caminhada era verificar se o povo estava pronto para aceitar um novo tipo de política, caso esta viesse a ser introduzida. E estou convencido de que o povo está pronto. Chegará a hora em que este povo saberá opinar acerca de seu próprio futuro. O homem comum precisa ser entendido pelos líderes políticos e econômicos.

O rompimento com Indira

No passado, o senhor foi muito ligado à sra. Gandhi. O que houve? Atualmente, o senhor lidera o principal partido de oposição...

— A maioria dos meus princípios são bastante velhos: eu já os mencionava na década de 60, quando o Partido do Congresso era um só. Naquele tempo, eu falava a mesma linguagem política da sra. Gandhi. Em 1971, ela lançou a palavra-de ordem de que o seu partido eliminaria a pobreza. O povo deste país recebeu esse slogan de braços abertos. Na época, o Partido do Congresso obteve uma maioria de dois-terços no parlamento. Logo após as eleições, fui forçado a deixar o Partido do Congresso ao verificar que o governo da sra. Gandhi não estava seriamente procurando cumprir sua promessa. As políticas do governo eram concebidas em favor dos poucos escolhidos, concedendo-lhes luxos e extravagâncias enquanto milhões de pessoas lutavam para satisfazer suas necessidades básicas

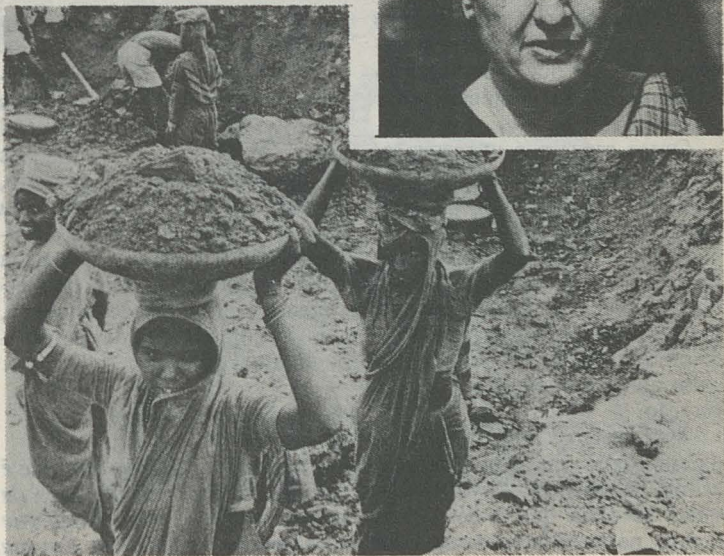
mínimas. Os ricos deste país continuaram a ser tão ricos quanto os mais ricos nos países mais ricos do mundo, ao passo que os pobres eram mais pobres que os mais miseráveis habitantes de países pobres. Foi por isso que percebi que não podia continuar a trabalhar ao lado da sra. Gandhi.

Qual seria sua principal política para a distribuição da riqueza, caso o senhor se tornasse primeiro-ministro após as próximas eleições?

— É muito difícil a gente imaginar a si próprio como primeiro-ministro... Mas posso dizer que, num país onde 40% dos 700 milhões de habitantes vivem num nível inferior ao da pobreza, onde crianças morrem de fome, não há lugar para luxos. Não temos os meios para justificar luxos.

Acha que os pobres deste país podem algum dia levantar-se contra o governo central ou contra as elites econô-

Para o presidente do partido Janata, o combate à pobreza prometido pelo governo de Indira (ao lado) foi um fracasso



micas, exigindo justiça?

— Não posso responder a essa pergunta com um “sim” definitivo. Mas, se você olhar o mapa da Índia, verá que os grupos étnicos do leste e do oeste, e os estados do norte e do sul, estão passando por um período de turbulência. A violência já explodiu em alguns estados como Assam, Punjab e Bengala Ocidental.

Se eu estivesse no lugar da sra. Gandhi, teria dito à nação que todos devemos compreender que somos cidadãos de um país pobre, e que devemos compartilhar da pobreza de nossos concidadãos. Você viu Nova Déli... Nova Déli não é a Índia. Milhões de dólares são gastos para tornar a cidade cada vez mais bonita, enquanto as pessoas passam fome no interior.

Devemos criar uma atmosfera sócio-política na qual todos compartilhem da pobreza. Não



quero dizer com isto que todos devemos viver no mesmo nível econômico. Mas devemos demonstrar ao povo que estamos preocupados com a sua situação. Não somos assim tão privados de recursos, temos nossos recursos. Podemos criar crianças mais saudáveis, e isso é possível se estivermos dispostos a fazê-lo.

Devemos inculcar no país uma nova disciplina. Políticos e homens de negócio devem parar de hospedar-se em hotéis de cinco estrelas. No caso de escassez de alimentos, todos nós devemos jejuar durante dois ou três dias por mês. Todos devemos apertar

divina do *Kharma*. Essa lei estabelece de antemão o destino das pessoas no mundo. Hoje, o povo começa a rejeitar esse tipo de crença e a apontar, cada vez mais, o dedo acusador contra a estrutura social. Sempre que um novo setor da sociedade obtém acesso à educação, surgem tensões sociais. Devemos tentar compreender as aspirações dessas pessoas. Ao invés disso, nosso governo central está lançando mão da coação para silenciá-las. Qualquer sociedade que tentar silenciar movimentos de protesto mediante coação entrará, mais cedo ou mais tarde, em decadên-



Da população indiana, 40% vivem num nível inferior ao da pobreza

os cintos. Se não impusermos uma nova disciplina, como poderemos esperar que a desnutrição deixe de causar cegueira entre nossas crianças?

Outro aspecto é que esta sociedade, queiramos ou não, está mudando. A dinâmica social prossegue, com ou sem o nosso concurso. Hoje, crianças das castas mais humildes frequentam universidades e se apresentam no mercado de trabalho como mão-de-obra altamente qualificada, coisa que era impensável há uma geração.

Essas pessoas vêm de setores da sociedade que foram desprezados há séculos. Setores aos quais se dizia que o seu sofrimento nesta vida se devia à lei

cia. A situação na sociedade indiana é grave. Diria que, de certa forma, sim, o povo está se rebelando. Mas a Índia é um país muito vasto, e o governo central ainda controla os principais meios de informação. O governo, porém, não pode continuar para sempre a tirar proveito dessa situação. Quando uma pessoa como eu vai até o povo para esclarecer o atual estado de coisas, o povo começa a perder confiança no atual governo.

A coação semeia ódios

O princípio da boa vontade é um ingrediente muito antigo da política indiana, mais antigo que a própria independência. Em sua

opinião, a boa vontade já não é mais tendência dominante? A política férrea estaria substituindo a da boa-vontade?

— Muitos problemas são de natureza emocional. E em todo o mundo surgem problemas emocionais, especialmente no seio das minorias. O desafio das comunidades majoritárias é chegar a compreender as minorias. O Mahatma Gandhi dizia que "verdadeira democracia pode ser identificada por sua política em relação às minorias". Os atuais problemas que têm surgido no seio das minorias não estão sendo tratados com simpatia ou compreensão. O resultado é que essas minorias começam a duvidar das declarações do governo, ameaçando levar a coexistência social ao colapso. Foi isso que aconteceu em Assam e está acontecendo no Punjab.

Na verdade, uma nova tendência está passando a dominar o país, tendência essa que não leva em conta a boa vontade. É o poder de coação do Estado que se torna cada vez mais predominante. Mas a história da humanidade mostra que o poder de coação jamais foi capaz de resolver problema algum a longo prazo. Isso se aplica a comunidades, minorias e até mesmo a indivíduos. Qualquer pessoa que tenha suas aspirações deveria ser respeitada pelo Estado. O poder de coação só semeia ódios.

O seu Partido está preparado para recuperar por ocasião das próximas eleições a posição de destaque que tinha há alguns anos?

— Gostaria de poder responder a essa pergunta. Posso dizer apenas que procuramos nos preparar ao máximo. Nosso objetivo é derrotar o partido governante. Não sabemos se poderemos fazê-lo sozinhos; é mais provável que tenhamos de cooperar com outros partidos da oposição para essa finalidade. Mas isso são coisas que só o futuro dirá.

A solidão dos militares

A vitória do candidato opositorista, apesar das duras regras do jogo eleitoral, significa uma derrota para as forças armadas

Agustín Castaño

Os militares turcos, que em 1980 apoderaram-se do controle do poder, tinham tomado todas as providências que souberam imaginar para que as eleições de 6 de novembro consagrassem seu candidato próprio e fossem, portanto, a continuidade linear da ditadura. Deixaram para os cidadãos uma escassa margem eleitoral, mas estes aproveitaram para jogar por terra os planos militares: deram ampla maioria a um dos candidatos da oposição, Turgut Ozal, o segundo lugar ao único partido levemente progressista e relegaram ao último lugar a favorita dos militares, a democracia nacionalista do general reformado Turgut Sunalp.

Os militares liderados pelo presidente, o general golpista Kenan Evren, raciocinam diante desse resultado, humilhante para eles, que o povo turco não compreendeu a lição que lhe quiseram dar e que todas as conquistas nos âmbitos da ordem e da segurança estão agora questionadas. Há outra forma de ler esses resultados: o fato de que só 23% dos votos tenham respaldado o candidato pró-militar, e mais de 75% os opositoristas, indica nitidamente que o povo votou contra a ditadura turca e contra a perpetuação dos mili-

tares no poder.

Para completar, o general Evren cometeu uma enorme gaffe. Às vésperas das eleições, o governo foi informado que as sondagens se mostravam a favor de Ozal, líder do Partido da Mãe Pátria. Evren, então, dirigiu uma mensagem à nação para preveni-la do erro que parecia a ponto de cometer. Ata-

cou Ozal e propôs o voto pelo partido do general Sunalp.

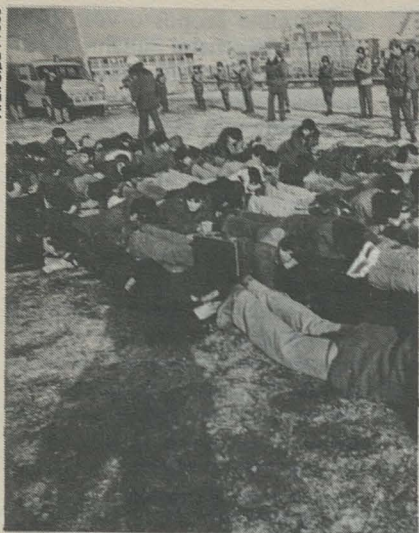
Essa ruptura da neutralidade apenas formal que o regime vinha mantendo até então foi lamentável para quem a formulou, já que deixou a descoberto a falta de influência e de prestígio popular de quem estava, ao que parece, convencido de possuí-los.

É evidente que os generais tinham tomado o poder em circunstâncias excepcionais e claramente favoráveis. Naquele momento, o país se encontrava mergulhado no caos, grupos armados de tendências opostas enfrentavam-se num panorama de terrorismo e de atentados, generalizado em escala nacional. A crise econômica era de extrema gravidade.

Nesse contexto, a implantação da ordem das baionetas foi recebida com alívio por amplas camadas da população que tinham se sentido ameaçadas na sua própria segurança física e temiam que se desencadeasse uma guerra civil. O golpe, portanto, diferentemente do habitual, não



Turgut Ozal, em campanha: a vitória era previsível



Turgut Sunalp, o candidato dos militares, acreditava no seu prestígio junto ao povo, mas este votou contra a ditadura

podia ser qualificado de impopular.

Caso contrário aconteceu com a orientação do governo e seu projeto continuísta. A política econômica do regime, a cargo, numa primeira etapa, do próprio Turgut Ozal, que também tinha sido ministro da Economia do governo direitista anterior, seguiu uma linha conservadora e austera, prejudicial para os setores populares.

Quanto à repressão, foi sumária e severa e castigou tanto os partidos políticos quanto os sindicatos e a imprensa. Na preparação de sua ilusão de perpetuidade no governo, os militares proibiram 12 partidos e condenaram à morte política os seus principais dirigentes, inclusive o ex-primeiro-ministro e líder progressista, Bulent Ecevit.

No ano passado, Evren convocou uma espécie de eleição que forçava sua própria designação para presidente, já que uma votação contrária teria significado a interrupção do processo de um parcial e altamente condicionado retorno à democracia. De fato, o presidente e as forças armadas atribuíram-se amplos poderes que seriam conservados

mesmo depois de realizadas as eleições para designação do Parlamento e do primeiro-ministro.

Os resultados do ano passado, juntamente com a inexistência de canais para que a opinião popular pudesse se expressar, seguramente fizeram com que os militares acreditassem que gozavam de uma popularidade que poderiam transmitir ao seu favorito, o general Sunalp.

Como se viu, esse sentimento não existia entre os turcos. E a equívoca segurança fez o jogo contra. O dispositivo eleitoral tinha sido articulado para reforçar a posição do partido majoritário que supostamente corresponderia aos militares. Graças a isso, com 45% dos votos, o Partido da Mãe Pátria obteve 212 dos 400 assentos parlamentares e portanto poderá governar sem necessitar de acordos com as demais correntes políticas.

O triunfo de Ozal é explicado em parte por sua habilidade e em parte por ser o único candidato conhecido a nível nacional, depois do expurgo político.

As mesmas razões também explicam o fato de que nem todos os votos que iam para a esquerda — e particularmente para o partido de Ecevit — confluíram para o partido populista de

Necdet Calp, muito pouco conhecido. Essa candidatura se caracterizou por uma postulação levemente social-democrata e portanto não podia entusiasmar a esquerda, que a via como o menor dos males, já que as duas opções restantes eram francamente direitistas. No entanto com 30% dos votos e 117 assentos, o partido de centro-esquerda obteve um respaldo consistente e superior àquele que a maioria dos observadores esperava.

Embora, do ponto de vista pessoal, Ozal tenha se distanciado dos militares e apesar de estes terem sido derrotados, não se pode esperar mudanças significativas.

Ozal é um monetarista ortodoxo que seguirá, com variantes, a mesma política econômica que estava sendo aplicada. Também não se prevêem correções na política exterior pró-ocidental levada a cabo pelos generais. Em compensação, pode-se aguardar uma liberalização da vida política turca. Mas na realidade e apesar da derrota eleitoral, Evren e os militares se reservaram poderes e capacidade de intervenção que determinarão um governo compartilhado e, desse ponto de vista, difícil e potencialmente conflituado.

A nova rebelião dos turcos

Ao proclamar unilateralmente uma república no norte da ilha, a minoria turca provoca um agravamento numa crise que já dura 20 anos

Ligia Chaves

Na manhã do dia 15 de novembro, os habitantes turcos da parte norte de Chipre surpreenderam a opinião pública mundial ao decidirem criar na ilha uma república autónoma. Foi o mais recente episódio de uma crise surgida em 1963 quando os gregos e turcos residentes em Chipre entraram em guerra civil. A nova república foi imediatamente reconhecida pelo governo militar de direita na Turquia, em aberto desafio às Nações Unidas, que propõem um acordo negociado para o choque de interesses entre a maioria grega, mais pobre, e a minoria turca, mais rica, em Chipre.

O novo desafio separatista turco foi recebido com veladas simpatias em Washington, que no momento procura enfraquecer o governo socialista grego. Mas a "República do Norte do Chipre" ameaça provocar uma nova crise dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), da qual tanto a Grécia como a Turquia fazem parte. Também circularam informações de que a crise em Chipre tem ligações com o agravamento das tensões no Oriente Médio. O governo de Spyros Kyprianou, é reconhecido mundialmente como o único governo da ilha e sempre teve uma posição de apoio aos países não-alinhados.



Rauf Denktaş: o dirigente turco

O surgimento de um regime separatista dissidente e pró-Estados Unidos visa criar embaraços para a posição internacional do governo cipriota, que tem apoiado a luta do povo palestino e se colocado ao lado do mundo árabe progressista.

Um pouco de história

Independente desde agosto de 1960, Chipre continua a ser vítima da sua política geográfica: a ilha é um "porta-aviões insubmersível" que sofre as intromissões das grandes potências, ansiosas de se servirem dela

como trampolim para as suas aventuras expansionistas ou como zona-tampão para eventuais expansionismos do adversário.

A Conferência Internacional pela Aplicação das Resoluções da ONU sobre Chipre, que se realizou em Lisboa de 21 a 23 de outubro, colocou, uma vez mais, em evidência, a situação que há nove anos se vive naquele Estado, fundador dos Não-Alinhados e membro da ONU, e a necessidade de se pôr um fim ao impasse atual.

Os tratados

Para assegurar a libertação do jugo colonial britânico, Chipre se viu coagida, logo depois da proclamação da república independente, a aceitar, nos chamados "acordos de Zurique", dois tratados lesivos à sua soberania. Um primeiro, denominado Acordo de Garantias, concede à Turquia, Grécia e Reino Unido o direito de agirem conjunta ou unilateralmente para restabelecerem o status-quo definido nos acordos. Outro, denominado Tratado de Aliança, (entre Chipre, a Grécia e a Turquia) confere a essas duas potências o direito de estacionarem contingentes das suas forças armadas em solo cipriota.

A esses tratados acrescenta-se ainda aquele que concedeu à Grã-Bretanha bases militares, numa área total de 253km², sobre os quais Londres se considera com todos os direitos.

Foram precisamente as potências "garantes" da segurança de Chipre que mais contribuíram para levar o país à guerra.

A ocupação militar turca

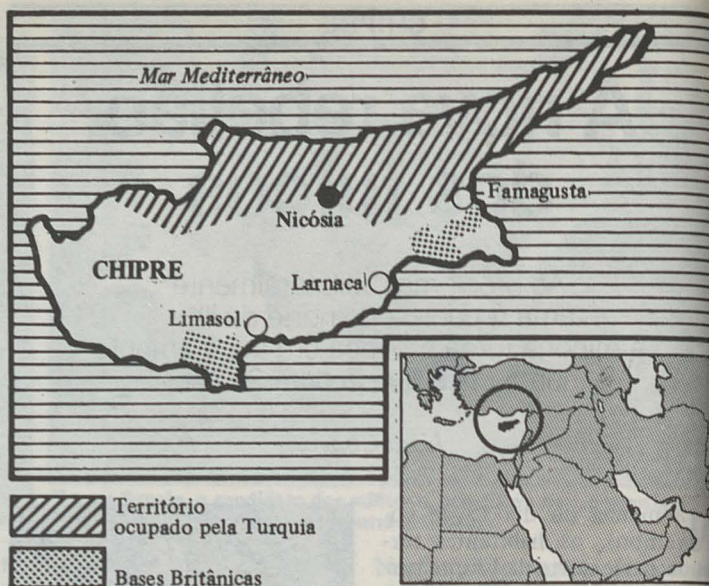
Em julho-agosto de 1974, o plano de partilha entrou em fase de execução, depois de formulado numa reunião da Otan, realizada dois anos antes em Lisboa. Um golpe de estado, teleguiado pelos coronéis de Atenas, e leva-

do a cabo por extremistas cipriotas gregos, foi a primeira fase do plano. Os golpistas, depois de derrubarem o regime do "Pai da Nação", arcebispo Makarios, tentavam proclamar a anexação (*enosis*) de Chipre à Grécia. Estava-se indiscutivelmente face a uma alteração do status-quo estabelecido nos Acordos de Zurique. Foi esse o pretexto para os turcos intervirem sob a alegação de que iam repôr a "ordem constitucional". Só que o golpe dos extremistas gregos falhou, arrasando consigo os próprios coronéis de Atenas. E os turcos, em vez de se retirarem, uma vez que a ilha voltava à normalidade, decidiram reforçar a intervenção e a violenta alteração da ordem constitucional já se mantém há nove anos...

Desde então surgiu na prática uma partilha de fato, não entre a Grécia e a Turquia, mas entre duas zonas do Estado cipriota. No sul, situa-se aquilo que os cipriotas gregos chamam de "áreas libertadas". Sobre essa faixa de território, exerce-se a normalidade do poder cipriota e decorre a vida de um Estado internacionalmente reconhecido como tal. Ao norte, o Estado se encontra sob ocupação militar turca.

A zona constitui 36% do total do território, e em 1974, nela se situavam 70% das atividades produtivas. Demonstrando o seu propósito de formalizar a partilha, os turcos obrigaram as populações cipriotas gregas a deslocarem-se em massa para o sul, criando um "exército" de 200 mil refugiados. Além disso, compeliram os cipriotas turcos, que viviam no sul, a deslocarem-se para o norte, e, com essa medida, criaram mais 50 mil refugiados. As populações de origem grega que ficaram na parte norte (as "zonas encravadas", como dizem os cipriotas) sofrem, nas mãos do ocupante estrangeiro, as mesmas pressões que os palestinos suportam dos sionistas.

Pouco a pouco, a população



O POVO: 650.000 hab. em 1982. O povo cipriota está dividido política, religiosa e culturalmente nas comunidades de origem grega (80% da população) e de origem turca (18%). **Religião:** ortodoxa grega e muçulmana. **Idiomas:** grego e turco (oficiais).

DEMOGRAFIA: 70 hab./km². **População urbana:** 42,2% (1974). **População economicamente ativa:** 274.000 (1981). Desse total 33,7% se dedicam à agricultura. **Crescimento demográfico anual:** 0,5% (1975/81).

ECONOMIA: 3.560 dólares de PNB per capita em 1978. **Moeda:** libra de Chipre; 0,504 por dólar (fev. 1983). **Taxa de inflação:** 5,2% anuais (1970/80). **Índice de preços ao consumidor:** 100 em 1971, 109,4 em 1982. Um operário ganha 60,94 dólares por semana (1978).

Desemprego: 1,8% (1979). **Dívida externa:** 500,6 milhões de dólares (1980). Em 1980 o serviço da dívida consumiu 16,6% das exportações. **FORÇAS ARMADAS:** 10.000 homens da Guarda Nacional Grego-Cipriota em 1982; 5.000 homens da Força de Segurança Turco-Cipriota. **Forças paramilitares:** polícia, 3.000 efetivos. **Gastos militares:** 27,2 milhões de dólares em 1981.

PARTIDOS POLÍTICOS: *Partido Democrático*, fundado pelo arcebispo Makarios e dirigido atualmente pelo presidente Kyprianou, obteve a maioria nas eleições de 1983. *Partido Progressista dos Trabalhadores* (Akel), marxista-leninista, apoiou a candidatura de Kyprianou. *Organização Democrática Unificada*, que lançou a candidatura de Glafcos Clerides, teve algum crescimento nas eleições. Apesar de estar à direita do governo, também se opõe à instalação de bases da Otan. *Partido Socialista* (Edek), teve como candidato seu líder Vassos Lyssarides.

cipriota, que antes convivia espalhada em núcleos abertos por toda a ilha, viu-se isolada uma da outra. As duas comunidades — grega e turca — que há mais de 400 anos viviam lado a lado, tornaram-se agora estranhas uma à outra. Para reforçar ainda mais a "turquização" do norte de Chipre e para alterar a relação demográfica (cerca de 80% de cipriotas de origem grega contra

18% de cipriotas turcos) a potência ocupante instalou 50 mil colonos, provenientes da Turquia, sobretudo da Anatólia, na parte norte da ilha.

Luta pela legalidade

Desde 1974, as instituições públicas e cidadãos cipriotas, associados em comissões diversas, vêm batalhando pela reposição



O presidente Kyprianou (abaixo) aceitou a mediação da ONU. Ao lado, forças de paz das Nações Unidas na ilha



Um Estado federado

Logo que a ocupação pela Turquia se concretizou, a parte cipriota grega iniciou conversações com os seus habitantes de origem turca. Essas negociações se prolongaram durante nove anos e agora chegaram a um impasse total diante da proclamação unilateral de uma república na parte turca de Chipre. Em 1974, o então presidente Makarios deu um passo importante no sentido da solução do problema ao negociar com o diri-

gente turco Rauf Denktash, um acordo de coexistência. Por esse acordo, Chipre assumiria a forma de um Estado federado. Para os cipriotas gregos, essa era uma concessão fundamental, feita na esperança de que o país fosse reunificado. Cinco anos mais tarde, o acordo foi reafirmado pelo mesmo Denktash e pelo sucessor de Makarios, Spiros Kyprianou.

Mas na prática, o estado federado nunca chegou a funcionar, tanto que em agosto de 83, o secretário-geral da ONU Pérez de Cuellar apresentou às duas partes uma proposta para que a federação começasse finalmente a funcionar. Apesar de existirem várias correntes políticas dentro do setor grego, o presidente Kyprianou aceitou a proposta de Pérez de Cuellar. Mas Rauf Denktash se recusou terminantemente a aceitar a mediação da ONU, criando o impasse que acabou servindo de pretexto para os cipriotas turcos proclamarem pela segunda vez a sua independência unilateral. A primeira vez foi em fevereiro de 75, quando eles proclamaram o estado federado turco. Agora, foi a república. ●

da legalidade, pelo regresso dos refugiados aos seus lares, por informações precisas e exatas sobre os "desaparecidos".

Logo em 1974, a ONU pronunciou-se sobre a questão, tendo sido aprovada uma resolução exigindo a retirada das tropas turcas. Daí para cá, as Nações Unidas não têm cessado de se ocupar do problema, mas tudo fica letra morta.

No plano de mobilização da opinião pública mundial, o organismo cipriota mais destacado é o denominado Comitê Coordenador de Partidos e Organizações de Massas de Chipre, no qual se associam partidos políticos, sindicatos, associações de diversas naturezas de Chipre. É esse comitê que tem organizado conferências mundiais, entre elas, a mais recente, realizada em Lisboa. A nível internacional, a solidariedade com o povo cipriota também está institucionalizada, existindo um Comitê Internacional de Solidariedade com Chipre. Existem também comitês específicos cipriotas para tratarem dos problemas dos refugiados e dos desaparecidos.

O CHEQUE ESPECIAL BANESPA FICOU MELHOR AINDA.

O Cheque Especial Banespa sempre teve o prestígio que você exige de um cheque.

A aceitação total.

A facilidade para sacar em qualquer agência. E a confiança de quem emite e de quem recebe.

Mas agora ele mudou.

Ficou melhor ainda, oferecendo mais vantagens para você.

Conheça o novo cheque Especial Banespa em qualquer uma de nossas agências.

Ele está do jeito que você queria.

CHEQUE ESPECIAL BANESPA.



TODOS CONFIAM.

Conheça o Cheque Especial Banespa e sua confiabilidade. Não porque ele é bem conhecido por todos os lugares, mas porque ele é conhecido por quem confia nele. O Cheque Especial Banespa é aceito em todas as agências e em todos os estabelecimentos que aceitam cheques. É a confiança que o Cheque Especial Banespa tem em seus clientes e em quem recebe o cheque. Por isso, como sempre, o Cheque Especial Banespa para receber seus pagamentos. Tudo isso se mantém mais prestigioso e confiável por onde quer que vá.

banespa

banespa

Agora, total apoio à comunidade

O retorno à democracia

Uma trágica herança e muita expectativa popular são os elementos que marcarão os primeiros tempos do novo governo radical

Horacio Verbitsky

Como em 1958, com Arturo Frondizi, e em 1973 com Héctor Cámpora, a Argentina votou agora contra uma ditadura militar, contra sua política econômica antipopular e contra a repressão que a sustentou. E, mais uma vez, conduziu à presidência o candidato que mais claramente se diferenciou do regime militar que (assim como há dez e há 25 anos) convocou eleições de má vontade, não por convicção democrática mas por incapacidade de conservar o poder por mais tempo.

Sem nenhuma dúvida, foram as bases operárias peronistas, seus delegados sindicais, seus militantes revolucionários, as principais vítimas desses quase oito anos de governo de generais, almirantes e brigadeiros. Eles sofreram mais do que ninguém com a destruição de suas fontes de trabalho, com uma drástica redistribuição regressiva das receitas, com o aumento incontornável dos índices de mortalidade, de doenças, de alcoolismo, analfabetismo, desnutrição e delinquência, pagando uma onerosa cota de presos e desaparecidos na sinistra contabilidade da dor e da morte.

Por que, então, o Partido Justicialista (PJ) não foi desta vez a opção obrigatória para canalizar o claro repúdio ao governo das forças armadas, cedendo esse papel e a vitória para a União Cívica Radical (UCR), partido que teve

menos baixas do que funcionários no regime militar?

Vítimas e carrascos

Um homem encurralado grita antes de morrer: "Viva Perón!". Seu executante lhe responde, enquanto aperta o gatilho: "Viva Perón!". Essa cena estarrecidora do filme "Não haverá mais dores nem esquecimento", que estreou durante a campanha eleitoral, lembrou a todo o país que no peronismo as vítimas e os carrascos coexistiram.

É verdade que esses episódios pertencem ao passado, mas foi o

peronismo que escolheu o passado como campo de sua estratégia eleitoral, centrada quase que exclusivamente na lembrança das conquistas sociais da década de 40 e nas figuras magnetizantes de Perón e Evita.

Isso permitiu ao dirigente radicalista, Raúl Alfonsín, perguntar durante o último ato de sua campanha: "O peronismo afirma que Perón vai ganhar as eleições depois de morto, como o Cid Campeador, mas se isso for assim, quem vai governar depois?". Antes de Alfonsín, um dedo anônimo tinha apontado na mesma direção, ao acrescentar "já mor-



Alfonsín (à esquerda) e Luder: os argentinos votaram contra a ditadura militar

reu" numa combativa palavra-de-ordem pintada num muro, que dizia "Perón ou morte".

O futuro de paz oferecido por Alfonsín foi mais atraente que a lembrança de velhas batalhas, ganhas ou perdidas, sugerida pelo peronismo, principalmente para os cinco milhões de jovens menores de 28 anos que votaram pela primeira vez, e para as mulheres.

Os radicalistas se meteram no assunto crucial das divisões internas do peronismo e da falta de liderança que surge delas. O peronismo deu sua ajuda para isso, generosamente, durante suas eleições internas e durante a campanha eleitoral, cenário de lutas intestinas ferozes. O primeiro vice-presidente do peronismo e chefe do seu ramo sindical, Lorenzo Miguel, foi vaiado e apupado durante o primeiro ato de massas da campanha, a ponto de não poder pronunciar o seu discurso, abstendo-se de tentar fazê-lo nos atos posteriores.

O pacto militar-sindical

Esse foi um claro indício de que Alfonsín tinha acertado num ponto nevrálgico ao centrar o seu proselitismo na denúncia de um pacto militar-sindical. Ele disse que o comandante-em-chefe do exército e o chefe da Corporação I com sede em Buenos Aires, respectivamente, generais Cristino Nicolaides e Juan Carlos Trimarco, tinham acertado favorecer o setor sindical de Miguel na reorganização dos sindicatos sob intervenção, em troca da impunidade durante o futuro governo peronista para os militares acusados de toda espécie de delito.

Uma interpretação semelhante do papel da cúpula sindical tinha sido formulada a partir do peronismo revolucionário, 15 anos antes, pelo escritor Rodolfo Walsh, que em 1977 foi sequestrado e assassinado por fuzileiros da Escola de Mecânica da Mari-

nha de Guerra. Numa investigação sobre um tiroteio entre dirigentes da União Operária Metalúrgica e militantes peronistas de base, no qual houve vários mortos, Walsh sustentou a tese de que a burocracia sindical se mantinha em seus cargos porque representava os interesses do regime militar diante dos trabalhadores, e não ao contrário. Seus artigos publicados pelo "Semanário CGT", editado pela facção dissidente dirigida por Raimundo Ongaro, foram desde então um estigma para o comando sindical e uma bandeira de luta para as bases.

O fracasso da guerrilha montonera, cujos quadros foram exterminados pelos militares, e a posterior derrota dos setores reformistas moderados nas eleições internas peronistas — aos quais nem mesmo uma representação minoritária foi concedida — deixaram o comando em mãos de Miguel, que elogiou Mussolini numa reportagem do jornal peronista *La Epoca*, e de pessoas ainda mais à direita, como o candidato a governador de Buenos Aires, Herminio Iglesias e seu principal lugar-tenente, Norberto Imbelloni.

A 28 de outubro, enquanto o peronismo preparava o ato de encerramento de sua campanha, no mesmo palco junto ao Obelisco onde Alfonsín tinha falado no dia anterior, Imbelloni declarou a uma rádio que agradecia a Deus a chuva bendita que tinha mandado para desinfetar o palco. Iglesias não desmentiu sua amizade com o general Fernando Verplaetsen, um dos chefes da repressão ilegal, e pediu conselho para compor seu gabinete ao bispo reacionário Antonio Plaza.

Houve quem interpretasse a vitória radical como uma reedição da velha animosidade entre peronistas e antiperonistas, e do gorilismo tradicional. Sem dúvida, boa parte dos votos por Alfonsín expressa repúdio de classe ao peronismo, mas a vitória

do radicalismo ou sua paridade de forças com o justicialismo nos distritos operários de Buenos Aires e Córdoba, em baluartes clássicos do peronismo no ano industrial, como Avellaneda, Lanús, Quilmes, Lomas de Zamora ou Esteban Echeverría, de onde em 1945 saíram as massas dos "descamisados" que ungiram Perón como seu líder no célebre 17 de outubro, indica que aí as bases peronistas se pronunciaram contra a condução burocrática do movimento, que não expressava nem sua história de luta nem sua vocação popular. Da mesma forma, em quatro províncias onde o peronismo ganhou o governo, Alfonsín obteve maioria dos votos presidenciais, o que implica um repúdio a Luder e Miguel, dirigentes nacionais do Partido Justicialista.

Os radicalistas são os primeiros surpresos por sua penetração nos redutos justicialistas, e é de desejar que não confundam esse autêntico apetite popular de democracia sindical com um mandato para destruir os sindicatos e deixar indefesos os trabalhadores, como tentaram em 1963, mas sim para propiciar neles uma expressão mais livre dos interesses operários. O que não significará, com certeza, a vitória de sindicalistas radicais, que quase não existem, e sim de setores peronistas não-burocráticos e da esquerda marxista.

Um líder civil

O ex-subsecretário de Relações Exteriores de Cámpora, Jorge Vázquez, disse que Alfonsín é o primeiro civil a organizar um movimento popular a partir das bases e levá-lo à vitória, nos últimos 50 anos. O senso de oportunidade caracterizou sua campanha. Alfonsín foi o primeiro a compreender que a queda de Puerto Argentino em mãos britânicas marcava a derrubada da ditadura, e apenas duas semanas depois reuniu uma multidão

num ginásio coberto para exigir o afastamento dos militares e a designação de um governo civil de transição que organizasse a solução eleitoral.

Não conseguiu seu objetivo, mas se adiantou vigorosamente em relação a seus oponentes internos da UCR, o setor "balbinista" (seguidores do velho líder recentemente falecido, Ricardo Balbín) que se opunha ao debate das candidaturas e táticas eleitorais, enquanto Alfonsín se lançava a percorrer todo o país pronunciando discursos simples e diretos nos quais prometeu tudo o que os assistentes desejavam ouvir: paz, democracia, bem-estar, justiça social, desenvolvimento.

Os dois meses de vantagem com que arrancou em sua corrida nas internas se refletiram numa vitória pela surpreendente proporção de 4 a 1, frente a dirigentes sem méritos que repetiam mecanicamente o anacrônico discurso radical.

Imediatamente se lançou à luta pela presidência, com mais de um mês de avanço em relação ao peronismo, cujas eleições internas foram complicadas até o último momento pela incerteza acerca da atitude de Isabelita Perón. A ex-presidente não recebeu nenhum dirigente peronista em Madri, mas se entrevistou com o ex-comandante-em-chefe da marinha e membro da junta militar que a derrubou, almirante Emilio Eduardo Massera.

O almirante e os generais

O almirante acabava de negociar na capital espanhola o apoio de Isabel para seu projeto político, quando um juiz federal ordenou sua prisão por um intrincado caso que envolve o desaparecimento do esposo de sua amante. Massera passou na prisão o resto da campanha eleitoral, que foi pródigo em revelações sobre o aparelho repressivo da ditadura.

A filiação dos generais Adel



Miguel: apupado e vaiado

Vilas e Ramón Juan Alberto Camps ao justicialismo não melhorou as coisas para o seu candidato presidencial, Italo Argentino Luder. Vilas foi o chefe da "Operação Independência", com a qual os militares começaram a guerra interna em Tucumán, em 1975, e Luder, o presidente interino que assinou o decreto ordenando às forças armadas o "aniquilamento" dos guerrilheiros do ERP (Exército Revolucionário do Povo) e dos Montoneros. Camps foi o chefe de polícia da província de Buenos Aires durante 1976 e 1977, acusado pelo famoso jornalista Jacobo Timmerman em seu livro "Prisioneiro sem nome, cela sem número" de ser o chefe de um bando nazista das forças armadas. Os dois generais reivindicam publicamente os métodos do sequestro e assassinato de prisioneiros que outros colegas seus com mais hipocrisia utilizaram mas não reconhecem.

Além disso, Camps é sócio de Felipe Romeo, um ex-colaborador de López Rega e ex-diretor da revista da ultradireita peronista *El Caudillo*, que foi porta-voz da Tríplice A (AAA — Aliança Anti-Comunista Argentina) através de cujas páginas propunha que o bairro judeu de Buenos Aires fosse arrasado, como solução

para os problemas argentinos.

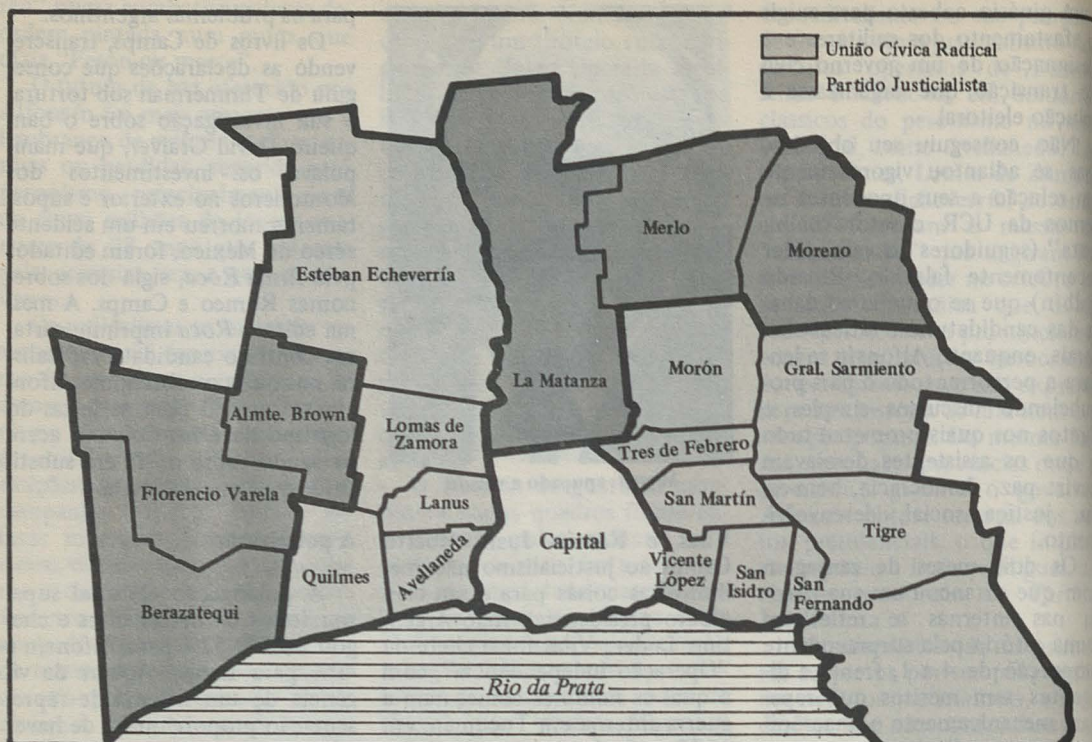
Os livros de Camps, transcrevendo as declarações que conseguiu de Timmerman sob tortura, e sua investigação sobre o banqueiro David Graiver, que manipulava os investimentos dos Montoneros no exterior e supostamente morreu em um acidente aéreo no México, foram editados pela firma *Roca*, sigla dos sobrenomes Romeo e Camps. A mesma editora *Roca* imprimiu cartazes contra o candidato radicalista, nos quais o sobrenome Alfonsín era escrito com as letras do logotipo da *Coca-Cola* e o acento agudo sobre o "i" era substituído pela estrela de Davi.

A polarização

A polarização eleitoral superou todos os precedentes e chegou a 92%: 52% para Alfonsín e 40% para Luder. Apesar da vigência de um sistema de representação proporcional e de haver 12 partidos nacionais que apresentaram candidatos à presidência, o eleitorado preferiu criar um sistema bipartidarista.

Radicais e peronistas apagaram do mapa eleitoral o restante das forças políticas, com mínimas exceções: o Partido Intransigente de Oscar Alende, cujas propostas nacionalistas e antiimperialistas atraíram apenas 2,4% do eleitorado e o Movimento de Integração e Desenvolvimento, do ex-presidente Arturo Frondizi e do ideólogo Rogelio Frigerio, que conseguiu 1,2% de apoio à sua plataforma de expansão das forças produtivas por meio de investimentos estrangeiros e reconstrução da relação com o campo capitalista liderado pelos Estados Unidos.

Em três províncias de fronteira, foram os partidos provinciais de tipo populista-conservador que conseguiram o governo. Os radicais impuseram-se nas províncias de maior desenvolvimento e de grandes concentrações urbanas. O peronismo venceu em

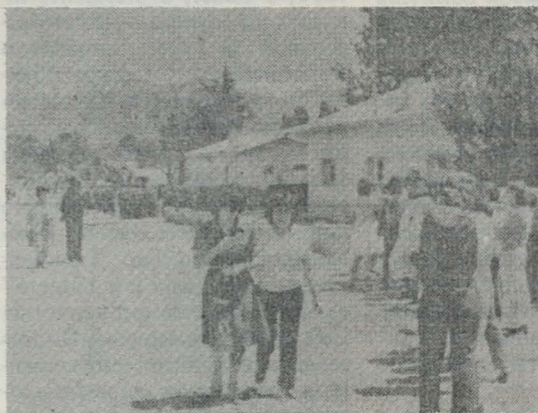


compensação nas províncias pobres do interior, nas áreas rurais e de menor densidade populacional. Essa pauta sociológica contradiz a história do peronismo e aponta para o risco que ele corre em se tornar um partido conservador tradicional, bem diferente de suas origens, quando foi a expressão das classes sociais e das atitudes políticas mais progressistas e dinâmicas.

Na capital federal, só foram eleitos quatro deputados à margem da polarização: dois direitistas da União de Centro Democrático, do ex-ministro liberal Alvaro Alsogaray, um do Partido Intransigente e o líder do Humanismo e Libertação democrata-cristão, Augusto Conte. Pai de um sequestrado e militante das organizações de direitos humanos, Conte baseou sua campanha exclusivamente nesse assunto, prometendo investigar e castigar os culpados, no que coincide com o Partido Intransigente.

Um caso especial são as es-

84 - terceiro mundo



Os radicais venceram nos bastiões tradicionais do peronismo: regiões mais desenvolvidas e grandes cidades

querdas. O Partido Comunista, que em 1946 se alinhou com radicais e conservadores na União Democrática que se opôs ao coronel Juan D. Perón e à irrupção das massas operárias na cena política, agora apoiou o peronismo burocrático no seu declínio. Os Montoneros, que em 1974, quando Perón morreu, decretaram que o peronismo estava esgotado e criaram seu próprio Movimento Montoneros, tam-

bém apoiaram a candidatura de Luder.

Uns e outros tentaram assim saldar seus respectivos erros históricos, que os primeiros pagaram com a inimizade da classe operária à qual pretendiam representar, e os segundos com o isolamento do movimento popular que favoreceu seu extermínio pelos militares, ordenado por Luder.

Agora, na derrota, procurarão

no. 61 - dezembro - 1983



A vitória dos radicais foi a derrota da burocracia sindical e da falta de liderança peronistas

capitalizar sua solidariedade na arregimentação ou na organização das bases peronistas. Os comunistas também sofreram uma rebelião de seus militantes, muitos dos quais não cumpriram com a ordem de votar em Luder e preferiram Alfonsín.

E agora?

A vitória de Alfonsín, simpático à social-democracia europeia, pode ser considerada como um passo à frente em relação à ditadura militar que se acaba. Desta vez ninguém grita como em 1973, "*Se van, se van/y nunca volverán*", porque existe uma consciência dos graves problemas de improvável solução que assomam num futuro imediato. Entre eles, o salário real na metade do seu nível histórico, a dívida externa de 45 bilhões de dólares, a inflação de 500% ao ano e as investigações pendentes sobre os 7 mil a 30 mil desaparecidos, aparecem como os mais inquietantes.

Na última vez que governou, há duas décadas, o radicalismo apostou nas boas chuvas e nas grandes colheitas. O programa com que volta hoje inclui como

novidade uma longa lista de sedutoras promessas de suprimir a fome, melhorar a educação e a saúde e dar moradia a todos, mas essa louvável sensibilidade social não poderá se tornar realidade apenas confiando nas exportações agropecuárias. Alfonsín promete paz, mas as reivindicações legítimas acumuladas de todos os setores, se não forem — pelo menos parcialmente — satisfeitas dentro de um processo de crescimento, podem criar o caos na sociedade.

Um processo militar que desindustrializou o país, que reduziu em 30% o proletariado e que semeou a morte como ferramenta e ideologia, não era a base propícia para uma saída mais progressista. O voto popular castigou dirigentes que não interpretaram os interesses de suas bases operárias, que atemorizaram seus simpatizantes das classes médias com o avanço da burocracia sindical sobre o aparelho político, e que não geraram uma liderança atraente que fizesse esquecer a ausência de Perón. A figura cinzenta de Luder, que em 1945 foi candidato a deputado pelo radicalismo e depois diretor de instituições penais,

isto é, administrador de todas as prisões do país, e que em plena campanha reiterou que não vacilaria em encomendar novamente aos militares tarefas de polícia interna diante de um eventual renascimento guerrilheiro, simboliza tanto quanto Lorenzo Miguel ou Herminio Iglesias, o esvaziamento do peronismo de seus conteúdos populares.

A luta interna entre as direitas e as esquerdas peronistas prosseguirá agora com novas características. Tanto os verticalistas de Isabelita como os ativistas do Intransigência e Mobilização, disputarão com os centristas de Robledo ou Cafiero, um maior espaço na futura condução de um peronismo, cuja única figura sindical ileso 24 horas depois do naufrágio, era o líder da CGT, Saúl Ubaldini.

Bem diferente do que aconteceu na década de 70, essas pugnas acontecerão longe do aparelho do Estado, a quem dificilmente contagiarão com a crise de sua decomposição.

A Argentina tem pela frente um futuro muito difícil e de expectativas mínimas, mas, pela primeira vez em uma década, tem um futuro. ●

A SIP boicota a Alasei

A maior organização de donos
de jornais privados do continente tenta
impedir o funcionamento
de uma agência independente



Raramente uma iniciativa contou com um apoio pluralista tão amplo, quanto a recém-criada Agência Latino-Americana de Serviços Especiais de Informação (Alasei). Mas a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) não só condenou o surgimento da nova organização, como tornou claro que vai colocar obstáculos ao seu desenvolvimento. A Alasei é um projeto de integração informativa apoiado por 12 países latino-americanos, pelo Sela (Sistema Econômico Latino-Americano) e pela Unesco. A Alasei foi inaugurada no dia 10 de outubro, no México, onde ficará a sua sede central.

A agência foi criada para preencher um vácuo objetivo na circulação das informações no continente. Sua função é complementar e não substitutiva em relação aos instrumentos e veículos atualmente existentes no meio jornalístico latino-americano. O vácuo deriva da incapacidade da imprensa privada em gerar serviços jornalísticos nos campos da política, economia e sociedade, fora dos que são atualmente oferecidos. A imensa maioria dos meios de comunicação de massas da região pertence a interesses privados e se orienta por critérios comerciais. Esses critérios subestimam o material informativo que tem uma função educativa, sem interesse comercial.

Ao mesmo tempo existem muitos governos e instituições que acham necessário estimular a produção e circulação de material informativo de caráter mais regional, especialmente os ligados à integração latino-americana. Essa preocupação faz parte também da busca de um consenso sobre a necessidade e legitimidade de políticas destinadas a assegurar a presença de temas de maior valor sócio-cultural. Esse princípio está na base dos esforços em favor da implantação de uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii).

Os meios privados de imprensa e os governos capitalistas alegam que se o Estado passar a ter um papel nos meios de comunicação, estes poderão funcionar como instrumentos de propaganda oficial.

É evidente que num regime autoritário, o governo pode usar a imprensa para sua glorificação e para o ocultamento de atividades ou opiniões incômodas. Mas isso — sem penetrar mais profundamente num problema tão complexo —, não diminui o fato de que o desenvolvimento e a integração da América Latina, como parte do Terceiro Mundo, devem ser acompanhados por um processo informativo adequado, o que não é feito pelos meios informativos privados.

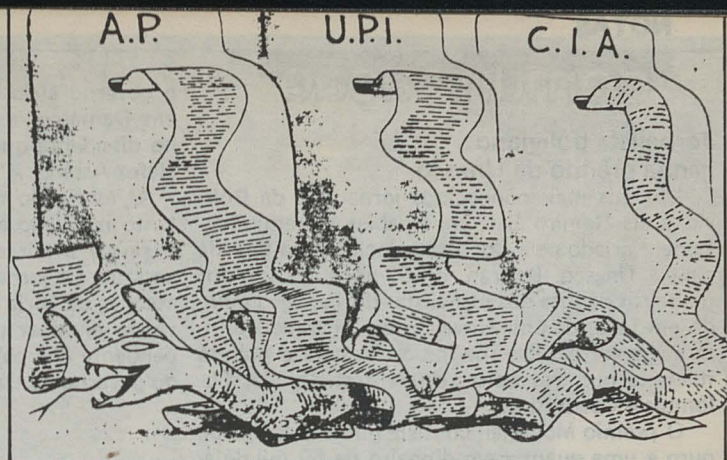
A Alasei levou em conta os diferentes tipos de questionamento possíveis na realidade política do continente, e resolveu optar por um processo de produção e promoção de serviços especiais de interesse regional dentro de uma estrutura ampla de pluralismo. Para atender a esse objetivo, seu conselho diretor deverá ser formado por representantes de governos e de entidades privadas. Entre esses últimos, estarão delegados de organizações jornalísticas, das associações de técnicos em comunicação social, da SIP e da AIR (Associação Interamericana de Radiodifusão).

A SIP reúne os proprietários de 1.500 jornais do continente americano, e a AIR congrega os donos de emissoras de rádio e TV da América Latina e Estados Unidos. As duas organizações sempre foram contrárias a qualquer iniciativa que não fosse controlada por seus próprios integrantes. A Alasei, por sua vez, propôs que a SIP e a AIR tenham os mesmos direitos de voto e voto que a Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (Alaic) e a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap). No começo de no-

vembro, no México, um delegado da SIP anunciou que a entidade recusou definitivamente o convite para integrar o conselho da Alasei, atitude que foi adotada logo depois também pela AIR. Segundo a SIP, a Alasei configura um "instrumento potencial de propaganda para os governos ligados à organização".

Problemas de mercado

No plano prático, devem ser tomadas decisões e atitudes das duas poderosas organizações, no sentido de impedir que seus associados comprem ou divulguem os serviços da Alasei, configurando uma importante obstrução para o desenvolvimento da agência. O campo da imprensa progressista ou simplesmente aberta aos temas apresentados pela Alasei é bastante reduzido, tornando muito difícil que ela venha a ter acesso aos grandes veículos de informação no conti-



nente.

Germán Carnero, gerente geral da Alasei, admitiu que a oposição da SIP criará problemas de mercado e que a agência deverá enfrentar "grupos que defendem privilégios egoístas". Manifestou também a sua estranheza pelo fato dos membros da SIP questionarem os financiamentos dados por governos à agência, salientando que os recursos oficiais

formam apenas 33% do total do orçamento da Alasei. "Quase todos os sócios da SIP — afirmou Carnero — compram os serviços de agências transnacionais que por sua vez recebem financiamentos dos respectivos governos de origem. Se a SIP tem medo de influências estatais, o que ela deve fazer é sentar-se no Conselho Diretor, e apresentar as suas preocupações".

ASSINE CRÍTICA da Informação

Você gosta de cinema, tv, rádio, jornais e revistas? Ou você está insatisfeito com o que estes meios têm apresentado ao público? De uma forma ou de outra, é necessário conhecê-los melhor. Por dentro.

Como funcionam. Qual a lógica que está por trás de seu conteúdo. Uma das maneiras de obter este entendimento é ler Crítica da Informação.

Nome:
Endereço:
CEP.: Cidade: Estado:
Data: .../.../...
Assinatura:

CFA — Costa Filho Editores
Associados
R. Morgado Mateus, 579
04015 — São Paulo — SP
Fones: 549-5106/66-9384/
67-0098

Estou enviando cheque nominal para Costa Filho Associados no valor de Cr\$ 3.600,00 para receber seis edições de Crítica da Informação a partir do nº

comunicação

Jornalista boliviano ganha prêmio da Unesco

Um dos mais conhecidos jornalistas da Bolívia, Luis Ramiro Beltrán, recebeu o prêmio McLuhan, criado pela Comissão Nacional do Canadá para a Unesco. Beltrán, de 53 anos, foi um dos pioneiros da luta dos jornalistas do Terceiro Mundo em favor de uma Nova Ordem Informativa Internacional (Noii) e sua indicação para o prêmio foi feita por três países diferentes: Bolívia, Colômbia e Costa Rica.

O prêmio McLuhan consiste numa medalha de ouro e uma quantia em dinheiro de 50 mil dólares. A indicação do vencedor foi feita por uma comissão de cinco jurados, todos eles membros de Comissões Nacionais da Unesco, em países do Terceiro Mundo. Beltrán recebeu o prêmio no dia 7 de dezembro, na sede da Unesco em Paris.

Luis Ramiro Beltrán é um especialista em comunicação entre comunidades rurais, além de ter um profundo conhecimento no campo da planificação das políticas de comunicação social. Ele foi um dos principais assessores da Comissão McBride, criada pela Unesco para estudar o desequilíbrio no fluxo de informações no mundo atual. O diretor-geral da Unesco, Amadou Mahtar M' Bow disse que o prêmio reconhece "os esforços feitos pelos intelectuais e jornalistas latino-americanos que há um quarto de século começaram a luta por uma ordem informativa mais justa".

A mãe de Beltrán também foi jornalista e foi ela quem fundou em 1921, a primeira revista feminina da Bolívia. Ao lembrar a sua luta pela Noii, o primeiro jornalista a receber o prêmio McLuhan disse que "em 1970, quando surgiu a questão da mudança do sistema desigual de informação no mundo capitalista, ninguém no Terceiro Mundo podia prever que este problema acabaria criando uma polêmica mundial tão ampla, apesar do boicote ostensivo de todos os países ricos".

A Síria destrói escritórios da Wafa

A artilharia da Síria destruiu no dia 7 de novembro passado, a última central de operações da agência palestina Wafa, que ainda operava no Líbano. O prédio onde funcionava também o jornal da Organização de Libertação da Palestina (OLP), foi inteiramente destruído, durante o bombardeio ao campo de refugiados de Baddawi, na cidade de Trípoli. A Wafa e a OLP também denunciaram que no mesmo dia 7 de novembro,

o governo sírio invadiu os escritórios da agência em Damasco, e a entregou a um grupo palestino dissidente que apóia as posições do presidente Hafez Assad.

O escritório central da Wafa continua no entanto instalado em Chipre, depois que a OLP foi obrigada a sair de Beirute em setembro do ano passado. Os jornalistas da agência denunciaram os ataques da Síria contra a OLP como uma tentativa de eliminar uma "organização política independente dos palestinos, e colocá-los sob a tutela do governo de Damasco".

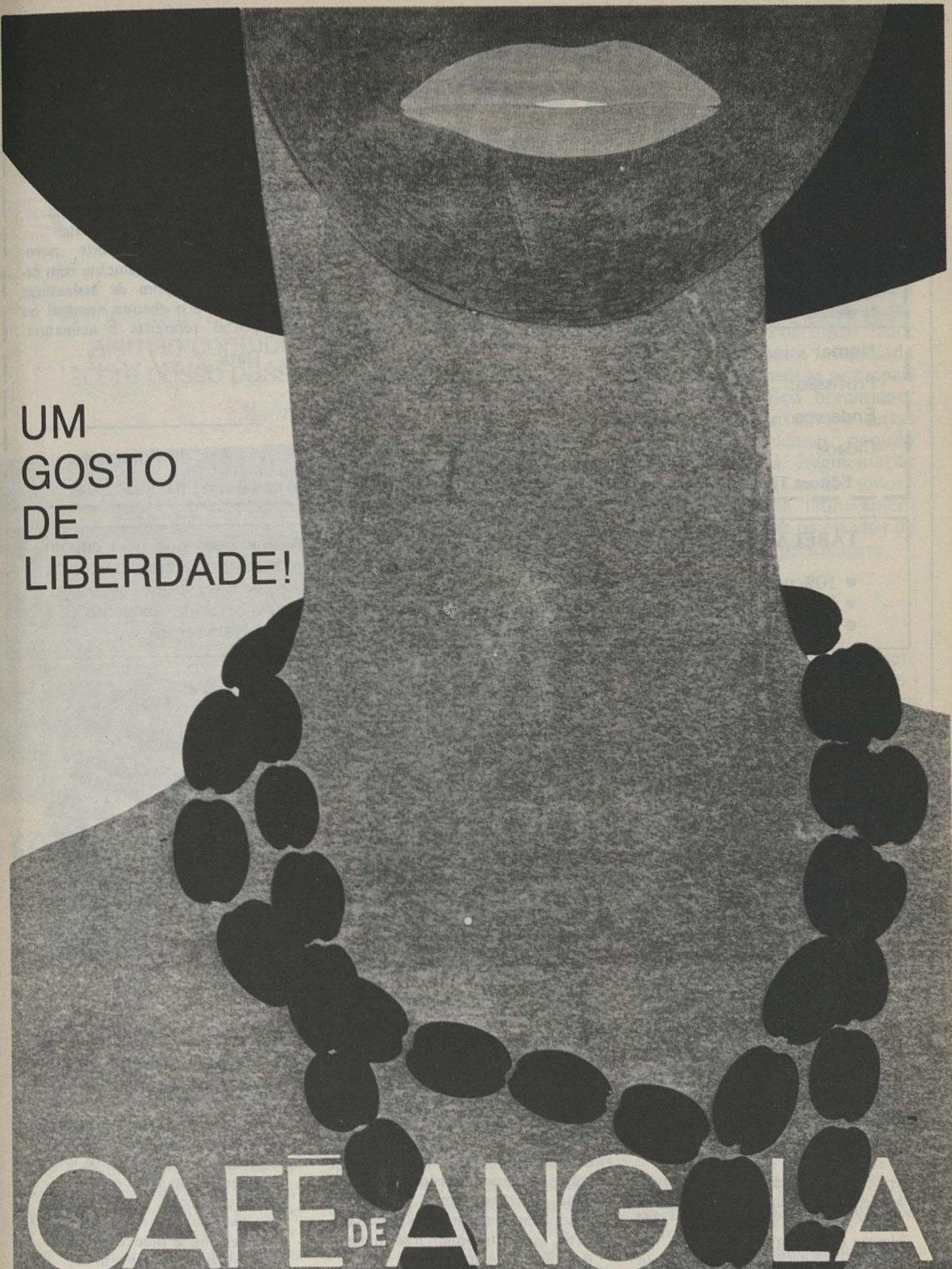
Novas fontes de comunicação

Ariel Dorfman, *The Empire's Old Clothes: What the Lone Ranger, Babar and Other Innocent Heroes Do to Our Minds* (Pantheon Books, 1983)

Esta coleção de ensaios trata do aspecto político-cultural dos *mass media*. Dorfman inicia com uma análise da personagem infantil Babar, o Elefante, como um protótipo do ingênuo e eufemístico ideal do imperialismo na Europa dos anos 30. O capítulo sobre o Cavaleiro Solitário (Lone Ranger) explora o aspecto de preservação e direitos naturais de propriedade, introduzindo um ensaio particularmente interessante sobre os heróis na cultura popular. Dorfman aborda o infantilismo vulgar do mundo de Walt Disney, associando-o à sua parenta adulta o "Reader's Digest". Um capítulo final ilustra a manipulação anti-socialista da literatura infantil no Chile de Allende. Dos exemplos específicos, o autor extrai conclusões mais amplas, em ensaios bastante intrigantes.

Ana Maria Ezcurra e Cayetano De Lella, *La UPI en Puebla: Manipulación Ideológica de la III Conferencia General del Episcopado Latinoamericano* (Celadec, 1980).

Ezcurra e De Lella apresentam uma análise de 470 mensagens da UPI realizadas durante o período de um mês em 1979, coincidindo com a visita do papa João Paulo 2º ao México e a Conferência de Bispos. Os autores examinam o impacto ideológico da UPI, particularmente na imprensa latino-americana. A UPI possui uma enorme influência transnacional, sendo que dois mil dos seus 6.500 assinantes são publicações estrangeiras, dentre as quais muitas latino-americanas. (Um estudo a respeito atribui 39% de todas as notas internacionais na América Latina à UPI e 21% à AP). A discussão que os autores levantam a respeito da "guerra da ideologia" referindo-se à controvérsia em torno da teologia da libertação é matéria de destaque, especialmente tendo em vista a recente visita do papa à Nicarágua.

A stylized, high-contrast black and white graphic. It depicts the lower half of a person's face and their neck. The face is a dark, solid shape with a single, light-colored, slightly parted mouth. The neck is a vertical, textured grey shape. Around the neck is a necklace made of dark, oval-shaped coffee beans. The background is a light, textured grey.

UM
GOSTO
DE
LIBERDADE!

CAFÉ DE ANGOLA

av. 4 de fevereiro No. 107 Luanda •

Tel. 73671 2/3 CP. 342
Teleg. "IN CAFE" LUANDA

estante do terceiro mundo

O reembolso

que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 61, válida exclusivamente, para pedidos no período de circulação da mesma.

Código

Quantidade

● Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: ☐ não-assinante
☐ já assinante
☐ assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data:/...../.....

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.

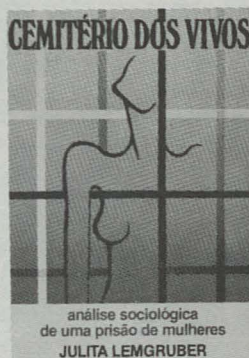


TEORIAS DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

de Theotonio dos Santos

O autor procura compreender e criticar a herança teórica construída sobre o capitalismo contemporâneo. Theotonio coloca com síntese e clareza desde a questão da acumulação do capital até o estado atual da discussão sobre o capitalismo de hoje.

E-22 Cr\$ 2.200,00



CEMITÉRIO DOS VIVOS

de Julita Lemgruber

Mais do que um estudo sociológico, esse trabalho sobre o presídio feminino (no caso, o Instituto Penal Talavera Bruce) leva o leitor a uma profunda reflexão a respeito dos mecanismos do cárcere que atuam sobre os corpos aprisionados. A pena, o castigo, tem desdobramentos mais extensos e sutis, que extrapolam a sentença do tribunal. A questão fundamental é: para quem (ou para quê) serve a penitenciária?

E-23 Cr\$ 2.300,00



TABU DA MORTE

de José Carlos Rodrigues

Uma pesquisa antropológica que não se resume a esse aspecto, nem se pretende acadêmica. O autor, numa linguagem clara e fluente, traça um ensaio vivo sobre um tema que se transformou através da História. Um texto que resgata o prazer de ler, a partir de uma perspectiva do saber como produção social.

Um livro fundamental para todos aqueles que se preocupam em mergulhar na morte sem os pré-conceitos do mundo contemporâneo.

E-24 Cr\$ 3.900,00

Humboldt e Bolívar

O teatro a serviço da causa popular

A montagem dessa peça de um autor alemão contribui para a reflexão sobre nosso passado e nosso futuro

Maluza Stein



O grupo "El Galpón"

“Humboldt e Bolívar”, a peça teatral montada no México pelo grupo de teatro uruguaio *El Galpón*, se passa em princípios do século passado mas é uma peça contemporânea.

Claus Hammel, o autor, afirma que “essa peça trata, pela primeira vez na literatura, dos encontros de Humboldt e Bolívar em Paris e nas encostas do Vesúvio, onde ambos – segundo fontes não confirmadas – se viram pela última vez em 1805”.

Bolívar, educado por Andrés Bello e Simón Rodríguez no espírito de Rousseau, jovem de temperamento ardente, aparece na peça como a imagem dos jovens que hoje em dia também buscam um sentido para a sua

vida. “Nessa busca, Humboldt auxilia-o de forma contraditória: um erudito sagaz e um humanista, não um homem de ação, nem um revolucionário”, acrescenta Hammel.

Trata-se de uma obra contemporânea, já que, pela problemática que apresenta, analisa alguns dos problemas que o nosso continente ainda vive. O texto do dramaturgo alemão, que foi levado à cena pela primeira vez na República Federal da Alemanha em 1978, encontrou no grupo *El Galpón* um excelente veículo para a sua versão latino-americana, tal como desejava Hammel.

Só um grupo, cuja concepção e prática do teatro passam por uma linha de profunda raiz po-

pular e de compromisso com a realidade atual, podia colocar no palco, de forma criativa e sem desfigurar, uma peça que reúne os elementos mais importantes da cultura alemã e européia. Por um lado, o diretor Rubén Yañez escureceu o lado mais europeu da peça (o que punha maior acento nas relações harmoniosas entre as duas personagens, coincidentes em termos de sua concepção da história) e enfatizou as contradições entre suas posições políticas. Por outro lado, manteve com muita integridade e beleza os elementos principais do quadro teórico brechtiano,¹ traços do romantismo e certas influências de Buchner² naquilo que se refere à fragmentação da peça, introduzindo sonoridades tipicamente latino-americanas para refletir os estados de espírito das duas personagens.

Um trabalho cultural comprometido

Com um pouco mais de sete anos de exílio no México, a experiência desse grupo uruguaio significa toda uma lição sobre a riqueza que um trabalho político-cultural comprometido com as lutas dos povos pode alcançar.

Com seus 34 anos de existência, *El Galpón* (um grupo independente, inserido nas melhores tradições do teatro uruguaio, cuja primeira expressão foi o *Teatro del Pueblo* criado em 1937) compreendeu que a questão central em qualquer trabalho cultural alternativo tem que ser questionar e quebrar as estruturas não apenas materiais como também simbólicas das classes dominantes. No caso específico da linguagem teatral, deve-se dar a ela uma dimensão comunitária

¹ Método de Bertolt Brecht, dramaturgo alemão, que postula o “distanciamento crítico” do fenômeno teatral.

² Dramaturgo alemão da primeira metade do século 20.

para que sirva de ajuda à luta política do pólo dominado da sociedade.

Quebrar as estruturas materiais significava buscar a independência, em primeiro lugar do Estado, bem como dos empresários privados. "O único caminho possível para se conseguir esse objetivo — assinala Washington Castillo, um dos integrantes do grupo — consistia em apelar para a colaboração popular direta, não apenas em termos estritamente financeiros como também em termos de força de trabalho". Com o mesmo espírito, fundamentou-se a necessidade de uma concepção coletiva do trabalho; assim, os atores também são pedreiros, pintores etc.

"Tivemos que começar quase de zero em todos os aspectos, mas a idéia era muito clara", diz Castillo. "Não existe teatro se não houver homens capazes de integrar ao seu desenvolvimento artístico a capacidade física e organizativa para construir a infraestrutura dessa atividade; não

existe teatro se não houver gente capaz de dar a uma instituição uma autoridade artística e social que a faça digna de ser apoiada".

O "rebatismo" cultural

"Assumir o exílio de uma forma não individual mas sim como instrumento da luta do povo uruguaio implicou — diz o diretor Rubén Yañez — um elemento luminoso nas duras experiências iniciais do desterro. Impediu que caíssemos no estrelismo fácil ou na melancolia e autocontemplação dos sucessos passados".

No México, os atores tiveram que se profissionalizar e ampliaram ainda mais seus critérios de política cultural. Incorporaram influências como os temas de criação coletiva, por exemplo, e técnicas usadas por grupos como *La Candelaria* (Colômbia) e *El Escambray* (Cuba), com os quais tiveram várias reuniões de trabalho e discussão de suas respectivas experiências.

Nesse "rebatismo" cultural,

como diz Yañez, no entanto, não se teve que modificar muito o critério de seleção dos materiais artísticos, já que *El Galpón* nunca foi sectário nem quanto aos temas escolhidos nem em relação à linguagem teatral propriamente dita para encená-los. O critério sempre foi o de fazer um teatro de qualidade artística e principalmente um teatro popular: levar ao povo as melhores criações da humanidade que podem ou não servir, de forma imediata, às lutas especificamente atuais.

Trata-se, definitivamente, de contribuir, por meio do teatro, para a criação de uma resposta que revele as brechas e desmascare as contradições de um sistema social injusto e explorador.

"Humboldt e Bolívar" inscreve-se nesse quadro, assim como as demais 26 peças já encenadas por *El Galpón* no exílio e os 182 espetáculos montados em 54 cidades da América Latina e Europa, também nesses 7 anos de desterro.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo ☐ vale postal ☐ cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura ☐ trimestral ☐ semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Peça de Benedetti vai às telas

Um preso político uruguaio e o seu torturador são os dois protagonistas de um filme baseado numa peça de teatro do escritor uruguaio Mario Benedetti. A película foi dirigida pelo mexicano Juan García e teve como atores os membros do grupo uruguaio *El Galpón*, que vivem exilados no México.

Os atores Humboldt Riveiro e Rubén Yañez interpretam o preso e o oficial do exército, que tiveram uma infância semelhante, mas acabaram em campos opostos na idade adulta. A ação se passa quase que integralmente dentro de um quarto fechado em Montevidéu. O título do filme será "Pedro e o Capitão", o mesmo da peça escrita por Mario Benedetti em 78 e encenada no palco, em 1979. A película já tem distribuidores na França, Alemanha Ocidental, países nórdicos da Europa, Argentina e Brasil.

O novo cinema nicaraguense

Em homenagem ao 50º aniversário da epopéia do "General de Homens Livres", Augusto César Sandino, no mês de fevereiro do próximo ano, o Instituto Nicaraguense de Cinema (Incine) iniciará a filmagem da película "Viva Sandino", com a participação da Sociedade Francesa de Produção (SEP) e do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica (Icaic).

Para Ramiro Lacayo, diretor do Incine, o projeto representa um salto de qualidade na cinematografia nicaraguense, que a 17 de setembro comemorou o quarto aniversário de sua fundação.

A nova cinematografia nicaraguense nasceu durante a luta anti-somozista, em março de 1979, quando o Comando Nacional da FSLN decidiu criar uma seção de correspondentes de guerra, adjunta à Comissão de Política Externa da Frente Sandinista.

Lacayo, que na época era chefe da equipe de cineastas que integrou a Brigada "Leonel Rugama", lembra como, armados de um fuzil e uma câmara Rolex de 16mm, filmaram cerca de 80 mil metros de películas a cores nas diferentes frentes da guerra.

Vários meses antes da vitória sandinista, essa mesma equipe de cineastas e combatentes da Frente Sul "Benjamin Zeledón" e alguns internacionalistas organizaram o Incine, com os equipamentos de uma incipiente empresa cinematográfica que foi nacionalizada em setembro de 1979.

Esse longa-metragem, filmado na Nicarágua, é uma denúncia da intervenção dos Estados Unidos na América Central e está sendo exibido em 50 cidades nesse país.

Luto na cultura latino-americana

Destacadas figuras da cultura latino-americana, como o escritor peruano Manuel Scorza, o escritor e jornalista mexicano Jorge Ibarguengoitia, o escritor uruguaio Angel Rama, a crítica de arte argentina Marta Traba e a senadora colombiana Ana Sixta González de Cuadros, fazem parte da extensa lista de vítimas fatais (182 pessoas) provocada pelo trágico acidente do *boeing 747* das linhas aéreas colombianas, Avianca, que caiu, a 27 de novembro último, nos arredores do aeroporto madrileno de Barajas.

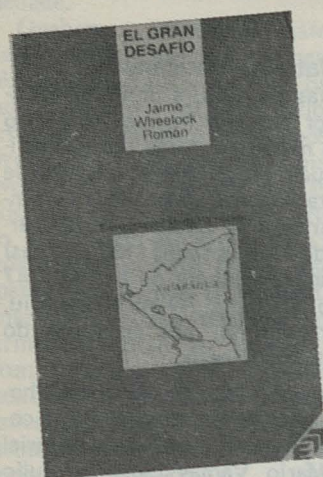
Manuel Scorza era considerado um dos melhores romancistas sul-americanos, normalmente colocado pela crítica literária à altura de Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa ou Julio Cortázar.

Criando personagens reais e imaginárias, Scorza escreveu uma verdadeira canção épica sobre as lutas dos camponeses peruanos contra o domínio dos grandes latifundiários e das empresas mineiras norte-americanas. Com longos anos de exílio, Manuel Scorza vivia atualmente em Paris onde em 1982 publicara o seu último romance, *La danza inmóvil*. Mantendo uma autonomia entre si, os seus cinco romances mais conhecidos formam contudo uma obra global de caráter épico, traduzida em dez idiomas: *Redoble por Rancas* (no Brasil, "Bom-dia para os defuntos"), *Historia de Garabombo, el invisible*, *El jinete insomne*, *Cantar de Agapito Robles* e *La danza inmóvil*.

Marta Traba, esposa de Angel Rama e professora da Universidade de los Andes, de Bogotá, foi também galardoada com o prêmio "Casa de las Américas" com o seu romance *Las ceremonias del verano*. Vivia no exílio praticamente desde 1970 e estava proibida de regressar à Argentina pela ditadura militar.

Jorge Ibarguengoitia, foi também duas vezes vencedor do prêmio "Casa de las Américas", de Cuba, e era considerado como um dos maiores valores da literatura contemporânea mexicana.

Angel Rama, conhecido jornalista do semanário uruguaio *Marcha* que era publicado durante a década de 60 em Montevidéu, foi, na opinião dos seus compatriotas no exílio "um homem que teve sempre uma clara posição na luta contra a ditadura militar e um militante ativo das causas democráticas, profundamente antiditatorial e antiimperialista", o que levou a administração Reagan a expulsá-lo dos Estados Unidos em 1982.



EL GRAN DESAFIO

Wheelock Román, Jaime. Editorial Nueva Nicaragua, Manágua, 1983. 133 p. Entrevista de Marta Harnecker. (Biblioteca Popular Sandinista)

“Nosso esquema de forças está baseado em uma realidade: temos as armas nas mãos e o povo conosco”. Assim o comandante Jaime Wheelock resume a situação da Revolução Sandinista numa entrevista a Marta Harnecker realizada em Manágua, em julho deste ano.

O trabalho foi feito “para se compreender melhor esse desafio, que é romper com o modelo imperialista de dominação e construir de forma original e criadora (...) uma nova sociedade num país subdesenvolvido”, explica Harnecker na apresentação do livro.

Wheelock fala das relações com a igreja, a burguesia e outros setores do país; da liberdade de imprensa; do pluralismo e as eleições; da reforma agrária; do planejamento econômico e da agressão contra a Nicarágua.

Marta Harnecker é uma cientista política e jornalista

chilena, atualmente vivendo em Cuba. Autora de “Os conceitos elementares do materialismo histórico”, também já entrevistou outros líderes revolucionários latino-americanos.

POLÍTICA SALARIAL, DESEMPREGO E RECESSÃO

Aguilar, Marco Antônio; Arruda, Marcos & Flores, Parcial. Ed. Codecri, Rio de Janeiro, 1983. Publ. Ibase.

O livro analisa a política salarial do governo brasileiro e apresenta propostas alternativas para a questão salarial. Elaborado a partir de pesquisas e utilizando como apoio o Banco de Dados e a Cronologia do Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o ensaio tem dois objetivos.

O primeiro é explicar porque, sendo os desempregados, os assalariados, os trabalhadores, as minorias étnicas e os pequenos empresários, as verdadeiras vítimas da atual crise, são eles os chamados a pagar o maior preço e fazer a maior parcela de sacrifício pela recuperação econômica do país. As soluções adotadas pelo governo federal, especialmente desde que recorreu ao FMI, podem resumir-se nestas três políticas: arrocho, desemprego e recessão. Quem se beneficia e quem se prejudica com essas políticas?

O segundo, é mostrar que outros caminhos, compatíveis com a meta de um “Brasil possível”, também existem e que cabe à nação inteira levantar-se e trilhar por eles. A apresentação do livro foi feita pelo senador Teotônio Vilela, que explica sucintamente que “arrocho salarial é uma deci-

são política dos que desejam acumular riquezas para uma minoria às custas da pobreza de muitos. Basta ver os dados de como, em tantos anos, se conseguiu a triste façanha de colocar o Brasil entre os países que pagam os mais baixos salários a mais de 60% da população”.

O SIONISMO NA ÉPOCA DOS DITADORES: UMA REAVALIAÇÃO

Brenner, Lenni. Lawrence Hill & Co., Westport, Connecticut, EUA, 1983. 277 p.

Para o historiador William Lorenz Katz, numa crítica publicada na revista norte-americana *Freedomways* (vol. 23, nº 3), o livro de Brenner “é um estudo documentado, incisivo e doloroso do sionismo anterior a 1948” porque coloca uma questão nunca antes levantada: a atitude dos sionistas diante do fenômeno anti-semita. Diante da necessidade de uma pátria para os judeus e de como conseguiu-la, o judaísmo se dividiu.

Theodore Herzl — o fundador do pensamento do sionismo moderno —, citado por Katz, um dia teria dito: “Qual a causa do anti-semitismo? Os judeus. Há judeus em demasia”. A partir daí, o autor vai citando fatos altamente esclarecedores sobre o caráter de classe desse movimento extremista judeu, de ideologia anti-revolucionária.

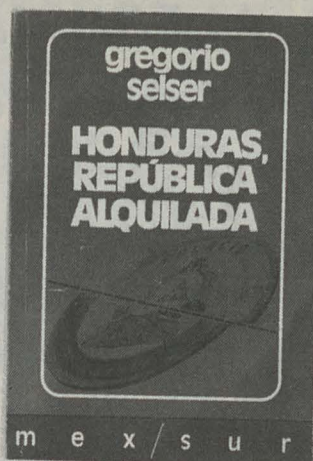
Poucos sabem que em 1903 os sionistas, por intermédio de Herzl, reprimiram os judeus revolucionários russos num acordo com a política czarista; que ganharam a confiança e o acesso dos racistas anti-semitas; que na Itália e na Alemanha eles colaboraram com os nazi-fascistas a

ponto de servirem de policiais nos guetos em troca de favores financeiros e políticos; que mesmo depois de Hitler ter censurado as publicações judias, os jornais sionistas eram legalmente vendidos nas ruas do Terceiro Reich. Ou que em outubro de 1937, depois dos nazistas terem assassinado e prendido liberais e esquerdistas, Adolf Eichmann foi convidado a Haifa (Palestina) para se encontrar com um agente sionista que lhe passou informações sobre os comunistas, em troca de esforços para que aumentasse a população judia na Palestina.

“Os líderes sionistas eram da classe alta e como tal temiam os movimentos grevistas que defendiam o socialismo e a revolução. Dessa forma, eles desaprovavam qualquer agitação — passeatas, boicotes, autodefesa armada — contra o anti-semitismo, justificando que ‘isso só pioraria a questão’.”

Na época em que o holocausto de judeus na Alemanha hitlerista estava no auge, os líderes sionistas recusavam-se a tomar qualquer atitude para resgatar os prisioneiros, com exceção de alguns judeus mais ricos e saudáveis. “Em 1943, enquanto milhares marchavam para as câmaras de gás, Yitzhak Gruenbaum, diretor do Comitê Sionista de Resgate, reafirmava sua recusa em ajudar seus irmãos prisioneiros com estas palavras: ‘Eu disse não. E torno a dizer não’.”

Esse longo e doloroso estudo do pensamento e da prática sionistas “deveria ser lido por aqueles que acreditam que o sionismo é uma doutrina benigna que só ajuda os judeus, sem feri-los”, finaliza o crítico William Katz.



HONDURAS, REPÚBLICA ALQUILADA

Selser, Gregorio. *Mex-Sur Editorial, México, D. F., 1983. 366 p.*

República é o nome que designa o sistema de governo de um Estado, independentemente da forma e do modelo de condução dos assuntos públicos que assuma. Honduras goza dessa aparência formal, mas desde o início do século 20 e por causa das características peculiares de sua economia e dos regimes militares e civis que chegavam ao poder em conluio com empresas fruteiras (como a *Cuyamel Fruit* e a *United Fruit*), passou a ser, contra a vontade de sua classe trabalhadora, sinônimo de “república bananaeira” ofendida por historiadores e jornalistas, por políticos e soldados dos Estados Unidos atidos apenas às formas externas dessa humilhante dependência. Hoje, essa *banana republic* típica da América Central está sendo transformada, além disso, num enclave militar dos Estados Unidos, no porta-aviões terrestre que substitui o papel que a

Nicarágua dos Somoza representou durante mais de 40 anos. É uma república alugada (como bem diz o título do livro) “pela classe política dos partidos tradicionais hondurenhos e pela camarilha militar vendida e desnacionalizada que é o verdadeiro governo do Estado. Nunca antes na América ibérica um setor dominante chegou a níveis tão degradados de abjeção como os alcançados em Honduras por seus dirigentes civis e militares, que alugaram o país porque não puderam vendê-lo”.

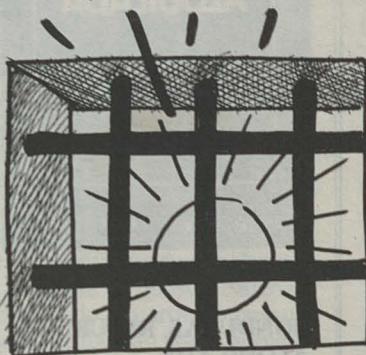
Gregorio Selser é docente e pesquisador do Centro de Estudos Lázaro Cárdenas e do Cela (Centro de Estudos Latino-Americanos), da Universidade Nacional Autônoma do México (Unam). Além disso, é colaborador de *cadernos do terceiro mundo*, do jornal *El Día* do México e da agência de notícias *Inter Press Service (IPS)*.

THE WORD REMAINS: A LIFE OF OSCAR ROMERO

Orbis Books, Maryknoll Fathers, Maryknoll, NY (USA), 1982. 241 p.

Um vivo e emocionante retrato de Oscar Romero durante sua breve condição como arcebispo de San Salvador. Nomeado por escolha dos conservadores, Romero entrou energeticamente na arena política de seu país e pouco a pouco ficou conhecido como o “padre politizado”. Seu papel na política salvadorenha foi dos mais importantes. A sensível descrição da violência e do sofrimento que assolou dramaticamente El Salvador ilustra o enorme trabalho e a influência de Oscar Romero.

VIVA ALFONSÍN!
VIVA LA DEMOCRACIA!
VIVA ARGENTINA!



MAL-AGRADECIDOS! SE NÃO FOSSEM AS
MINHAS LOUCURAS VOCÊS NÃO TERIAM NADA DISSO!

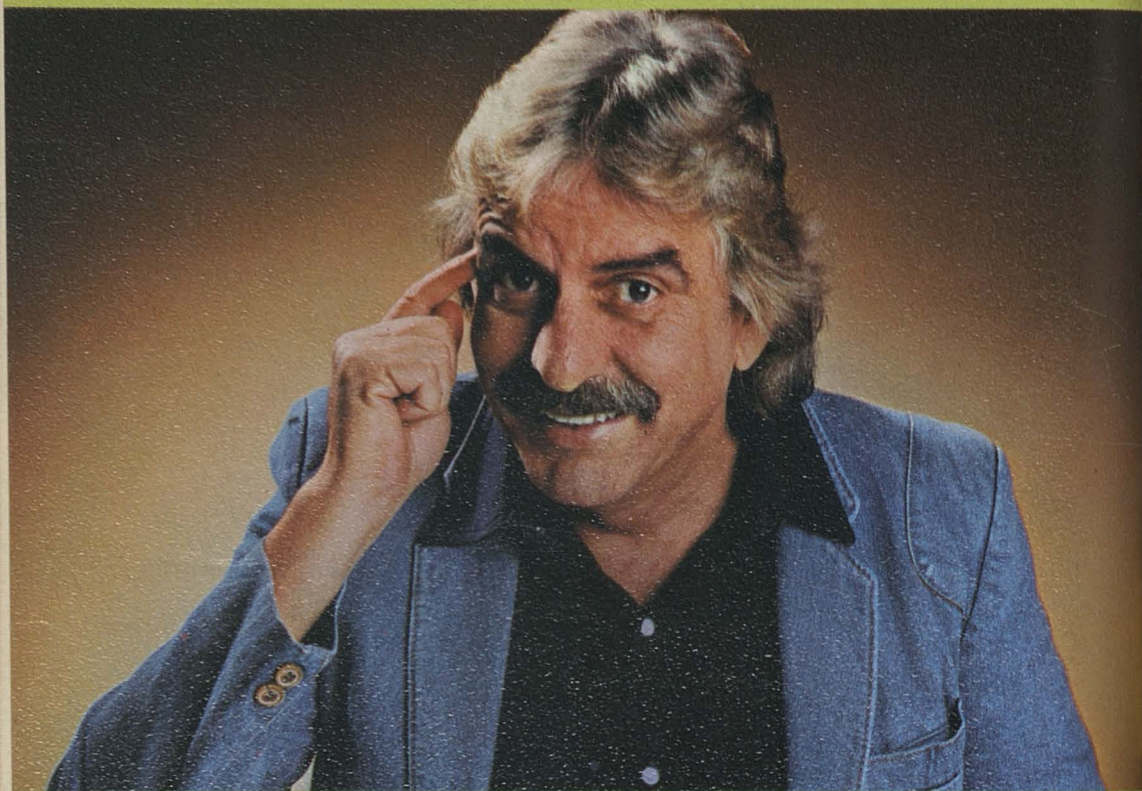


Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

AS COISAS ESTÃO MUDANDO.



CADERNETA BANERJ

GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.

